

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO**

Gabriela de Oliveira Cancellier

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E O
DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE
URUSSANGA/SC**

Florianópolis
2015

Gabriela de Oliveira Cancellier

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E O
DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE
URUSSANGA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Doutora
Margarita Nilda Barretto Angeli

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cancellier, Gabriela de Oliveira

A representação social do patrimônio e o desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga/SC / Gabriela de Oliveira Cancellier ; orientadora, Margarita Barretto - Florianópolis, SC, 2015.

220 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Representação Social. 3. Patrimônio. 4. Desenvolvimento urbano. 5. Urussanga. I. Barretto, Margarita . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Gabriela de Oliveira Cancillier

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E O
DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE
URUSSANGA/SC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Fernando Barth, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Banca Examinadora:

Prof.^a Margarita Nilda Barretto Angeli, Dr.^a - UFSC
Orientadora

Prof. Gilberto Sarkis Yunes, Dr.
UFSC

Prof.^a Alicia N. G. de Castells, Dr.^a
Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. Dalmo Vieira Filho
UFSC - IPHAN

Prof. Vladimir Fernando Stello, Dr.
IPHAN

Florianópolis, 2015

Dedico este trabalho a toda “djente”
urussanguense e à querida Benedetta!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, só posso agradecer a Deus pela experiência que, além de contribuir para o meu amadurecimento pessoal e profissional, me proporcionou fazer um resgate da minha própria origem, retomar antigas amizades e fazer novos amigos, que levarei por toda a minha vida.

Foram tantos os parceiros nesta caminhada, que talvez não coubesse nestas humildes páginas. Portanto, deixo os meus sinceros agradecimentos a todos que me ajudaram direta, ou indiretamente na realização deste sonho.

Em especial, gostaria de agradecer à minha querida orientadora Margarita Nilda Barreto Angeli, pois foi ela quem me abraçou neste projeto e soube me conduzir de maneira a me sentir realizada.

À minha família, e à família de meu esposo, sempre presente e incentivadora:

Aos meus amados pais, Antônio Cancellier e Susana Inês de O. Cancellier;

Aos meus queridos irmãos, Ismael de O. Cancellier e João Antônio de O. Cancellier;

Aos meus sogros Ari Cittadin e Therezinha Carniato Cittadin, e aos cunhados Livano Baggio e Fernanda Cittadin Baggio, por terem me abrigado tão carinhosamente em seus lares;

Ao meu esposo Leandro Cittadin, por seu amor, compreensão e paciência.

Aos amigos e parceiros da "Casa de Pedra Cancellier - Ateliê Aberto", em especial às irmãs Michelle e Marielle Bonetti e ao Henry Goulart.

Aos amigos e companheiros de mestrado: Karenina Matos, Claudione Medeiros, Timóteo Schroeder, Pedro Fonseca e Gabriel Vespucci. E um agradecimento carinhoso à amiga Sonia Rohling Soares, pelas mensagens e conversas diárias, sempre tão solícitas.

Aos participantes da pesquisa que de maneira tão carinhosa me receberam e contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, ao Diego Fermo, Arquiteto da Fundação Catarinense de Cultura.

À UNIARP, à coordenação e aos alunos do curso de Engenharia Civil, assim como aos companheiros das viagens semanais entre Florianópolis e Caçador, no 2º semestre de 2013.

À UFSC e ao PósARQ, ao coordenador Fernando Barth e à secretária Mariany Souza; e à CAPES, por um ano de bolsa de estudos para dedicação exclusiva à esta pesquisa.

Ao Professor Dalmo Vieira Filho, por sua generosidade e contribuição na realização do meu estágio de docência.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa deste trabalho: Ayrton Portilho Bueno, Dalmo Vieira Filho, Maristela Moraes de Almeida, Gilberto Sarkis Yunes, Alicia Norma G. de Castells e Vladimir Fernando Stello. Grata pela presença e contribuição.

"Não deixe morrer a história. Faça com que ela seja
cada vez mais valorizada, mais bonita, mais viva."
(morador local, 2015).

RESUMO

O objetivo principal da presente dissertação foi identificar os diferentes pensamentos que os moradores de Urussanga/SC possuem em relação ao patrimônio presente no município, dotado de uma arquitetura que testemunha a imigração italiana no Estado. É muito comum no município, ouvir que o patrimônio é um atraso para o desenvolvimento da cidade e isso motivou a pesquisa. Representação Social é o nome da teoria utilizada para o entendimento do fenômeno. Desenvolvida por Serge Moscovici a partir de 1960, ela contribui para o entendimento de como o indivíduo assimila os assuntos do cotidiano. Através do instrumento entrevista, fazendo uso principalmente de perguntas abertas, foi possível coletar os depoimentos de cerca de 50 moradores locais que circularam pela área central, local onde estão inseridas as edificações tombadas. Para a análise do material coletado foi utilizado o método do Discurso do Sujeito Coletivo, pois permite formar um discurso que representa o pensamento de uma coletividade. Além do estudo junto aos moradores locais, no decorrer da pesquisa viu-se a necessidade de abordar a trajetória da preservação do patrimônio em Santa Catarina e essencialmente, a atuação da Fundação Catarinense de Cultura. Entrevistas também foram realizadas com os agentes do campo do patrimônio, que se configuram como representantes de municípios e Instituições. Como resultado da pesquisa foi possível perceber que o patrimônio acaba submetido a vontades políticas e interesses individuais que se sobrepõem ao interesse coletivo. Mas é possível afirmar que o resultado do estudo junto aos moradores locais permite sermos mais otimistas, uma vez que, em grande parte, os entrevistados reconhecem o patrimônio como forte elemento de suas identidades e desejam a sua preservação. É diferente da informação que se tinha no início da pesquisa, é o estado de abandono de algumas edificações que eles identificam como estando na contramão do desenvolvimento.

Palavras-Chave: Representação Social. Patrimônio. Desenvolvimento urbano. Urussanga.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation was to identify the different thoughts that the residents of Urussanga/SC have in relation to this heritage in the municipality, endowed with an architecture that witness the Italian immigration in the State. It is very common in the city, hear that equity is a setback for the development of the city and that prompted the search. Social representation theory is the name used for the understanding of the phenomenon. Developed by Serge Moscovici from 1960, it contributes to the understanding of how the person assimilates the Affairs of everyday life. Through the interview instrument, making use especially of open-ended questions, it was possible to collect the testimony of about 50 local residentes that circulated through the central área, where are located the buildings toppled. For the analysis of the material collected was used the method of the collective subject discourse, Since form a speech that represents the thinking of a collective. Besides the study along with local residents, in the course of the research was the need to address the preservation of heritage in Santa Catarina and essentially, the performance of Santa Catarina Culture Foundation. Interviews were also held with the heritage field agents, are as representatives of municipalities and institutions. As a result of the research it was possible to notice that equity has just undergone political wills and individual interests that overlap to the collective interest. But it is possible to affirm that the result of the study with the local residents to be more optimistic, allows a time, largely, respondents recognise the heritage as a strong element of their identity and wish to its preservation. And other than the information you had at the beginning of the survey, is the State of disrepair of some buildings that they identify as being against the development.

Keywords: Social Representation. Heritage. Urban development. Urussanga.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa Temático 1 – Localização – Urussanga/SC	41
Figura 2: Mapa Temático 2 – Fatos Históricos e Expansão Urbana	45
Figura 3: Mapa Temático 3 – Localização – Patrimônio Histórico Urbano.	85
Figura 4: Casa de Torquato Tasso – 1892.	87
Figura 5: Palácio De Lucca – 1896.	88
Figura 6: Casa de Iva Damian – 1896.	88
Figura 7: Primeira Prefeitura Municipal – 1902.....	89
Figura 8: Casa Nichele – 1907.	90
Figura 9: Casa da Viúva Nichele – 1908.	90
Figura 10: Casa de Fioravante Mazzucco – 1914.	91
Figura 11: Casa De Bona Marchet – 1925.....	92
Figura 12: Casa de Victório Bez Batti – 1925.	92
Figura 13: Cantina Cadorin - 1927-1944.....	93
Figura 14: Casa de Rosalino Damiani – 1929.	93
Figura 15: Residência da Família Bettiol – 1933.....	94
Figura 16: Casa de Caetano Bez Batti – 1936.	94
Figura 17: Casa da Família De Césaró – 1937.	95
Figura 18: Casa da Família Miotello – 1943.	96
Figura 19: Casa de Zeferino Búrigo – 1944.	96
Figura 20: Casa de Carmela Bez Batti – 1948.	97
Figura 21: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição 1923 (Campanário)1945 (Igreja).	97
Figura 22: Estação Ferroviária de Urussanga – 1925.	98
Figura 23: Mapa Temático 4 – Fotos Panorâmicas e Centro Histórico.	99
Figura 24: Patrimônio tombado e edificações com potencial para preservação.	101
Figura 25: Tabela com os Parâmetros de Ocupação do Solo.	104
Figura 26: Projeto de Intervenção Praça Anita Garibaldi 2015.	122
Figura 27: Croqui realizado pela equipe 1 - OPUR/Urussanga/SC.....	134
Figura 28: Croqui realizado pela equipe 2 - OPUR/Urussanga/SC.....	134
Figura 29: Croqui realizado pela equipe 3 - OPUR/Urussanga/SC.....	134
Figura 30: Arte de divulgação do Projeto "Casa de Pedra Cancellier - Ateliê Aberto".	136
Figura 31 e 32: Trabalhos desenvolvidos pelas mosaicistas Manas Bonetti.	137
Figura 33: A movimentação na "Casa de Pedra Cancellier".	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS - Área Especial de Interesse Social
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CONGESC - Conselho dos Gestores Municipais de Cultura
DSC - Discurso do Sujeito Coletivo
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FCC - Fundação Catarinense de Cultura
FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ONU - Organizações das Nações Unidas
OPUR - Oficina de Planejamento Urbano
PACCH - Programa de Aceleração de Crescimento de Cidades Históricas
PACH - Plano de Ação para Cidades Históricas
PCH - Programa das Cidades Históricas
PD - Plano Diretor
PGAU - Cidade - Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade
PMU - Prefeitura Municipal de Urussanga
PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura
PVBLICA - Verdade ao Poder - Instituto de Políticas Públicas
SANTUR - Santa Catarina Turismo
SEITEC - Sistema Estadual de Incentivo à Cultura
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SPHAM - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDESC - Universidade de Santa Catarina
UNESC - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cartas Patrimoniais	52
Quadro 2: Trajetória da Preservação no Brasil.....	55

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 01 - INTRODUÇÃO.....	25
1.1 A ESCOLHA DO TEMA	25
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	26
1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	28
1.4 OBJETIVOS.....	29
1.5 TEORIA E MÉTODO	30
1.6 TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	31
1.7 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	32
CAPÍTULO 02 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
2.1 LOCAL DE OBSERVAÇÃO	37
2.1.1 Dados.....	38
2.1.2 Histórico.....	43
2.2 A ENTREVISTA	47
2.3 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO.....	49
2.4 PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO.....	50
CAPÍTULO 03 - REFERENCIAL TEÓRICO	51
3.1 PATRIMÔNIO.....	51
3.2 PATRIMÔNIO NO BRASIL	54
3.3 DESENVOLVIMENTO URBANO	57
3.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	62
<u>SEGUNDA PARTE</u>	
CAPÍTULO 04 - RESULTADOS	67
4.1 PATRIMÔNIO EM SANTA CATARINA.....	67
4.2 PATRIMÔNIO EM URUSSANGA	83
4.2.1 Agentes do Campo do Patrimônio	108
4.2.2 Novas Perspectivas.....	135
4.2.3 Patrimônio e os Moradores Locais.....	139
CAPÍTULO 05 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
APÊNDICES	181
ANEXOS.....	197

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 01 - INTRODUÇÃO

Desenvolvimento e Preservação. Dentro dessa abordagem, a presente dissertação traz para o centro do estudo, o caso de Urussanga, cidade do sul de Santa Catarina, colonizada por italianos e que fruto destes, possui um patrimônio a ser preservado.

Partindo das indagações a respeito do pensamento da população em torno desse patrimônio - 24 edificações tombadas pelo Estado e que se apresentam com sérios problemas de conservação e adequada utilização – buscou-se identificar a representação social do patrimônio e o desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga/SC.

No município, assim como em tantas outras cidades históricas, é comum a ideia de que o patrimônio tombado prejudica o processo de desenvolvimento urbano, pois em geral, as pessoas tendem a associar a preservação com o engessamento. E isso reflete diretamente no estado de conservação dos bens.

Considerando o fato, o trabalho apresenta os principais conceitos sobre patrimônio e desenvolvimento urbano. E para entender o problema do patrimônio em Urussanga, tornou-se necessário entender primeiro, como o patrimônio vem sendo gerenciado no Estado de Santa Catarina. Assim, a pesquisa traz importantes descobertas sobre as dificuldades encontradas pelos municípios, em associar a preservação dos elementos que representam as suas identidades, com o planejamento das novas demandas da sociedade atual, que se refletem no urbano.

1.1 A ESCOLHA DO TEMA

As cidades, conformadas pelos diferentes períodos da história e seus importantes acontecimentos, estão constantemente ameaçadas pelo desejo de modernidade, podendo vir a perderem os traços que lhes conferem as suas identidades. E modernidade para alguns, está relacionado com o progresso, ideologicamente definido por desenvolvimento, não o social, mas o econômico, simbolizado por prédios altos, ruas asfaltadas, grandes indústrias. Neste processo de busca da modernização dos espaços, o patrimônio, em especial, o material, vem sendo em muitos casos, descaracterizado, mutilado, abandonado.

A situação descrita no parágrafo acima vem sendo observada há um longo período na cidade de Urussanga, localizada no sul do Estado de Santa Catarina. O município que contém pouco mais de 20 mil habitantes

foi colonizado por italianos em 1878 e ainda hoje conserva importantes hábitos e costumes deixados pelos imigrantes. Porém, o patrimônio que representa o principal núcleo urbano da imigração italiana no Estado, ainda é tratado de forma negligenciada, o que contribui para a perda gradativa dos seus elementos.

Os questionamentos quanto ao tratamento dado ao patrimônio presente no município de Urussanga, fizeram despertar o interesse em realizar a pesquisa. Viu-se a necessidade de compreender o porquê de algumas edificações, já tombadas, localizadas no centro da cidade, estarem abandonadas, se decompondo a cada dia, sem que houvesse contestação ou impedimento. Na verdade, o sentimento de impotência motivou este estudo.

Como se não bastasse, passar todos os dias pelo principal centro da cidade e ter que olhar para um patrimônio desprezado, ainda por diversas vezes ouvir, que era ele a causa do não desenvolvimento da cidade. Por quê? Por que as pessoas pensam que o patrimônio atrasa a cidade? Será que os moradores de Urussanga realmente acreditam que o patrimônio é um impedimento para o desenvolvimento da cidade? E assim deu-se início à pesquisa, tendo como foco, os conflitos existentes quanto ao desenvolvimento urbano numa cidade com patrimônio tombado.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Muitos acontecimentos ao longo do tempo foram influenciando nos modos de vida e na organização espacial das sociedades urbanas, ocasionando a sua transformação. Os centros urbanos que no início abrigavam os primeiros núcleos e as primeiras edificações, em alguns casos tornaram-se desprovidos de funcionalidade. O patrimônio encontrado nestes centros representa para alguns um obstáculo e um impedimento a serem eliminados, dando lugar assim, ao novo modo de urbanização, que para muitos é sinônimo de modernidade, com construção de prédios altos e ruas asfaltadas. Com esse processo, em muitos casos a manutenção dos edifícios históricos vem sendo promovida de modo negligente e reformas são realizadas sem a utilização de normas técnicas. (CHOAY, 2006).

No município de Urussanga, já no início da colonização formou-se um primeiro núcleo que até hoje é reconhecido como a área central da cidade. Isso fez com que os maiores interesses se voltassem para o centro, atual Praça Anita Garibaldi. Ali, encontra-se o maior conjunto de edificações tombadas de características ítalo-brasileiras presente no município, e ao mesmo tempo também se concentram os interesses imobiliários. Portanto, o fenômeno apontado anteriormente por Choay,

também é visível na cidade, e se agrava através dos condicionantes que limitam a ocupação no centro histórico - o significativo conjunto arquitetônico, a presença de cursos d'água, a faixa de domínio da Rodovia SC-108, sua localização em fundo de vale e a existência de vazios decorrentes da retenção especulativa - propiciando que os poucos espaços fiquem nas mãos dos agentes imobiliários. (URUSSANGA, 2008)

As manifestações culturais no município estavam no seu auge entre os anos 1990 e 2000, principalmente com as festividades Festa do Vinho, *Ritorno Alle Origini* e o *Gemellaggio*¹, quando ocorreram os tombamentos das edificações com importância histórica, através da Fundação Catarinense de Cultura - FCC. Os proprietários desses imóveis não foram devidamente orientados sobre o significado dos tombamentos, assim, iniciaram inúmeros discursos e ações que resultaram no abandono de algumas edificações, consideradas patrimônio. A partir daí, algumas pessoas passaram a demonstrar preocupação com o futuro da cidade, e esta preocupação por diversas vezes é reportada em jornais locais. Segundo o texto "Patrimônio histórico – Futuro e Passado em pauta", publicado pelo Jornal Panorama (2010), a cidade precisa assumir de vez sua identidade e adotar uma postura quanto seu patrimônio histórico, conforme o trecho a seguir:

[...] Urussanga precisa escolher e assumir definitivamente o que pretende para seu futuro, pois há três décadas faz de suas tradições étnicas o alicerce de um projeto turístico e ainda discute sobre a utilização de um patrimônio histórico-arquitetônico que é referencial de italianidade em todo o Estado. (JORNAL PANORAMA, 2010, p.10).

A partir do reconhecimento da urgência de intervenção neste processo no qual se encontra o patrimônio no município de Urussanga, optou-se pelo estudo das questões ligadas ao processo de desenvolvimento urbano em uma cidade que possui um patrimônio a ser conservado e preservado. Escolheu-se a teoria das representações sociais, pois se entende que a representação social do patrimônio como freio ao desenvolvimento urbano da cidade de Urussanga se revela a partir de

¹ Palavra derivada de "Gemelli" (italiano), que significa gêmeos em português. Gemellaggio quer dizer que Longarone e Urussanga se tornaram coirmãs, com intuito de reforçar as raízes étnicas e aumentar os intercâmbios culturais, sociais e econômicos, enriquecendo valores e integrando os descendentes de italianos. (PMU, 2012).

situações conflituosas, e estas representações são partilhadas, influenciando a mente das pessoas.

Abriç (1998, p. 27) ressalta a importância do conhecimento de como as pessoas enxergam determinados assuntos que as envolvem no cotidiano. "A identificação da *visão de mundo* que os indivíduos ou os grupos têm e utilizam para agir e para tomar posição, é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e clarificar os determinantes das práticas sociais."

O conhecimento adquirido através do estudo das representações sociais, só obtém reconhecimento a partir da consideração e análise do seu contexto social, pois é dele que as representações surgem e nele que circulam e se transformam. (SPINK, 1995).

Gonçalves, Zancheti e Lordello (2007) afirmam que o patrimônio reconhecido como uma representação social ajuda a enfrentar o problema de conservação, pois através de seu estudo, é possível também a compreensão do que pode motivar a sua valorização. Nesse sentido, a citação a seguir ressalta a importância em se entender os anseios da sociedade quanto ao seu patrimônio, em uma maneira de proporcionar a convivência harmoniosa entre os cidadãos e a herança dos antepassados.

Identificar e perceber quais os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que sejam elaboradas políticas patrimoniais voltadas aos interesses desta sociedade. [...]. A análise da realidade e do jogo representacional da mesma não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também que ele possa transformar a realidade. (FERRARI; GUEDES, 2012, p. 11).

E é para esta transformação da realidade que o estudo visa contribuir, esclarecendo muitas vezes questões que até mesmo quem atua há anos na cidade não consegue detectar e analisar. O estudo pretende proporcionar conhecimento para políticas de desenvolvimento do potencial turístico do município e para o processo de valorização de identidade de seus moradores, fazendo com que estes também se tornem mais atuantes.

1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Como já mencionado, Urussanga possui um núcleo urbano de maior representatividade da arquitetura do imigrante italiano em Santa

Catarina. O conjunto de edificações, formado por 18 bens tombados individualmente está situado no entorno da Praça Anita Garibaldi.

A Praça Anita Garibaldi possui importante relevância histórica por estar conformada desde o início da colonização - 1878 -, sendo preservado até os dias atuais, a sua geometria triangular. Ela serve de palco para os principais acontecimentos da cidade e foi a partir dela que se deu a expansão urbana.

Como primeira e única centralidade urbana de relevância no município, a Praça e as edificações presentes em seu entorno passaram por algumas modificações ao longo dos anos, e as demandas atuais, juntando-se à exploração do mercado imobiliário, concentram interesses diversos que representam uma ameaça à preservação dos bens tombados. Exemplo disso são algumas edificações, de propriedade de grandes empresários, e que se encontram em estado de abandono e no caminho do arruinamento. Ou então, os imóveis que de pouco a pouco tiveram suas configurações internas descaracterizadas, quando não mutilados os seus elementos.

Considerando os aspectos supracitados, delimitou-se a área de estudo e local de aplicação das entrevistas com os moradores locais: a Praça Anita Garibaldi.

1.4 OBJETIVOS

Geral

Investigar as representações sociais a respeito do patrimônio em relação ao desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga.

Específicos

Conhecer os anseios da população em relação ao patrimônio;

Conhecer a influência do patrimônio no desenvolvimento urbano de Urussanga;

Detectar quais são as edificações, consideradas patrimônio, localizadas no meio urbano, que estão presentes nas representações sociais, como sendo um freio ao desenvolvimento urbano de Urussanga;

Averiguar a opinião dos moradores de Urussanga sobre qual deveria ser o uso do patrimônio.

1.5 TEORIA E MÉTODO

A presente dissertação de mestrado, que possui como título: "**A representação social do patrimônio e o desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga/SC**", se apoia principalmente na teoria de representação social, desenvolvida por Serge Moscovici a partir de 1960, e possui como objetivo principal, investigar as representações sociais a respeito do patrimônio em relação ao desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga.

Entender a teoria da representação social possibilita a compreensão de como o indivíduo concebe os assuntos do cotidiano. E então, descobrir que tudo que é desconhecido, força o ser humano a criar representações na tentativa de tornar o estranho, em algo familiar. E para a criação dessas representações, são vários os fatores que influenciam, desde o seu sistema de valores, determinantes sociais, o lugar que ele ocupa na sociedade, dentre outros. Após a criação de uma representação, ela pode ser repassada a outras pessoas através do processo de comunicação, principalmente nos locais de acesso público, podendo vir a influenciá-las e a estabelecer um consenso sobre determinados assuntos.

Com isso, estudar a representação social do patrimônio é buscar o entendimento do que as pessoas pensam; dos diferentes pensamentos em torno do patrimônio, e dentro dessa abordagem, procurar saber se em algum momento, elas fazem associação com o fator desenvolvimento. Desta forma, a pesquisa se configura como qualitativa, exploratória e descritiva.

Como metodologia, para alcançar o objetivo da pesquisa, foi escolhida a técnica de entrevista aberta, a fim de que através de um diálogo, as informações necessárias pudessem ser coletadas. Imagens auxiliaram a abordagem que teve como cenário a Praça Anita Garibaldi, e as 18 edificações tombadas, presentes no seu entorno.

Os depoimentos foram coletados através de um gravador e posteriormente transcritos para análise. O Discurso do Sujeito Coletivo foi escolhido como ferramenta para auxiliar na análise dos depoimentos, pois também se apoia na teoria da representação social. Ao final do processo, tem-se um único discurso de cada ideia apresentada nos depoimentos, representando assim, os diferentes pensamentos de uma coletividade, em torno do patrimônio tombado.

1.6 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Sobre a aplicação do método e realização das entrevistas, num primeiro momento, com foco voltado para os moradores locais – que circulam pelo centro e que não possuem ligação direta com o patrimônio –, foi realizada uma pesquisa piloto, com 30 entrevistas, a fim de testar o método. Passado pela aprovação da banca de qualificação, os documentos necessários foram submetidos para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH.

Para qualquer pesquisa que envolva entrevistas, é obrigatória a autorização e aprovação de documentos como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Este para ser assinado pelo participante, antes da entrevista.

Com a aprovação do CEPESH, foram realizadas mais 20 entrevistas, sendo definido então, o ponto de saturação. Alguns motivos levaram a antecipação do ponto de saturação, sendo o TCLE o principal deles. Sua aplicação causou algumas reações nos participantes e a pesquisadora então, resolveu encerrar a etapa mais cedo do que o planejado.

Diante do exposto, e de modo a enriquecer a pesquisa, trazendo maior entendimento à situação do patrimônio em Urussanga, optou-se por realizar entrevistas também com os agentes do campo do patrimônio. Nesta lista inclui-se: alguns proprietários e inquilinos dos bens tombados; alguns funcionários e ex-funcionários da Prefeitura Municipal de Urussanga; representantes das Instituições Fundação Catarinense de Cultura – FCC e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; e ainda representantes de algumas cidades da região, como Laguna e Nova Veneza, a título de exemplo. Importante dizer, que para estas entrevistas (diferentemente das entrevistas com os moradores locais), alguns nomes foram citados juntamente com os depoimentos, primeiro porque foram consentidas as citações, e segundo, optou-se pela citação por se tratar de importantes depoimentos, principalmente de profissionais que atuam diretamente com o tema.

Com a abrangência das entrevistas - realizadas com agentes de diferentes setores, mas que deveriam agir em parceria no processo de preservação - foi possível o entendimento de como se dá o gerenciamento do patrimônio no Estado de Santa Catarina, a partir da atuação da FCC e da experiência de outros municípios, e também como o patrimônio vem sendo gerenciado no município de Urussanga, o que proporcionou um amplo entendimento do problema em estudo.

1.7 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Para o desenvolvimento da dissertação, alguns temas pertinentes foram abordados, a fim de formar uma base teórica para possibilitar o entendimento da dinâmica que envolve o patrimônio na cidade.

O estudo foi dividido em primeira parte e segunda parte. A primeira parte é constituída dos capítulos 1 ao 3. A segunda parte é formada pelo capítulo 4, onde apresenta os resultados da pesquisa, e capítulo 5, considerações finais sobre o estudo realizado.

No Capítulo 1 tem-se a introdução, onde além de apresentar as ideias norteadoras do processo de pesquisa, apresenta o problema de pesquisa, assim como a delimitação do objeto a ser estudado e os objetivos a serem alcançados com a pesquisa. Aqui é apresentado também, uma síntese dos capítulos que constituem este estudo.

No Capítulo 2 está descrito detalhadamente os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos traçados. Neste capítulo é apresentado o local de observação, abordando dados do município de Urussanga, assim como o seu histórico. Além disso, abordou-se a técnica utilizada, o Discurso do Sujeito Coletivo – método para análise dos dados coletados – e o Processo de Categorização.

O Capítulo 3 é constituído pelo referencial teórico, com os principais temas da pesquisa: Patrimônio, Desenvolvimento Urbano e Representação Social.

Sobre patrimônio, foi apresentada a evolução do seu conceito, de modo a facilitar o entendimento do tópico Patrimônio no Brasil, presente no mesmo capítulo e que aborda algumas ações e legislações que tratam do patrimônio no país.

Já sobre Desenvolvimento urbano, foram abordadas ideias de alguns especialistas, de modo a trazer esclarecimentos sobre a noção de desenvolvimento.

Representação social, a teoria na qual a pesquisa se apoia é apresentada de modo a facilitar o seu entendimento, e com isso, tornar claro a condução do estudo.

O Capítulo 4, segunda parte, se apresenta como o mais importante, pois nele estão presentes os resultados da pesquisa, constituídos dos seguintes tópicos:

- **Patrimônio em Santa Catarina** – além de uma abordagem bibliográfica sobre a atuação da Instituição Fundação Catarinense de Cultura-FCC, desde a sua criação, aqui foram apresentados dados coletados em alguns depoimentos, a fim de se conhecer como ocorre a gestão do patrimônio em outros municípios do Estado.

- **Patrimônio em Urussanga** – Neste tópico, são apresentadas as edificações tombadas no município, sendo destacadas, as inseridas no perímetro urbano. Uma comparação é feita, entre os documentos relacionados às edificações: Catálogo dos bens tombados (documento da época dos tombamentos); Inventário Expedido, do ano de 2014; e situação atual dos imóveis. A legislação que trata do patrimônio no município também é apresentada, sendo dada ênfase ao Plano Diretor Participativo, em vigor desde 2008.

- **Agentes do Campo do Patrimônio** – Para compreender ainda melhor a problemática do patrimônio em Urussanga, de maneira a auxiliar o município em atuações futuras, semelhante a um diagnóstico, foi realizado entrevistas com algumas pessoas que possuem relação direta com o patrimônio: Proprietários dos imóveis tombados; inquilinos; e representantes da Prefeitura Municipal. Interessante observar como se dá a relação entre esses agentes. No item Prefeitura Municipal, de maneira a exemplificar, foram citadas algumas iniciativas em prol do patrimônio no município, mas que não tiveram continuidade. Iniciativas estas, que poderiam render frutos positivos ao município, mas que por alguns motivos, não foram levadas à diante.

- **Novas Perspectivas** – Em meio a tantos dados coletados, e que podem ser considerados desmotivadores, algumas iniciativas surgiram como novas perspectivas. É o caso apresentado, do Projeto “Casa de Pedra Cancellier – Ateliê Aberto”, idealizado pelas mosaicistas urussanguenses “Manas Bonetti”, as irmãs gêmeas Marielle e Michelle Bonetti. Abrigadas em uma edificação de pedra, tombada pela FCC, além de receberem visitantes e realizarem um resgate da memória da própria edificação, elas exercem a profissão de mosaicistas, com a produção de lindas peças, compostas por diferentes pedras, para posterior exposição e venda. A iniciativa de Leandro Damásio também foi trazida para a esta dissertação. O jovem urussanguense, idealizador de um projeto intitulado "Manifesto pela UDESC em Urussanga, 2014" vem se destacando e ganhando aliados nos últimos meses. A ideia é recolher assinaturas em prol da instalação de um campus da UDESC no município, com a disposição de um curso de química industrial, de modo a trazer benefícios também para as indústrias de toda a região.

- **Patrimônio e Moradores locais** – Este tópico apresenta o resultado das entrevistas realizadas com os moradores locais, acerca do patrimônio presente no município. Importante destacar, que diferente do que se imaginava inicialmente, grande parte dos entrevistados se apresentou favorável à preservação do patrimônio. Os discursos apresentados dão ideia dos diferentes pensamentos em torno do

patrimônio e sua relação com o desenvolvimento urbano em Urussanga. Lembrando que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, em que se visa conhecer os diferentes pensamentos que os moradores locais possuem sobre o patrimônio, não se priorizou dados quantitativos. Após a análise dos depoimentos, através da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, chegou-se no Processo de Categorização, em que as principais ideias, representadas por palavras contidas nos depoimentos, foram extraídas de modo a serem complementadas com importantes informações, principalmente para quem trabalha diretamente no campo do patrimônio.

O capítulo 5 trata-se das Considerações Finais que vem reafirmar as descobertas do estudo e discorrer sobre os agentes envolvidos na salvaguarda do patrimônio em Urussanga.

Após os capítulos tem-se as Referências Bibliográficas e Apêndices. O trabalho conta ainda com uma parte de Anexos.

Após a apresentação de todos os itens presentes neste estudo, no capítulo de introdução, parte-se para o capítulo seguinte, que trata dos procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos traçados na pesquisa, detalhando desde a técnica utilizada nas entrevistas, até o método para análise do material coletado nos depoimentos. O município de Urussanga é abordado também neste capítulo, juntamente com seus dados e histórico.

CAPÍTULO 02 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de dissertação consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com estudo de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas e projetivas, fazendo uso de perguntas abertas.

Segundo Minayo (2012a, p. 21), este tipo de investigação "[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". Gomes (2012) também ressalta que o foco da pesquisa qualitativa é a exploração das representações sociais e opiniões, ou seja, a pesquisa qualitativa vem de encontro com o objetivo pretendido neste trabalho científico.

A pesquisa é de caráter exploratório, pois objetiva propor uma visão ampla sobre determinado fato, com o intuito de modificar ideias e conceitos. "De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso." (GIL, 1994, p.44).

Como processo do estudo, dentro da pesquisa qualitativa, têm-se basicamente três fases: fase de exploração, fase do trabalho de campo e fase de análise e tratamento do material. Na primeira fase, se produz o objeto de pesquisa, através da revisão de literatura e da definição de todos os procedimentos necessários à pesquisa, ressaltando assim, a importância e o tempo necessário a esta etapa. Na segunda fase, o trabalho de campo, é o processo de coleta de dados e informações, combinando principalmente instrumentos de observação e entrevistas. Já a terceira fase, é um conjunto de procedimentos que facilitam a compreensão e a interpretação dos dados obtidos no trabalho de campo e que valorizam esses dados. Esses procedimentos constituem-se basicamente de ordenação, classificação e análise dos dados, e estes podem ser combinados a outras leituras teóricas. (MINAYO, 2012a).

Fase de exploração

Para a realização da primeira fase, mais precisamente da revisão de literatura, foram explorados livros, teses, dissertações e artigos publicados, a partir dos temas contidos nas palavras-chave: Urussanga, Patrimônio, Desenvolvimento Urbano e Representação Social. Já para o desenvolvimento do instrumento de pesquisa, além da consulta em livros, foram analisados alguns trabalhos com uma abordagem semelhante à pretendida pela dissertação.

Fase de trabalho de campo

A fase de trabalho de campo possui como principal instrumento de pesquisa, a entrevista de caráter semiestrutural e projetiva, pois segundo Minayo (2012b), a primeira alterna perguntas fechadas e abertas, deixando o entrevistado à vontade, não se prendendo rigidamente ao que foi indagado, e a segunda utiliza dispositivos visuais como convite para discorrer sobre o que o entrevistado vê ou lê.

Fase de análise e tratamento do material

Para a obtenção de um adequado tratamento do material coletado no estudo de campo, utilizando uma abordagem qualitativa, é de extrema importância que se leve em conta o contexto da produção do material, pois assim, é possível além de identificar as falas, identificar símbolos, alguns códigos sociais que estarão ausentes na entrevista. (MINAYO, 2012b).

Então, primeiramente, foram consideradas as informações que mais se repetem nas entrevistas, assim como as que são diferentes, categorizando o material, descrevendo-o, analisando-o e interpretando-o. É o que Gomes (2012, p.88) define como "[...] categorização, inferência, descrição e interpretação", métodos da análise qualitativa.

Para auxiliar este processo, foi utilizada uma ferramenta própria à pesquisa qualitativa: o Discurso do Sujeito Coletivo. Elaborado por Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre no final dos anos 90, esta importante ferramenta, fundamentada na teoria das Representações Sociais, seleciona trechos semelhantes de vários discursos verbais, adquiridos por meio de entrevistas, através da análise das ideias centrais, ancoragens e palavras-chave, reunindo-os em um só texto, obtendo assim uma organização nos dados qualitativos. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003).

Desafios do trabalho de campo

Segundo a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, qualquer pesquisa que envolva seres humanos, em qualquer área de estudo, deve submeter documentos, pautados em fundamentos éticos e científicos, através da Plataforma BRASIL, para a análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH, para só então ser aplicado no trabalho de campo.

Da submissão do projeto no CEPESH

Com metodologia de trabalho aprovada pela Banca de Qualificação em 30 de setembro de 2014, os documentos iniciais foram protocolados para a avaliação do CEPESH-UFSC no dia 12 de novembro de 2014. O CEPESH - UFSC encaminhou o processo para o CEPESH da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, que deu o aceite no dia 09 de dezembro de 2014. A liberação do primeiro parecer ocorreu em 16 de dezembro de 2014. Em 09 de janeiro de 2015, novamente foram submetidos os documentos que estavam pendentes, sendo estes aceitos somente em 18 de fevereiro de 2015. A aprovação final dos documentos ocorreu em 04 de março de 2015.

No total, foram praticamente quatro meses para a liberação dos documentos a serem aplicados no trabalho de campo. Um longo prazo que se bem pode ser justificado pelo recesso de fim de ano nas universidades, mas quase inviabilizou a utilização dos documentos nas entrevistas, já que a pesquisa tinha também que cumprir com os prazos determinados pela universidade.

Além da demora, outro fato que chamou a atenção é o repasse do processo para o CEPESH-UDESC, para o que não se procurou tampouco explicação visto não ser objeto da pesquisa.

A confecção de alguns documentos se fez necessária para assegurar a legitimidade da coleta de dados por meio de entrevistas, tais como o "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE" e "Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas", entre outros itens.

Quanto ao TCLE, este foi confeccionado em dois modelos, de acordo com os diferentes grupos abordados. O participante, ao ser esclarecido sobre a pesquisa assinou uma via do documento, que, de posse do pesquisador, posteriormente foi encaminhado ao CEPESH. A outra via ficou com o participante para esclarecimentos de eventuais dúvidas e para garantia do cumprimento dos princípios éticos, conforme documento presente no "APÊNDICE C".

2.1 LOCAL DE OBSERVAÇÃO

O patrimônio pertencente ao município de Urussanga é o objeto de estudo desta dissertação. Localizado no sul do Estado de Santa Catarina, o município conta com pouco mais de 20 mil habitantes de etnia predominantemente italiana. O patrimônio material deixado pelos imigrantes e seus descendentes constituiu-se de exemplares da arquitetura ítalo-brasileira, das quais, 24 edificações receberam o tombamento estadual

como instrumento de preservação, através da Fundação Catarinense de Cultura.

O núcleo urbano, formado desde o início da colonização e que se mantém vivo até os dias atuais, concentra 18 edificações tombadas ao redor da Praça Anita Garibaldi, e é reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como o centro urbano mais representativo da arquitetura ítalo-brasileira do estado de Santa Catarina. O espaço que veio sofrendo interferências ao longo dos anos, atualmente, além de ter que atender as novas necessidades dos usuários, divide espaço com novos empreendimentos imobiliários e com os conflitos gerados pelos desejos da modernidade.

2.1.1 Dados

O município de Urussanga possui uma área de 254,869Km² (IBGE, 2010), localizado em fundo de vale, entre dois rios: Rio Urussanga e Rio Americano. Está situado na Zona Fisiográfica de Laguna, na região sul de Santa Catarina, em meio a colinas que se elevam a leste e a oeste, até alcançar as encostas da “Serra do Mar”. Seu clima se caracteriza por ser subtropical úmido com temperaturas que variam de 42,2°C (máxima) e -4,6°C (mínima), com uma média de 19,2°C. Já as precipitações são regulares e bem distribuídas sem estação seca definida, e com precipitações médias anuais acima de 1500 mm. (PMU, 2014).

Urussanga faz limites ao norte com Orleans, ao sul com Cocal do Sul, ao leste com Pedras Grandes e à oeste com Siderópolis, Lauro Müller e Treviso. As principais vias de acesso são a BR101, passando por Criciúma e Cocal do Sul (Km381), ou Morro da Fumaça (Km365), ou ainda por Gravatal, passando por Orleans (Km 336). (PMU, 2014).

Segundo o censo de 2010, realizado pelo IBGE, Urussanga possuía 20.223 habitantes, sendo 8.818 vivendo em meio rural e 11.405 em meio urbano. Atualmente estima-se que o município possua mais de 20.826 habitantes. (IBGE, 2010).

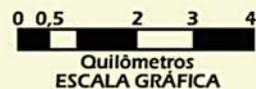
O Mapa Temático 1 (figura 1), apresentado a seguir, mostra a localização do município em relação ao Estado de Santa Catarina, região sul, dando destaque à rodovia BR 101, principal ligação entre as cidades litorâneas do Estado, assim como à Capital Florianópolis, distante 191km de Urussanga. A partir do mapa de Santa Catarina são ressaltados os municípios que compõem a região carbonífera, sendo o destaque dado ao município de Urussanga. Já o mapa de Urussanga apresenta a localização dos seus bairros, assim como destaca locais como: Área de preservação ambiental do Rio Maior; a área de exploração de jazidas de argila e quartzo

e jazidas de basalto para britagem; área de passivo ambiental; área do aterro sanitário; a malha urbana principal; a área de atividade agrícola, a área industrial e a área de estudo. Além disso, há a demarcação das rodovias municipais, e as estaduais, SC 445 e SC 108.

Este mapa, que foi encontrado entre os documentos da Primeira Oficina de Projeto Urbano realizado em Urussanga, no ano de 2007, apresenta informações detalhadas que contribuem para o entendimento do panorama do município.

MAPA TEMÁTICO 1 - LOCALIZAÇÃO - URUSSANGA/SC

Cota central = 49,00m População = 18.727hab.(IBGE 2000) Área do Município = 237,1km² Data de emancipação = 1900



Estado de Santa Catarina
com destaque para AMREC



Fonte: (OPUR, 2007), adaptado pela autora (CANCELLIER, 2015).

2.1.2 Histórico

Em 1878 chegavam à Urussanga os primeiros colonos italianos², vindos da região de Vêneto, do Vale Rio Piave, de Belluno e de Trento. (MAESTRELLI, 2011). Abrigaram-se inicialmente em um barraco em meio à mata fechada até receberem suas porções de terra. Após se estabelecerem nas terras, ocupavam-se com serviços públicos, e na falta de recursos para o sustento, recorriam aos primeiros imigrantes, chegados à Azambuja. Após a construção do primeiro rancho, a mata era derrubada para a plantação e só então, depois de meses é que se obtinha a primeira colheita. (MARZANO, 1985).

Em sua história, é possível identificar três períodos importantes que influenciaram o desenvolvimento econômico e conseqüentemente o desenvolvimento urbanístico de Urussanga. Inicialmente a agricultura e as pequenas indústrias ajudaram a erguer a pequena cidade que conheceu com o advento da exploração do carvão mineral os benefícios de uma vida mais tranquila. As últimas quatro décadas foram marcadas pelas indústrias diversificadas que mantiveram estável a economia do município, e quanto aos aspectos urbanísticos, pode-se afirmar que este deu um grande salto apresentando neste período as maiores transformações.

A partir do legado histórico e cultural deixado pelos colonizadores italianos, Urussanga conta com um rico patrimônio, sendo o material, representado pela arquitetura ítalo-brasileira, que ganha destaque em todo o estado de Santa Catarina. Além disso, possui monumentos, boa gastronomia, vinhos, festas, pousadas, e uma rica paisagem.

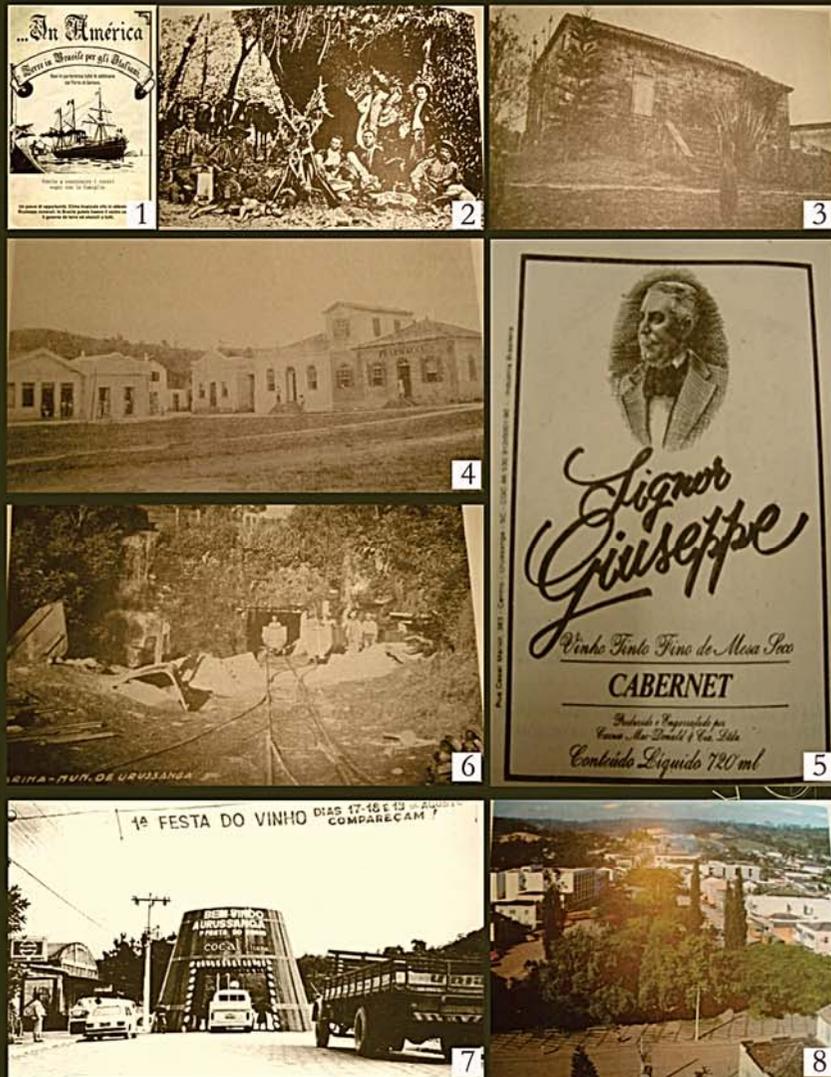
No entanto, sua riqueza, formada por paisagens naturais, suas manifestações culturais e sua arquitetura com 25 bens tombados, o forte apelo ao turismo ainda não resultou em uma estrutura capaz de fornecer à Urussanga uma gestão adequada de seu patrimônio. O momento vem inspirando preocupações por parte dos poucos envolvidos com o setor. Baldessar (2007) afirma que o folclore deixado pelos imigrantes vai se perdendo com o tempo, pois os descendentes nem ao menos entendem a língua de seus avós, vindos da Itália. Já Maestrelli (2011, p.192) afirma que se iniciou um "penoso caminho de sacrifícios" buscando resgatar a cultura do vinho, da uva e de muitas tradições que foram esquecidas por uma geração que em um momento, "considerou tais valores como depreciativos ou pejorativos".

A descrição breve do histórico do município tem como objetivo dar destaque aos fatos mais relevantes e que contribuíram para a formação da cidade, sobretudo, do meio urbano, conforme mostra o Mapa Temático 2

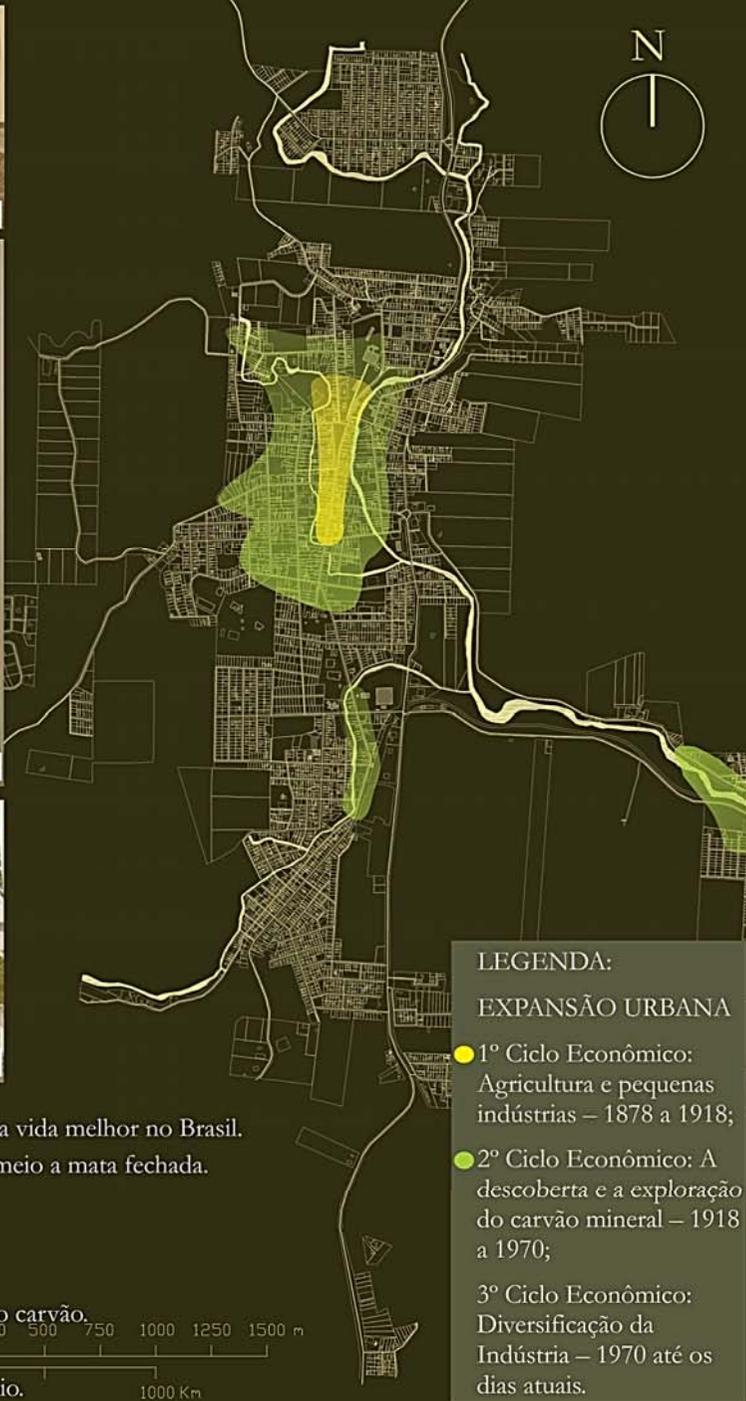
² Histórico completo no "APÊNDICE A".

(figura 2), logo abaixo. O mapa apresenta manchas, representando os ciclos econômicos e períodos distintos de urbanização. Os principais ciclos econômicos são: 1º Agricultura e pequenas indústrias (1878-1918); 2º A descoberta e a exploração do carvão mineral (1918-1970); e 3º Diversificação da indústria (1970 - dias atuais). De maneira a complementar os fatos relevantes da história do município, o mapa também apresenta imagens que estão dispostas em ordem cronológica. Imagens também mostram a evolução urbana da área em estudo.

MAPA TEMÁTICO 2 - FATOS HISTÓRICOS E EXPANSÃO URBANA

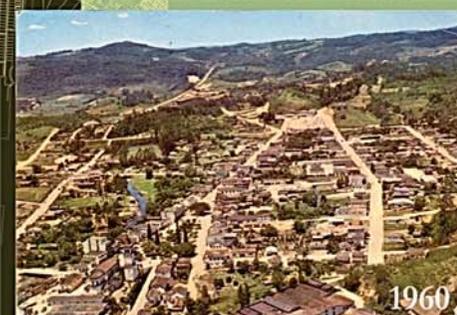
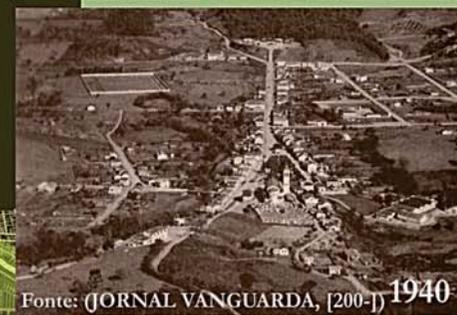


1. Entre os anos de 1876 e 1878 circulavam na Itália, jornais e promessas de uma vida melhor no Brasil.
2. Ao chegarem, em 26 de maio de 1878, foram abrigados em um barracão em meio a mata fechada.
3. Após o início do plantio, a casa residencial era aperfeiçoada.
4. Em 06 de outubro de 1900, Urussanga foi elevada a município.
5. Destaque para a indústria de vinho com Giuseppe Caruso Mac Donald.
6. Em 1917 as minas de carvão foram abertas e em 1918 iniciou-se a extração do carvão.
7. 1ª Edição da Festa do Vinho em 1984, início de várias ações culturais.
8. Praça na década de 1970. Indústrias diversificadas já estabelecidas no município.



LEGENDA: EXPANSÃO URBANA

- 1º Ciclo Econômico: Agricultura e pequenas indústrias – 1878 a 1918;
- 2º Ciclo Econômico: A descoberta e a exploração do carvão mineral – 1918 a 1970;
- 3º Ciclo Econômico: Diversificação da Indústria – 1970 até os dias atuais.



2.2 A ENTREVISTA

Sendo a estratégia mais comum no trabalho de campo, a entrevista foi destinada a dois grupos diferentes de participantes: agentes do campo do patrimônio e moradores locais.

Para as entrevistas com os participantes definidos como "moradores locais": pessoas que circulam pelo centro e que não possuem ligação direta com o patrimônio, estes foram abordados em áreas públicas, mais precisamente na Praça Anita Garibaldi e arredores, sem agendamento prévio. A abordagem foi feita com os indivíduos que aparentaram disponibilidade, tais como os sentados no banco da praça, por exemplo.

Já para as entrevistas com os participantes definidos como "Agentes do Campo do Patrimônio", foi feito inicialmente um contato telefônico, sendo local e horário, agendados previamente. Após o consentimento dos participantes, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

Na abordagem com os Agentes do Campo do Patrimônio, as perguntas foram abertas, a fim de que através de um diálogo eles pudessem trazer informações pertinentes, relacionadas ao patrimônio. Enquadram-se neste grupo: Arquiteto e Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, assim como a ex-diretora do Departamento, e o Prefeito municipal de Urussanga; Arquitetos da FCC e IPHAN; Secretária de Cultura, Turismo e Esporte de Nova Veneza; e Arquiteta da Prefeitura de Laguna. Além de entrevistas com proprietários e inquilinos das edificações tombadas em Urussanga.

Já quanto à entrevista direcionada aos moradores locais, a abordagem foi iniciada com a apresentação das imagens individuais de algumas das edificações tombadas no perímetro urbano, mais precisamente na Praça Anita Garibaldi, e foi proposto que o entrevistado **falasse o que ele vê e pensa sobre a imagem observada**, e havendo necessidade, foram feitas outras perguntas, tais como, se a edificação presente na imagem é importante para o entrevistado, para a cidade e os motivos, reconhecendo assim, o seu significado individual e em relação ao desenvolvimento urbano da cidade. Em um segundo momento, foram realizadas outras duas importantes perguntas: **Você já ouviu falar em patrimônio histórico? O que você pensa sobre patrimônio histórico?** Assim, foi possível observar o nível de entendimento dos urussanguenses sobre patrimônio e se eles vinculam o termo às edificações anteriormente apresentadas.

É importante ressaltar que no decorrer do processo, houve a necessidade de realizar outras perguntas, assim como o entrevistado também pôde acrescentar informações sobre o tema tratado.

Quanto aos participantes incluídos na pesquisa, não foi determinada inicialmente, a quantidade, pois para esta pesquisa social, de caráter qualitativo, a técnica de amostragem não é indicada, já que segundo Deslandes (2012, p. 48) "[...] o *universo* em questão não são os sujeitos em si, mas as suas representações, conhecimentos, práticas, comportamentos e atitudes". Portanto, para a escolha dos sujeitos foi utilizada a inclusão progressiva, sendo como critérios de inclusão: maiores de 18 anos; naturais de Urussanga e/ou moradores da cidade há mais de 20 anos. Já como critérios de exclusão: menores de 18 anos; naturais de outra cidade e/ou residentes há menos de 20 anos em Urussanga; e legalmente incapazes. A variedade que caracteriza os participantes da pesquisa teve como intuito avaliar e comparar as informações apresentadas pelos diferentes indivíduos.

Quanto ao grau de risco que o participante foi submetido, se caracteriza por mínimo, podendo acarretar apenas em um "dano" imediato, pois o participante precisou disponibilizar algum tempo para participar da pesquisa. Então, o risco principal que o participante pode ter sofrido é em relação a algum desconforto quanto ao tempo gasto com a entrevista, visto que no momento da abordagem ele estava voltado a outras atividades. Com a concordância do procedimento, esforços não foram poupados para que ele se sentisse o máximo à vontade com o tema e exposição de opiniões, assim como o entrevistador tentou ser breve, para que o tempo despendido não ultrapassasse os 20 minutos.

Critério de saturação na definição da amostragem

O número de entrevistados foi definido através do critério de saturação, pois a partir da repetição e regularidade das respostas, o processo foi interrompido. Segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008, p.17), a técnica "é usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes."

Alguns aspectos podem influenciar na definição da saturação, tais como o referencial teórico utilizado, o recorte do objeto, os objetivos da pesquisa e seu aprofundamento. Mas, ainda sim, "[...] por ser uma ferramenta inerentemente influenciada por fenômenos cognitivos e afetivos da dupla pesquisador-pesquisados, na prática da pesquisa qualitativa o encontro desse ponto de saturação está sujeito a imprecisões." (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 26).

A fim de assegurar a transparência no processo, serão apresentados os fatores que ajudaram a definir o ponto de saturação nas entrevistas com os moradores locais:

- Uma questão que de certa forma inviabilizou a continuidade da pesquisa e contribuiu para o desgaste do pesquisador foi o fato de que, em

cada abordagem, primeiramente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE teve de ser lido e solicitada a sua assinatura, aumentando o tempo necessário a ser disponibilizado pelo participante. Além do aumento das negativas na participação, em alguns casos, houve a interrupção da entrevista pelo participante. A solicitação de assinatura causou certo desconforto nos entrevistados;

- Outro fator determinante foi o envolvimento emocional do entrevistador com o tema estudado.

- Com a chegada de um número em torno de 20 entrevistas (além das efetuadas anteriormente para a pesquisa piloto), muitos dados e discursos repetitivos apareceram.

Levando em conta todos estes fatores, optou-se por interromper o processo e dar continuidade à pesquisa através de entrevistas com os agentes do campo do patrimônio, formando assim, um rico material que será apresentado nos capítulos "Patrimônio em Santa Catarina" e "Patrimônio em Urussanga".

Equipamentos utilizados no estudo de campo

Os equipamentos utilizados no trabalho de campo foram um gravador, modelo ICD-PX333/PX333F da SONY, importante auxílio na realização das entrevistas. Imagens foram obtidas através da máquina fotográfica, modelo também da SONY. Segundo Minayo (2012b), para garantir a autenticidade da entrevista, o gravador é um dos instrumentos mais utilizados.

Local de Abordagem

O palco das observações e abordagem das entrevistas foi a Praça Anita Garibaldi e seus arredores, devido à possibilidade de abranger variados grupos de indivíduos. Além disso, é na área central que se encontra o maior número de edificações tombadas, parte do patrimônio, o que facilitaria o contexto de abordagem das entrevistas.

2.3 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O Discurso do Sujeito Coletivo é um procedimento de análise de dados, capaz de identificar o pensamento de uma coletividade.

Segundo Lefevre (2005), para a produção dos discursos (DSCs) são realizadas quatro operações, pelas quais são identificadas:

Expressões-Chave (E-Ch): a partir do material são selecionados trechos que melhor descrevem seu conteúdo;

Ideias Centrais (ICs): são os sentidos semelhantes ou complementares dos depoimentos;

Ancoragens (ACs): são as ideologias, crenças e valores presentes e identificadas nas entrevistas, formando afirmações genéricas;

Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs): considerado o resultado da reunião das Expressões-Chaves, Ideias Centrais e/ou Ancoragens.

2.4 PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO

Segundo Teixeira (2003), as pesquisas qualitativas geram um volume grande de dados que para serem compreendidos, devem ser organizados. Este processo continuado identifica "[...] dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado". Todas estas técnicas juntas, na pesquisa qualitativa, são denominadas "análise de conteúdo". (p.194).

Portanto, após a etapa de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, os dados obtidos passaram pelo processo de categorização, onde temas foram extraídos para uma análise que, segundo Campos (2004, p. 614), "exprimem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos".

As categorias, neste trabalho, se configuram como **não apriorísticas**, ou seja, categorias que surgem a partir das respostas dos participantes da pesquisa, baseado nos conhecimentos teóricos, competência, sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. (CAMPOS, 2004).

O próximo capítulo prepara o leitor para o entendimento dos resultados, através do Referencial Teórico, que desenvolve os conceitos-chaves do trabalho: Patrimônio, Desenvolvimento Urbano e Representação Social.

CAPÍTULO 03 - REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio passou por algumas transformações ao longo da história. Vindo do latim - *patrimonium* - inicialmente estava relacionado com herança de família. Atualmente no dicionário de língua portuguesa a palavra incorpora outros significados, sendo definida como: "Bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a humanidade, e que, ao se tornar (em) protegido (s), como, p. ex., pelo tombamento, deve (m) ser preservado (s) para o usufruto de todos os cidadãos." (FERREIRA, 1999).

Em consequência à Revolução Industrial, mais precisamente a partir da metade do século XIX, foi atribuída à palavra patrimônio, tudo que antecede e abarca o testemunho de uma cultura, apresentando um interesse artístico, científico e histórico. (DIAS, 2006).

O século XX foi marcado por inúmeros acontecimentos, e com o final da Segunda Guerra, houve uma ampliação no sentido de patrimônio, passando este a ter um acréscimo do conceito patrimônio urbano. É recente a denominação e conceituação de imaterial ou intangível do patrimônio, pois este inicialmente era entendido apenas como bens materiais. (CASTRIOTA, 2003). Isso demonstra o quanto as diversas dimensões de patrimônio vêm ganhando importância e preocupação ao longo dos anos.

Vieira Filho (2007d) também cita a metade do século XX, principalmente o período pós-guerra, como o início da prática de preservação de cidades e conjuntos urbanos, decorrentes do sentimento de recuperação de identidade no processo de reconstrução das cidades atingidas pela guerra: "[...] foi depois dos traumas da Segunda Guerra e da onda de valorização dos aspectos simbólicos e sentimentais das cidades, que os ideais urbanos deixaram de apoiar-se quase exclusivamente no racionalismo, no funcionalismo e na busca da modernidade." (p.4).

Várias das preocupações, em relação ao patrimônio, surgidas ao longo dos tempos, estão presentes nas Cartas Patrimoniais, documentos confeccionados por especialistas e instituições nacionais e internacionais, em momentos diversos, e em diferentes lugares do mundo.

O Quadro 1, logo abaixo, apresenta algumas das principais Cartas Patrimoniais e a sucinta descrição dos seus conteúdos.

Quadro 1: Cartas Patrimoniais

"Carta de Atenas" (1933)
Resultado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, contém observações referentes à cidade e sobre o Patrimônio Histórico das Cidades;
Carta "Recomendação Paris Paisagens e Sítios" (1962)
Trata-se de uma recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sobre a proteção da beleza e do caráter, como o próprio título sugere, de Paisagens e Sítios;
"Carta de Veneza" (1964)
Confeccionada no "II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos", trata da conservação e restauração de monumentos e sítios;
"Carta do Restauro" (1972)
É outro importante documento, divulgado pelo Ministério da Instrução Pública da Itália, "[...] para que se atenham, escrupulosa e obrigatoriamente, em todas as intervenções de restauração em qualquer obra de arte, às normas por ela estabelecidas e às instruções anexas";
"Carta de Burra" (1980)
Criada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS trata de recomendações sobre conservação, preservação, restauração, reconstrução e dos procedimentos a que um bem pode ser submetido;
"Carta de Petrópolis" (1987)
Foi feita a partir do "1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos". O documento define sítio histórico urbano, como "[...] o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.";
"Carta de Washington" (1987)
Trata da salvaguarda das Cidades Históricas, a partir da preocupação com a destruição ocasionada pelo urbanismo surgido a partir da industrialização;
"Carta de Brasília" (1995)
É um "Documento regional do Cone Sul". O documento revela a preocupação com a autenticidade das cidades.

Fonte: Cancillier (2015).

Embora muitos dos documentos apresentados acima (quadro 1) tenham sido elaborados há muito tempo, suas considerações são importantes e servem para os dias atuais, norteando muitos estudos e ações de especialistas e profissionais que lidam diretamente com patrimônio.

Em 1972, preocupados com a preservação do patrimônio, a Organização das Nações Unidas realizou uma Conferência Geral intitulada "Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural", onde foram elencados os elementos que podiam ser considerados patrimônio cultural: **os monumentos**, inclusos obras arquitetônicas, escultura ou pintura monumentais, elementos arqueológicos, inscrições e grutas e outros grupos de grande valor universal para a história, arte ou ciência; **os conjuntos**, definidos por construções agrupadas ou isoladas dotadas de uma arquitetura integrada à paisagem, constituindo um valor universal para a história, arte ou ciência; **os locais de interesse**, caracterizados por obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, zonas e locais de interesse arqueológico, tornando-se de valor universal com caráter histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Lemos (2010) também apresenta considerações a respeito do "Patrimônio Histórico e Artístico". Ele afirma que a expressão faz parte de um acervo maior, o Patrimônio Cultural de um povo, e deste, devem ser preservados os elementos de maior significância para que se garanta a compreensão da memória social.

Sobre patrimônio histórico e artístico, Carsalade (2003, p.218) afirma que "ele é responsável pela continuidade histórica de uma comunidade que se reconhece como tal e corporifica seus ideais e valores, transcendendo as gerações. Dessa forma, incita ao patriotismo e à ética, convida ao saber e à reverência."

Observada a abrangência da palavra Patrimônio, Lemos (2010) deixa transparecer uma preocupação quanto aos tipos de interesses em se obter a sua preservação, afirmando que um pequeno grupo se preocupa de fato com preservação e defesa da memória, e outros tantos grupos possuem interesses variados. Vitor e Santos (2011) explicam que as transformações ocorridas com o patrimônio ao longo dos anos, vão além da aquisição de significados, sendo suas transformações relacionadas com a sua utilização a partir dos interesses de grupos sociais.

Confirmando o parágrafo acima, em relação aos interesses que diferentes grupos possam ter sobre o patrimônio, Françoise Choay afirma que tanto os monumentos, quanto o patrimônio adquiriram com os anos, o duplo papel de proporcionar saber, mas também o prazer, a partir da transformação do seu valor de uso para o valor econômico, através do que ela denomina "empreendimento público e privado", que nas cidades, tem o objetivo de atrair cada vez mais visitantes. (CHOAY, 2006, p. 211).

3.2 PATRIMÔNIO NO BRASIL

O arquiteto e escritor Carlos A.C. Lemos (2010) ao introduzir o capítulo IV em seu livro intitulado "O que é patrimônio histórico", relembra alguns pioneiros quanto a iniciativa de preservação do patrimônio no Brasil, citando desde o Conde de Galveias, com sua carta escrita ao governador de Pernambuco em 1742, até o projeto de Mário de Andrade, que antecede a lei de 1937, que criou o SPHAN, "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", atual IPHAN - "Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional".

Embora a preocupação com a preservação do patrimônio fosse algo demonstrado há muito tempo, faz apenas algumas décadas que o governo brasileiro assumiu esse compromisso. Inicialmente, a política de proteção do patrimônio foi criada com o intuito de fortalecer o Estado Nacional (DIAS, 2006), sendo só mais tarde, por exemplo, que as cidades e as áreas urbanas, como um todo, passaram a fazer parte das políticas do patrimônio. (CASTRIOTA, 2003).

Dentre as políticas de preservação, o tombamento é o instrumento mais utilizado no Brasil e foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que determina a utilização de quatro Livros do Tombo para a inscrição de obras, através do SPHAN, criado em janeiro do mesmo ano – Lei nº 378 de janeiro de 1937. São estes: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

No Decreto-Lei nº. 25, em seu artigo 6º do capítulo II, consta a seguinte orientação: "O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.". Ou seja, quando o bem for considerado de grande significância, será aplicada a ele a lei de tombamento, mesmo sem o consentimento do proprietário, forçando-o a preservação.

A obrigatoriedade de preservação em muitos casos fez surgir um sentimento de revolta em muitos proprietários, que passaram a não se sentir mais donos do imóvel, e conseqüentemente, prejudicando o próprio processo de preservação.

Carsalade (2003) destaca alguns aspectos, que em sua opinião, poderiam modificar o cenário de preservação do patrimônio no Brasil, caso fossem utilizados: A utilização de inventários, o estímulo à conservação voluntária através de incentivos fiscais e mecanismos compensatórios, legislação urbanística e revitalizações a conjuntos e núcleos urbanos históricos, ações que aos poucos, segundo o autor, iriam substituir o instrumento de tombamento. O que se percebe é que o instrumento, mesmo sendo o principal e mais antigo instrumento de preservação, ainda

é questionado por muitos quanto a sua aplicabilidade e eficácia. Não se sabe até que ponto a extinção do instrumento de tombamento seria vantajoso, já que a sociedade em geral está acostumada a fazer as coisas sempre em benefício próprio e não pensando em um coletivo. A preocupação que fica, em especial, é com relação aos proprietários dos imóveis tombados, em muitos casos empresários, cujo caráter empreendedor e capitalista fala mais alto.

São funções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN: Analisar, aprovar ou não os projetos de intervenções em imóveis ou áreas de preservação, assim como seu entorno; Fiscalizar a execução dos projetos aprovados pela Instituição, garantindo que as ações firmadas em projeto sejam cumpridas. (VIEIRA FILHO, 2007e).

Vieira Filho (2007b; 2007c) afirma que o IPHAN, em 70 anos, tombou cerca de 80 centros históricos e mais de 1000 edificações individuais em todo o Brasil, tarefa dificultada pela dimensão do país, pelo dinamismo das cidades, estruturas administrativas precárias, a própria fragilidade dos bens e a necessidade permanente de trabalhos de restauro especializados.

Dias (2006) relata em sua obra, algumas ações efetuadas no decorrer do tempo em prol da preservação do patrimônio e que aqui estão sintetizadas no Quadro 2, que segue abaixo:

Quadro 2: Trajetória da Preservação no Brasil.

1937	Decreto-Lei n.º 25, de 1937 - Lei de Tombamento e criação de quatro Livros do Tombo;
1970	Compromisso de Brasília - adoção de medidas para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
1971	Compromisso de Salvador - foram reafirmados os compromissos assumidos em Brasília e recomendada a criação de uma legislação mais eficiente;
1973	Criação do Programa das Cidades Históricas - PCH, pelo Ministério do Planejamento, Educação e Cultura do Governo Federal, com o objetivo inicial de pesquisar e aplicar a restauração do patrimônio no Nordeste.
1987	Carta de Petrópolis, divulgada no I Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos.
1988	Constituição do Brasil, ressaltando o dever dos municípios, de proteger o patrimônio local, com base na legislação e fiscalização federal e estadual.
1989	Carta de Cabo Frio - destacando as ações da comunidade

	e da educação no sucesso da política de preservação.
1997	Seminário "Patrimônio Imaterial", em comemoração aos 60 anos de criação do IPHAN, resultando em estratégias e formas de proteção, presentes na Carta de Fortaleza.
1997	Carta de Mar Del Plata, divulgada pelo Mercosul, sendo seu assunto voltado ao Patrimônio Intangível, recomendando o fomento e articulação entre as políticas de preservação do patrimônio e turismo, com intuito de desenvolvimento social produtivo.
2000	Criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, um instrumento de preservação, onde o registro deve ser feito em quatro livros: Livro de registro de saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos lugares.

Fonte: Dias (2006)

O IPHAN vem promovendo diversos eventos e intensificando suas ações de preservação através do apoio conquistado nas comunidades, governos municipais e estaduais, instituições públicas e privadas e do Ministério Público. A Instituição possui um Plano Nacional que abarca questões de planejamento e administração pública, além de atividades de promoção de informações referente ao patrimônio, envolvendo a educação patrimonial, a efetiva conservação e preservação dos bens culturais, estudos e pesquisas, identificação e documentação. (IPHAN, 2014a). O interessante é que cada unidade do IPHAN possui seu plano, podendo assim, levar em conta as especificidades e necessidades de cada local.

O Programa das Cidades Históricas (PCH), como pode ser observado no quadro acima, foi criado entre os anos de 1973 e 1983. Com a crise dos anos 80, os objetivos do programa tiveram de ser adiados, para só então em 1999 terem continuidade através do Programa Monumenta, um importante programa que promoveu a requalificação de 26 conjuntos históricos, dentre outras ações. (PACCH, 2009). Atualmente, denominado de PAC Cidades Históricas (PACCH), o programa está em sua segunda edição e é diferente do Programa Monumenta por tratar-se de uma política transversal, envolvendo Ministério da Cultura, os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além do BNDES e Caixa Econômica Federal, sendo sua execução através dos agentes públicos e governamentais. (PACCH, 2013)

Através de investimentos para a recuperação, restauração e qualificação de monumentos e conjuntos urbanos, além de outras ações,

muitas cidades já foram beneficiadas a partir de uma estratégia de preservação do patrimônio cultural, considerada nova, por se articular com outras políticas públicas. (PAC, 2013). Embora não haja previsão, espera-se que muitos outros municípios sejam contemplados com o Programa, que em meio a tantos diferenciais, aponta ainda para a participação da sociedade em todo o processo, caracterizando assim, um ponto importante, por impedir que se estabeleçam desigualdades sócio-espaciais decorrentes das intervenções, comum em muitas cidades em ações anteriores.

3.3 DESENVOLVIMENTO URBANO

Desde a formação dos primeiros núcleos urbanos, a partir do sedentarismo, o homem vem buscando aperfeiçoar e facilitar seu modo de vida. Atualmente, o que tem chamado atenção, é o ponto em que chegou a humanidade e suas transformações, sobretudo no meio urbano.

Souza (2003) aponta as transformações sociais como as responsáveis pela definição dos modos de vida dos indivíduos e que foi a partir de transformações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais que surgiram as primeiras cidades. Mas pode-se destacar que o processo de industrialização foi o mais impactante trazendo verdadeiras transformações ao longo dos anos no meio urbano e em toda a sociedade.

Essa transição, principalmente econômica, segundo Lefebvre (1991) induziu a inúmeros problemas em relação ao crescimento e organização das cidades, atingindo o seu desenvolvimento, fazendo com que a sociedade de hoje se caracterize pelos problemas decorrentes do processo.

Observando algumas cidades brasileiras e até algumas estrangeiras, pode-se dizer que viver numa sociedade de consumo exige também que a coletividade abdique principalmente daquilo que proporciona qualidade de vida, como água potável, a natureza, segurança, ar puro, tranquilidade, tudo em prol do crescimento econômico, em especial, do particular. Esta condição não é regra e nem deveria ser, mas é apenas um retrato de muitas cidades e situações onde a questão ambiental e a qualidade de vida não são consideradas, quando a prioridade é o crescimento econômico. Souza (2003) destaca que os impactos ambientais provocados pelo atual sistema econômico e pela necessidade cada vez maior de produção, são os mais difíceis de controlar.

Não bastasse a degradação do ambiente natural, as consequências dessa "evolução" atingem também os ambientes produzidos ao longo dos anos e que são repletos de significados e memórias daqueles que por aqui passaram. Seletivamente a riqueza material e imaterial vem sendo apropriada e a diversidade cultural e sócio espacial é com frequência "vista

[mais] como um estorvo pelas elites econômicas do que como um bem a preservar [...]". (SOUZA, 2003, p. 94).

Isso caracteriza um problema que vem sendo discutido por muitos especialistas, o da perda de identidade de muitas cidades. Segundo Vieira Filho (2007a), no Brasil, as cidades estão se tornando homogêneas, consequência do processo de urbanização, iniciado no século XX e influenciado pela arquitetura globalizada. O mesmo autor ressalta que o rápido surgimento e crescimento das cidades e da população urbana, exigiram um grande investimento em estruturas viárias, resultando na degradação do meio ambiente, na construção da arquitetura em massa e no comportamento globalizado.

Portanto, o que se observa hoje, é decorrente de um processo, e as consequências deste se caracterizam pela perda de qualidade de vida o que acaba por afetar diretamente na saúde mental e corporal do indivíduo. O caos no trânsito, os espaços públicos desqualificados, a desvalorização das paisagens tradicionais, o descaso com as especificidades urbanas, as áreas centrais sem investimentos, degradadas. "[...] o *momento* em que as cidades brasileiras vivenciaram sua fase de expansão, coincide com o período em que foi muito maior a dificuldade em compatibilizar desenvolvimento com preservação de especificidades urbanas." (VIEIRA FILHO, 2007a, p. 02).

Eis que surgem vários conflitos que Lefebvre (1991, p. 9) identifica como um processo duplo e inseparável: "industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social". Nestes processos há a interferência de algumas classes, em especial, as detentoras do capital e manipuladoras do seu emprego econômico, dos investimentos e da sociedade em geral, sendo ela a que controla a destinação de recursos financeiros à cultura, ao conhecimento e à ideologia.

O mundo é marcado por ideologias, onde cada grupo as utiliza em prol de seus interesses. Foi a partir da década de 1950 que se pode afirmar que ideologias preocupadas com o desenvolvimento econômico - uma combinação de crescimento econômico e modernização tecnológica - foram criadas. Essas ideologias vêm influenciando as pessoas a pensarem que desenvolvimento é sinônimo de crescimento, expansão, modernização do espaço e do transporte e áreas embelezadas. (SOUZA, 2003). Mal sabem elas que este grande equívoco contribui com a degradação do ambiente, pois os frutos colhidos em uma sociedade onde a prioridade é o consumo, trazem custos principalmente sociais e ambientais.

Coriolano (2012, p. 62-63) acrescenta que o conceito de desenvolvimento foi criado para a finalidade de explicar as diferenças socioeconômicas entre países, "[...] associado à ideologia de que as nações

pobres poderiam superar tais problemas, caso caminhassem conforme as regras estabelecidas pelos países dominantes."

Dando continuidade à reflexão, Souza (2003, p. 96) faz o seguinte questionamento: "que *desenvolvimento urbano* é esse, que vem no bojo de tantas e de tamanhas contradições?". Ele afirma ainda que o desenvolvimento que deve ser visado é aquele que considera os reais interesses da sociedade, não devendo ser exclusivamente econômico, e sim sócio espacial.

Se uma cidade produz mais e mais riqueza, mas as disparidades econômicas no seio de sua população aumentam; se a riqueza assim produzida e o crescimento da cidade se fazem às custas da destruição de ecossistemas inteiros e do patrimônio histórico-arquitetônico; se a conta da modernização vem sob a forma de níveis cada vez menos toleráveis de poluição, de estresse, de congestionamentos; se um número crescente de pessoas possui televisão em casa, para assistir a programas e filmes de qualidade duvidosa e que, muitas vezes, servem de inspiração para atos de violência urbana, violência urbana essa que prospera de modo alarmante; se é assim, falar de "desenvolvimento" é ferir o bom senso. (SOUZA, 2003, p. 101).

Fala-se muito em desenvolvimento urbano, mas pouco se percebe a falta de desenvolvimento na mentalidade e conhecimento dos indivíduos que se preocupam cada vez mais em ocupar suas mentes com coisas fúteis e reproduzidas, principalmente pelos veículos de informação e o interesse demasiado em benefício exclusivamente pessoal.

Lefebvre (1991, p. 141) chama a atenção para uma realidade que embora repetida inúmeras vezes, nem sempre é percebida: "A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo)."

Em se tratando de especialistas, quando se fala em patrimônio, é unânime a afirmação de que para um desenvolvimento urbano, se faz necessário identificar, valorizar e integrar o seu patrimônio à vida cotidiana. Um planejamento que não considera as especificidades da cidade, certamente compromete o verdadeiro significado de desenvolvimento urbano.

Ao desenvolvimento atribui-se significados, valorações e direções, associado a algo positivo ou que conduz para melhor. Quase sempre falar de

desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer (do devir) e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é um processo multidimensional, territorial, ambiental, econômico, social e cultural. Uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões, violências, e políticas. Portanto, para tratar da realidade é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica do desenvolvimento hegemônico e qual desenvolvimento se pretende alcançar, desde que fuja do proposto pela economia clássica e reduzido ao crescimento econômico. (CORIOLANO, 2012, p.63).

Vieira Filho (2007b, p.5) observa que para a concepção das cidades do futuro, é imediata a necessidade de apropriação da natureza, da cultura e do patrimônio. Já em outro texto, o autor afirma que "[...] desenvolvimento verdadeiro precisa combinar crescimento com preservação, sob pena de tornar-se sinônimo de globalização, perda de qualidade e identidade urbana." (p. 2 - 1d).

Carsalade (2003) afirma que um desenvolvimento econômico fundamentado na preservação se torna inteligente e eficiente, demonstrando um comportamento ético e sólido, apresentando tais características também nas relações comerciais em que atua. Ele defende que o patrimônio deve ser inserido no dia a dia e não deve ser tratado como museu, que as pessoas visitam somente aos finais de semana.

O que deve ser discutido com urgência, sobretudo nos municípios dotados de patrimônio ou cidades históricas, são os meios de integrar o desenvolvimento e a preservação em suas políticas de planejamento. Há que se obter um planejamento integrado, como afirma Vieira Filho (2007c, p. 2), onde sociedade, governo e entidades atuem no sentido de enaltecer as áreas históricas, excluindo os sentimentos de inferioridade que possam existir na população, por possuírem áreas consideradas equivocadamente distantes da modernidade e do desenvolvimento.

Fazem-se necessárias também, medidas de aperfeiçoamento dos responsáveis pelo planejamento urbano. Certamente os especialistas, reconhecendo as peculiaridades e potencialidades do município, entenderão que se trata de um local privilegiado e que, portanto possui inúmeras maneiras de se apropriar de tais características tendo em vista o seu desenvolvimento.

Dias (2006) sugere que para fortalecer política e economicamente uma cidade é essencial que se eleve a autoestima da sociedade através do

despertar da história de formação das comunidades, assim como seus símbolos identitários, consolidando sua identidade cultural. Ele ainda acrescenta que neste processo, os lugares recebem novos significados, "tornando-os espaços de revitalização cultural, espaços que contemplem a diversidade, não só como um fator valorizado de coesão social, mas como um importante caldo de cultura para a inovação e a criatividade." (DIAS, 2006, p.183).

Vieira Filho (2007a, p.2) identifica os verdadeiros sinônimos de modernidade: "qualidade ambiental, identidade urbana, referência e conforto psicológicos, além de espaços preferenciais de educação, cultura, lazer regional e turismo.". Ele cita ainda outras características essenciais para a obtenção de uma cidade desenvolvida, indo além de adequados sistemas viários, como parques, museus, bibliotecas, favorecendo uma rotina artística e cultural.

No mundo de hoje, não é possível pensar em contemporaneidade urbanística nem em desenvolvimento urbano efetivo, sem incluir a dimensão humano/ecológica, a apropriação de áreas históricas, a manutenção de identidades urbanas, a valorização das celebrações comunitárias, e a reconexão com os espaços naturais e os lugares de memória – que explicam e personalizam cada uma das cidades do planeta. Esses fatores, em conjunto com aspectos como a eficiência dos transportes coletivos, a qualidade das moradias, a diversidade dos serviços e do comércio, a oferta de áreas de lazer e o direito à cultura formam a base do que se tem chamado *espírito dos lugares, alma das cidades, novas cidades, novo urbanismo*, etc. (VIEIRA FILHO, 2007b, p. 05).

A passagem acima vem ao encontro do pensamento de Lefebvre (1991) quando ele afirma que o crescimento e o desenvolvimento das cidades devem ser pensados e orientados nas novas necessidades da sociedade urbana, que pode ser auxiliada pela facilidade de acesso à tecnologia e à informação.

Quanto maior a qualidade de vida das pessoas, maior o processo de desenvolvimento, significando que atingiu a escala humana, satisfazendo necessidades amplas que se alargam pelos desejos, sonhos e utopias.

Mudar a visão do desenvolvimento significa substituir ideias, compromissos, significados assim como mudar indicadores por aqueles mais

representativos dessa construção mental remetidos à sociedade e não apenas à economia. (CORIOLANO, 2012, p.66).

A citação acima reforça o quanto a sociedade distorce o verdadeiro sentido de desenvolvimento urbano. Para que todos vivam com qualidade de vida, primeiramente se exige uma mudança de mentalidade.

3.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

No dia a dia, em meio aos indivíduos, em suas interações e relações estão presentes as representações sociais. Expressão que em um primeiro momento soa como algo intrigante, sempre esteve presente na vida de cada pessoa, vindo a sofrer inúmeras transformações ao longo do tempo. Isso porque, segundo Moscovici (2012), tudo aquilo que é desconhecido, força o ser humano a criar representações sociais numa tentativa de tornar o estranho em algo familiar, ou seja, "[...] tornar comum e real algo que é incomum [...]". (p.58). Assim, "[...] a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem". "representação = imagem/significação". (p.46).

Quando se fala em "significado" dentro da arquitetura, vem à mente a teoria dos signos, ou semiótica. Não menos complexo, o estudo desta teoria possibilita conhecer como o indivíduo dá significado a tudo que o cerca. Segundo Lucrécia D'Aléssio Ferrara (1993, p. 7), "toda representação é uma imagem, um simulacro do mundo a partir de um sistema de signos [...]".

Geoffrey Broadbent em "Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura" tenta simplificar a teoria e traz estudos de diversos autores. "[...] goste-se ou não, todos os edifícios simbolizam ou, pelo menos, "são portadores" de significados." (BROADBENT, 2006, p.144).

Como linguagem, a arquitetura é representação, é signo da relação de conhecimento que se processa entre o espaço e o homem que sobre ele intervém, por meio do projeto ou do uso cotidiano. Um signo complexo que se compõe da mistura de outros signos parciais que incidem sobre as relações sociais no espaço e no tempo e interferem na produção/criação da instabilidade dessas relações. Um signo polissensorial feito de ícones ou de índices utilitários pelos quais as relações e valores sociais se concretizam. Ícones e índices que estão presentes nas escolhas individuais e coletivas, locais

e globais que direcionam a vida de todos os dias: nosso modo de habitar, de trabalhar, de consumir, de locomoção, de todas as representações da nossa individualidade. Esse signo complexo é de baixa definição porque não possui código que agilize e garanta a informação que processa, porém, sugere grande riqueza informativa, embora de difícil percepção. (FERRARA, 2000, p.156).

Mesmo a teoria dos signos não sendo a teoria escolhida para o desenvolvimento do trabalho, sua passagem breve nos parágrafos anteriores, se fez necessária, pois reforça sua importância no mundo dos significados e representações no dia a dia dos indivíduos e mostra o quão semelhante é com a teoria de representação social, no qual o trabalho de dissertação se apoia.

A partir de 1960, o conceito "representação social" foi resgatado da sociologia de Émile Durkheim por Serge Moscovici, que passou a estudar e desenvolver a teoria, que hoje se agrega a área de psicologia social. (SÊGA, 2000). Souza Filho (1995) ressalta que o estudo das representações sociais decorreu de uma crítica estabelecida aos modelos onde o sujeito tinha sua participação reduzida, e que foi efetivamente a partir dos anos 1970 que o tema chamou a atenção de muitos outros pesquisadores sociais. Em uma rápida investigação é possível observar o quanto a teoria tem sido empregada em muitas pesquisas a fim de se conhecer fenômenos diversos que dizem respeito a toda a sociedade.

[...] o status dos fenômenos da representação social é o de um status simbólico: estabelecendo um vínculo, construindo uma imagem, evocando, dizendo e fazendo com que se fale, partilhando um significado através de algumas proposições transmissíveis e, no melhor dos casos, sintetizando em um clichê que se torna um emblema. No seu limite, é o caso de fenômenos que afetam todas aquelas relações simbólicas que uma sociedade cria e mantém e que se relacionam com tudo o que produz efeitos em matérias de economia ou poder. (MOSCOVICI, 2012, pg. 216).

A formação de uma representação depende de muitos fatores, que Abric (1998) identifica como contingentes e globais, tais como sistemas de valores, determinantes sociais, contexto social e ideológico, o lugar que o indivíduo ou grupo ocupa na organização social, assim como sua história. Portanto, o autor afirma que a realidade social não é objetiva, mas

representada e reconstruída no sistema cognitivo de cada indivíduo. Após serem criadas, as representações "[...] circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem." (MOSCOVICI, 2012, p.41).

Compartilhando a afirmação acima, Reis e Bomfim (2012) acrescentam que as representações são móveis e flexíveis, pois se transformam ao serem unidas às características individuais com a intenção de compreender o que é diferente e oposto, modificando a realidade de objetos, ideias e eventos.

Moscovici (2012) apresenta dois universos em que a teoria é dividida: o consensual e o retificado. Um diz respeito ao senso comum, formado muitas vezes por informações distorcidas e concebidas por representações impostas, e o outro diz respeito à ciência e a lógica.

Nesse sentido, dentro de uma dimensão social, a ciência e o senso comum - crenças em geral – são irreduzíveis um ao outro, pelo fato de serem modos de compreender o mundo e de se relacionar a ele. Embora o senso comum mude seu conteúdo e as maneiras de raciocinar, ele não é substituído pelas teorias científicas e pela lógica. Ele continua a descrever as relações comuns entre os indivíduos, explica suas atividades e comportamento normal, molda seus intercâmbios no dia a dia. (MOSCOVICI, 2012, p.199)

Moscovici (2012) afirma que mesmo estes universos sendo importantes, cada um no seu lugar, de maneira espontânea, as representações sociais tornam-se senso comum, e o senso comum são transformados em representações científicas e anônimas.

Mesmo sem a sociedade se dar conta, a construção das representações sociais se dá de maneira visível, através dos processos de comunicação, principalmente pela mídia e nos locais de acesso público. De um caráter complexo, as representações são dependentes de "sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência." (MOSCOVICI, 2012, p. 216).

Funções

São muitas as funções atribuídas às representações sociais, por diversos autores. Começando por Moscovici (2012), que aponta duas funções precisas: a de convencionalizar os objetos, pessoas e eventos, dando-lhes forma, ao categorizá-los e partilha-los; e a de prescrição. Toda representação é prescritiva, se caracteriza por uma força estabelecida antes

que os indivíduos comecem a pensar, sendo já determinado o que deve ser pensado. Para que se faça entender melhor, ele explica que quando as representações são partilhadas, elas não são pensadas pelas pessoas, mas apenas repassadas, influenciando assim tantas outras.

Abric (1998, p.28-30) cita algumas outras funções, como as "de saber", "identitária", "de orientação" e "de justificadora". Segundo ele, a representação é uma visão funcional do mundo, onde cada indivíduo dá sentido às suas atitudes e utiliza-se de seu sistema de referência para compreender a realidade. Reis e Bomfim (2012) citam a função de mediadoras, que as representações exercem entre o campo individual e do objeto social.

E, voltando à Moscovici (2012), ele aponta como fundamental a função das representações de tornar a comunicação, dentro de um grupo, boa, através do consenso entre seus membros. Outro aspecto importante é a função de compreender e descobrir como os indivíduos, em meio as suas diversidades, constroem (ou tentam construir) um mundo estável e previsível. Portanto, a teoria das representações sociais tem como objetivo, esclarecer as relações que aproximam a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas. (MOSCOVICI, 2012).

Processo de Ancoragem e Objetivação

Existem dois mecanismos essenciais à criação das representações sociais, a ancoragem e a objetivação:

Segundo a descrição de Moscovici (2012), o processo de Ancoragem transforma o desconhecido e intrigante no sistema particular de categorias do indivíduo, comparando-o com outra categoria já conhecida. "Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também com o objeto ou com a ideia." (p.61). Simplificando, o processo de ancoragem significa classificar e nomear, com o objetivo de gerar uma opinião.

Já no processo de objetivação, segundo Oliveira ([200-]), os indivíduos utilizam imagens concretas e compreensíveis, que são retiradas do seu dia a dia e juntadas aos esquemas conceituais novos, ou seja, "une a ideia de não familiaridade com a realidade" (MOSCOVICI, 2012, p.71).

O Capítulo IV apresenta os resultados obtidos no trabalho de campo, através da utilização de entrevistas, e no caso do tópico "Patrimônio em Santa Catarina", mostra um panorama da atuação do Estado na preservação do patrimônio, principalmente através da atuação da Fundação Catarinense de Cultura – FCC. Juntamente com as

descobertas e análises, sempre que pertinente, foram acrescentados trechos de depoimentos coletados, a fim de que pudessem representar fielmente o dado apresentado.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 04 - RESULTADOS

4.1 PATRIMÔNIO EM SANTA CATARINA

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011), o patrimônio cultural encontrado em Santa Catarina tem um grande significado não só nacionalmente, mas também mundialmente. Isto porque "mescla tradições e conhecimentos de cultura milenares, vindas de vários continentes, adaptados às condições da história, da cultura e da geografia encontradas no Brasil." (p.65).

O estabelecimento das colônias nas diversas regiões do estado resultou na produção de arquiteturas com características locais e peculiares. A interação das tradições construtivas, oriundas das várias partes da Europa, com a geografia de cada lugar, os materiais disponíveis e os grupos já fixados nas proximidades de cada empreendimento, originou soluções específicas, percebidas em cada uma das unidades migratórias. (IPHAN, 2011, p.66).

Apesar de algumas cidades possuírem grande riqueza cultural, muitas delas sofrem com os reflexos do não aproveitamento destes recursos. Assim como Urussanga, muitos outros municípios parecem carecer de uma gestão adequada do seu patrimônio cultural, e para que se possa compreender melhor a situação atual, faz-se necessário uma rápida passagem pela atuação da Fundação Catarinense de Cultura no contexto dos tombamentos a nível estadual, assim como sua atuação quanto à gestão do patrimônio cultural catarinense.

A experiência e conhecimento adquiridos em muitos anos de atuação, junto a Fundação Catarinense de Cultura estão retratados por Fátima Regina Althoff em sua Dissertação de Mestrado, denominada: "Políticas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense - A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville" (2008). A partir deste estudo, os parágrafos seguintes trarão a cronologia de ações em prol do Patrimônio Cultural no Estado:

1950 - Muitas eram as manifestações culturais no estado, mas só a partir dos anos 1950 a primeira Diretoria de Cultura foi criada, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultura;

1961 - Ocorreu a substituição da Diretoria de Cultura pelo Departamento de Cultura, com vínculo à Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura;

- Até aquele momento, o governo estadual não promovera nenhuma atividade voltada à preservação do patrimônio material. Esta questão foi trabalhada inicialmente, apenas pelo IPHAN, atuante pela esfera federal;

1968 - Efetivação do Conselho Estadual de Cultura, criado em 1961;

1970 - Carta de Brasília, resultado do encontro promovido pelo governo federal, com o intuito de trazer maior conscientização aos estados e municípios para uma atuação em prol da proteção do patrimônio cultural. "[...] a necessidade premente de uma instituição estadual para tal fim começa a ser reforçada." (p.78);

1971 - Encontro em Salvador, Bahia, onde foi criado um documento que além de confirmar o Compromisso assinado em Brasília, recomenda a criação do Ministério de Cultura e a criação de Secretarias ou Fundações de Cultura nos estados;

1979 - Nasce a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, através do Decreto Estadual 7.439 de 24 de abril;

- A FCC deu início às suas atividades no sul do estado, através de uma ação em parceria com a Fundação Nacional pró-Memória, onde a partir do trabalho realizado pelo Padre João Leonir Dal'Alba, desenvolvedor do Museu da Imigração Conde D'Eu (1970), na cidade de Orleans, ganhou visibilidade. A partir de 1977 o Museu contou com uma ampliação, recebendo equipamentos denominados de "indústria familiar dos imigrantes";

1980 - Criação da Lei nº. 5.846, Lei de Tombamento Estadual;

1981 - Acontece o Seminário "Desenvolvimento Urbano e Preservação do Patrimônio Histórico", no qual foram apresentados os levantamentos sobre a arquitetura alemã do estado;

1983 - Inventário das Correntes Migratórias, em parceria com o IPHAN, cujos estudos abrangeram as cidades representantes das três etnias predominantes no estado: "luso-brasileira, Laguna e São Francisco do Sul; teuto-brasileira, Joinville e São Bento do Sul e ítalo-brasileira, Urussanga e Nova Veneza." (p.83). Foram inventariadas 400 edificações.

1983 - A Fundação participou do Inventário de Emergência junto ao IPHAN, com o intuito de avaliar os problemas decorrentes das enchentes no Vale do Itajaí, onde bens arquitetônicos foram atingidos;

1984 - "Subsídios para uma Política de Preservação do Patrimônio Catarinense", um encontro realizado em São Francisco do Sul e organizado pela FCC;

1985 - Foi promovido em Timbó e Pomerode, o encontro "Ação Cultural Integrada - Preservação na Área de Migração", no qual eram relatadas, em especial, as experiências de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no mundo;

- Neste período, foram realizados os primeiros tombamentos estaduais;

1985 - Projeto "Caminho das Tropas" - a FCC passa a integrar o projeto que tinha como objetivo recuperar, preservar e valorizar características do ciclo do tropeirismo³;

1986 - Mapeamento Cultural - o objetivo era aprofundar os estudos sobre a cultura, também em outros municípios, onde foram criadas diretrizes e ações prioritárias;

1988 - "Roteiros Culturais Sul" - A FCC estabeleceu caminhos que compunham o roteiro turístico cultural, a partir da identificação da gradativa perda do patrimônio da imigração italiana no sul do estado. A atividade que visava associar turismo e preservação buscava promover o turismo de baixo impacto, essencialmente nas áreas de ocupação pelos imigrantes, como Urussanga e região. Este projeto contou com cinco roteiros, sendo o ponto de convergência, o centro histórico de Urussanga; os tipos de produção e produtos foram levantados como potencial de atrativo e renda local; um trabalho de dinamização de museus foi iniciado; as edificações presentes nos percursos foram classificadas em ordem de importância, de acordo com o contexto da região, do local ou para compor à paisagem; iria também, ser estabelecido um sistema de comunicação visual com sinalizações.

1991 - 1994 - A passagem de Dalmo Vieira Filho pela Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, entre 1991 e 1994, fato este, também destacado por Althoff (2008), se apresenta como um período importante na própria história da FCC, pois foram quase 300 tombamentos efetuados em sua gestão, além da criação do Museu do Mar em São Francisco do Sul. Antes desse período, a Fundação havia tombado menos de 10 edificações, sendo sua atenção voltada para alguns monumentos isolados.

3 O tropeirismo, cujo termo deriva de tropa, foi uma atividade itinerante desenvolvida por grupos de homens, os tropeiros durante a época colonial do Brasil. Os tropeiros conduziam o gado, do Rio Grande do Sul para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, levavam consigo bens essenciais para o interior. (TROPEIRISMO NO BRASIL, 2015).

- Segundo a mesma autora, nos primeiros três anos, levantamentos arquitetônicos foram realizados abrangendo outros municípios e se estendendo até o Meio Oeste do estado. Eram muitos casos de demolições de edificações com significância histórica, quando em 1993, 48 edificações foram tombadas em São Bento do Sul, juntamente com o cemitério municipal. Tais tombamentos foram justificados no "Projeto Identidade das Cidades Catarinenses". Já em 1994, 21 municípios tiveram inúmeros bens tombados pelo estado, sendo desde edificações urbanas, igrejas, capelas, até unidades rurais com suas paisagens naturais.

Para o tombamento, no cenário urbano foram eleitas unidades representativas do desenvolvimento e de todo o processo de consolidação das principais cidades catarinenses, como Blumenau, Joinville, Itajaí, Tijucas, Urussanga e Lages, com justificativa no Projeto Identidade das Cidades Catarinenses. [...] Tinha como objetivo preservar edificações urbanas, isoladas ou em conjunto, cujos atributos vinham qualificar formal e ambientalmente alguns centros urbanos catarinenses, buscando destacar as edificações emblemáticas quanto à representatividade histórica, arquitetônica e/ou urbanística para as cidades onde se encontram, conferindo-lhes características únicas. (ALTHOFF, 2008, p.89).

- Vale destacar que, além das edificações urbanas, Urussanga ganha atenção também no trabalho intitulado "Roteiros Culturais de Santa Catarina", projeto em que o tombamento era direcionado às edificações que representavam a arquitetura rural dos imigrantes italianos e alemães.

1995 - Com as eleições e admissão de novos governantes, logo nos primeiros meses, as reclamações dos donos dos imóveis levaram à suspensão das ações de tombamentos, que haviam sido notificadas no final de 1994. Uma comissão então foi proposta, formada por instituições, áreas técnicas da arquitetura e urbanismo e prefeituras, com o objetivo de legitimar o processo iniciado no governo anterior. O trabalho durou quase um ano, resultando no documento "Revisão Técnica dos Tombamentos Estaduais - Dez/94". Repetindo a criticada ação do governo anterior, as novas notificações de tombamentos foram emitidas somente em dezembro de 1998.

1996 - Em parceria com a SANTUR e EPAGRI, um roteiro piloto começou a ser implantado, abrangendo municípios de cultura alemã, como São Martinho. Foram promovidos ações de apoio à hospedagem, às

atividades produtivas coloniais, além de um guia contendo informações culturais e de lazer na região.

2007 - Nos governos seguintes, pouca ou nenhuma ação de proteção foi testemunhada, e apenas em 2007 o governo estadual se responsabilizou por tombar 65 edificações no projeto "Roteiros Nacionais da Imigração". A situação atual destes processos de tombamentos será apresentada nos parágrafos que seguem.

- Quanto aos investimentos por parte do estado, para conservação e restauração, desde o início foram voltados aos bens públicos, como as fortalezas da Ilha de Santa Catarina e as igrejas de Florianópolis, Laguna e São Francisco do Sul. Isto se deve ao fato citado por Althoff (2008) em relação aos desafios e problemas quando o bem é de propriedade privada.

Fazendo uma rápida análise e considerando a realidade vivenciada por Regina Fátima Althoff no escritório da FCC em seus anos de atividade, alguns pontos podem ser destacados, quanto à raiz do problema de gestão do patrimônio cultural, hoje no estado de Santa Catarina.

Pode-se afirmar que efetivamente, a atuação da FCC no estado é muito recente, sendo o auge observado entre o final dos anos 1980 e início dos 1990. Althoff (2008, p.88) afirma em seu trabalho, que a falta de ritmo e a baixa produtividade em relação às ações de proteção do patrimônio cultural acontecem principalmente pela "[...] existência de governos sempre demasiadamente comprometidos com a política partidária, receosos em contrariar os interesses de suas bases." De fato, a evidência empírica endossa que a influência política é encontrada na maioria das instituições, a começar pela pessoa escolhida para o cargo de gerência, muitas vezes sem formação e conhecimento na área de atuação, em geral, preocupada somente em seus interesses pessoais e nos do partido.

Além do problema observado acima - talvez considerado o mais grave -, Althoff (2008) aponta outras deficiências observadas na FCC, tais como a deficitária estrutura técnica operacional, juntando-se a inexistência de uma distribuição de escritórios técnicos com uma equipe capacitada dando suporte e fiscalizando mais de perto o acervo existente, como faz o IPHAN. E as consequências do sistema "[...] vão desde o simples abandono dos bens, provocando sua gradativa deterioração, até obras clandestinas que promovem a total descaracterização dos mesmos, que configuraria crime já que estas ações são proibidas pela lei de tombamento." (ALTHOFF, 2008, p.95).

Mesmo diante dos crimes cometidos contra o patrimônio no estado, sendo este protegido por lei, não se observam punições por parte do estado contra os infratores, o que poderia ser uma ação inibidora. Aliás, quando se fala de impunidade, o tema já é muito conhecido e discutido no

país. A mesma autora menciona que, a única vez em que a penalidade foi imposta juridicamente, o pagamento não foi realizado. Fica evidente que nem a própria instituição Fundação Catarinense de Cultura cumpriu a lei, atuando em casos de crime contra o patrimônio.

Em muitos casos, o problema se repete nas prefeituras. A falta de profissionais, ou melhor, a falta do emprego de profissionais capacitados para a função e a falta de estruturação nos órgãos competentes atinge todos os níveis. É o que reportam os trechos que seguem:

Uma realidade é o desaparecimento dos órgãos públicos para monitorar e fiscalizar o processo de conservação dos conjuntos e edificações. Esta deficiência vai desde a total falta de apoio operacional até total ausência de técnicos. A falta de arquitetos e técnicos, habilitados para atuar no âmbito das instituições de preservação ao nível federal e estadual, bem como nas prefeituras, é crítica, e vem sendo reduzido na proporção inversa ao crescimento dos acervos arquitetônicos protegidos.

A responsabilidade do arquiteto que atua na preservação é imensa, antes de tudo ele tem que ser um educador e um “expert” na legislação específica. E como contribuição intrínseca, tem que envolver-se na gestão dos acervos, o que compreende também os planos de proteção e revitalização urbana além, é claro, das ações de conservação e restauração arquitetônica. Muitas vezes, a ausência de profissionais com formação na área força as autoridades municipais a lançar mão de arquitetos ou engenheiros das secretarias de obras das prefeituras e associações das microrregiões, que sem formação adequada, comprometem o bem cultural com intervenções equivocadas. A formação dos quadros de profissionais das prefeituras tem de ser o principal objetivo a perseguir, seja através da formação nas escolas de arquitetura, seja por orientação dos órgãos federais e estaduais de preservação. (ALTHOFF, 2008, p.98).

Da maneira como o patrimônio hoje é gerido nas cidades, nem a sociedade, nem os proprietários dos imóveis saem beneficiados e satisfeitos no processo. A condição de cidades históricas, considerada por muitos estudiosos como um "privilegio", por representar uma forte identidade,

que deve ser reconhecida, valorizada e responsável até por gerar economia, acaba estagnada e o sentimento é de impotência.

Numa entrevista realizada com Diego Minks Rossi Fermo (2015), arquiteto da Gerência de Pesquisa de Tombamento da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, ligada à Fundação Catarinense de Cultura, algumas situações atuais que envolvem a FCC e a sua relação com algumas cidades, em especial, a cidade estudada, foram levantadas. Trabalhando na FCC desde 2011, Fermo afirma que assim como ele, alguns colegas tem buscado entender a atuação da FCC nos últimos 25 anos.

Quanto à atuação da Instituição na efetivação de tombamentos, ele desconhece qualquer ação de tombamento nos últimos 5 anos. Ele afirma que depois do grande inventário, o "único tombamento significativo" foi o dos bens incluídos nos "Roteiros Nacionais da Imigração", salientando que o processo se configurava de uma forma e teve que ser alterado para prosseguir, sendo que, novamente, tiveram que encaminhar notificações aos proprietários. Com a retomada do processo, o material foi encaminhado para o conselho que aprovou, este encaminhou para receber a chancela do Governador e sua homologação na casa civil. Atualmente, o processo encontra-se parado, pois após uma análise, a casa civil encaminhou o processo de volta à FCC. Possivelmente para uma nova revisão, pois num primeiro momento, de mais de 60 bens, o número foi reduzido em pouco mais de 50, e agora esse número pode baixar. (FERMO, 2015).

Em relação à aplicação de multas no presente, o arquiteto diz que a equipe busca estabelecer um novo contato com os proprietários dos imóveis tombados, de forma que o diálogo prevaleça, tentando contornar as situações mais problemáticas, traçando novas soluções, pois ele acredita que com as multas e possíveis embargos, corre o risco do rompimento de diálogo e possivelmente o desestímulo e perda de ações e iniciativas. Porém, ele concorda que a FCC deve assumir um papel mais incisivo em alguns casos, pois foi omissa durante muito tempo e isso se percebe com a descaracterização interna de muitas edificações, que no caso de Urussanga, são bens tombados isoladamente. (FERMO, 2015).

Fermo (2015) ressalta a importância do Ministério Público no processo de preservação, pois um grupo voltado à proteção do patrimônio cultural foi montado e tem assumido iniciativas como a exigência para que obras de conservação e restauração, sejam realizadas pelos proprietários que, em muitos casos, possuem excelentes condições financeiras.

Já sobre a problemática da FCC na atuação em projetos e em relação à própria fiscalização, ele levanta alguns pontos. Ao contrário do

que se imagina, não é a falta de técnicos o principal problema. Diego aponta a "falta de uma política pública adequada que dê conta dessas ações todas que são necessárias". Qualquer iniciativa seja na área de educação patrimonial, ou de inventários é barrada porque se configura como não prioridade do setor. "Não era uma prioridade pra diretoria e aí esbarrou em interesses e posicionamentos pessoais e técnicos.". (FERMO, 2015).

A demanda de atuação da FCC é grande, somando ao fato de que 417 imóveis são tombados pelo estado e a equipe, formada por sete arquitetos, lutam contra o tempo, em muitos casos em que as edificações estão apresentando perigo de desabamento. (FERMO, 2015).

Então, de que forma a FCC consegue ou tenta atuar? Segundo o arquiteto, a Instituição tenta estabelecer uma proximidade com os municípios para que estes sejam os informantes das situações, uma espécie de "olheiros⁴". Através desse contato, segundo o arquiteto, algumas ideias levantadas pelos municípios são cortadas, mas sempre propondo alternativas. (FERMO, 2015).

Como garantir que a informação chegou da maneira correta até os técnicos da Instituição? Cada município acaba agindo da maneira que bem entende e o resultado é visível em muitos casos.

Ao contrário da Fundação Catarinense de Cultura, o IPHAN, além do escritório sede em Florianópolis, possui mais dois escritórios técnicos, sendo um em Laguna e outro em São Francisco do Sul. Além disso, há um profissional que representa a Instituição, junto à Prefeitura, em Jaraguá do Sul. É possível observar que nas cidades em que o escritório técnico está presente, mesmo com todos os problemas comuns que envolvem a preservação do patrimônio, apresentam bons resultados em relação ao gerenciamento do patrimônio.

Em uma visita realizada na cidade de Laguna/SC, foi possível conhecer de que maneira o IPHAN interage com a Prefeitura Municipal da cidade. Segundo a Arquiteta da Prefeitura Municipal de Laguna, Claudione Fernandes de Medeiros (2015), para qualquer processo que chega à prefeitura, seja para construção, reforma ou demolição, dentro do centro histórico, na poligonal de tombamento, é aberto um processo e encaminhado primeiramente para o IPHAN. Ela ressalta que tal ação "[...] dá uma margem muito fidedigna do que a gente quer para o nosso centro".

A arquiteta afirma que o IPHAN é muito parceiro da Prefeitura e que fazem sempre contatos diários, que seriam inviabilizados caso o

4 s.m. Empregado que observa os demais subordinados; espécie de capataz. Informador, o que tem como encargo informar o que vê. (OLHEIRO, 2015).

escritório fosse localizado apenas em Florianópolis. Segundo Claudione, ao longo dos anos foi observada uma melhora no ponto de vista da população em relação ao patrimônio. Talvez uma das ações que contribuiu para tal mudança, seja o trabalho de educação patrimonial, realizado pela Instituição Federal.

Medeiros (2015) afirma que, assim como em tantas outras cidades, quando ocorreram os tombamentos, muitas pessoas queriam a derrubada das edificações, afirmando que tal medida engessaria a cidade. Após um longo trabalho integrado, a população veio mudando sua forma de pensar. Ela afirma que “já é visão de todos dar valor ao patrimônio”. Embora a arquiteta tenha uma visão mais otimista, sabe-se que trabalhar com patrimônio, principalmente o material, implica sempre em desafios, principalmente porque diz respeito a valores e a interesses diversos.

Laguna foi uma das cidades contempladas, em 2013, pelo programa "PAC Cidades Históricas", um recurso do governo federal. Ao todo, nove projetos estão sendo realizados pelo IPHAN e Prefeitura Municipal, incluindo ações como cabeamento subterrâneo, revitalização, acessibilidade, modificação de calçadas e um pouco de mobilidade urbana. Segue abaixo a lista de projetos:

- Requalificação Urbanística do Centro Histórico – 1ª Etapa – Rua Raulino Horn e Largo do Rosário;
- Etapa final de restauração do Casarão do Clube União Operária e anexo;
- Restauração da Casa de Anita Garibaldi;
- Restauração do Sobrado da Sociedade Musical Carlos Gomes;
- Restauração da Casa Candemil – Arquivo Público Municipal;
- Restauração da antiga subestação de energia;
- Restauração do Casarão da Sociedade Recreativa Clube Congresso;
- Restauração da Antiga Estação Ferroviária e agenciamento do entorno;
- Restauração do Casarão do Clube Blondin.

O primeiro projeto já está em execução na cidade. (MEDEIROS, 2015).

Mas nem todas as cidades conseguem ter o mesmo sucesso no gerenciamento do seu patrimônio. Na cidade de Forquilha, no sul do estado, segundo Gislou (2013), “[...] a rivalidade entre as etnias alemã e italiana levou dois prefeitos de origem alemã a tentarem impor sua marca sobre o espaço urbano, dominando um território, um espaço sob o poder de um grupo político.” (p. 150). Desta forma, a história da cidade foi reinventada, sendo usado como justificativa, o resgate da memória. A palavra reinventada é utilizada porque alguns exemplares de "falso

enxaimel" foram adotados como estilo, principalmente nas edificações públicas (já que o prefeito não conseguiu aprovação na câmara de vereadores para o projeto de isenção de imposto àqueles que adotassem o "falso enxaimel" em suas construções, como forma de incentivo), numa tentativa de transformar o município numa "cidade germânica". O problema é que, segundo Gislou (2013), as poucas edificações em estilo enxaimel, presentes no município, foram demolidas há muitos anos, sendo a existência destas, de conhecimento de poucas pessoas. "Através do cenário germânico, nutre-se uma espécie de mito de um passado diferente daquele que realmente existiu [...]". (GISLON, 2013, p. 146).

Os parágrafos seguintes resumem o momento vivenciado por Forquilha:

Em Forquilha, a procura pela memória é exclusivamente feita através da cópia da tradição alemã e não da preservação de obras com valor histórico. Apesar de o patrimônio arquitetônico ser um elemento importante na formação e continuação da identidade e da memória local, o mesmo encontra-se "invisível" para o poder público. Um exemplo é o Hotel Steiner, localizado no centro da cidade, construído em 1940 e que encontra-se em total estado de abandono, além de estar "realçado" pelas cores vermelho e azul do partido político da administração atual. Atitudes como essas são contraditórias em uma cidade que diz cuidar da sua origem germânica, mas que não zela pelo seu patrimônio genuíno. Além disso, essa postura revela que a única intenção é realmente construir uma identidade selecionada e apropriada e não fortalecer a existente.

Investiu-se na memória germânica e exaltou-se o passado como forma de demarcação identitária. Tal demarcação produziu um conjunto de transformações estéticas e arquitetônicas que não modificaram apenas a paisagem urbana, mas também o modo de percepção dos indivíduos diante dessa nova imagem. Em suma, Forquilha se afirma no passado, produzindo uma cadeia de efeitos no presente. Além disso, a cidade desconsidera a transformação dos lugares e a inserção e contribuição de outras etnias na sua formação. (GISLON, 2013, p.146).

De acordo com o exposto acima, a pergunta que fica: Qual o papel da Fundação Catarinense de Cultura neste processo? No caso de Forquilha, se observa a combinação de ações baseadas em interesses políticos e particulares, e a falta de profissionais capacitados. Ingrediente perfeito para um desastre no gerenciamento do patrimônio cultural.

Cittadin (2010) identificou que em geral, não há uma ação integrada entre os órgãos e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e natural, e essas instituições muitas vezes assumem uma postura de omissão. A não atuação dessas Instituições contribui para uma sociedade sem informação e não conscientizada da importância da preservação do patrimônio cultural. Complementando, Dias (2005, p.40) afirma que a gestão das áreas históricas deve estar pautada na vontade e integração da "[...] sociedade civil, o poder público, as fundações e os pesquisadores como um grupo único e interessado na preservação e revitalização [...]".

Contrariando as ações predominantes em relação ao patrimônio no estado de Santa Catarina, Zancheti e Lacerda (1999), em uma análise sobre a revitalização do Bairro do Recife, afirmam que foi positiva a gestão que incorporou investimentos privados, e que quando utilizados objetivos claros, administrados por lideranças autênticas, é possível dar início a um caminho de desenvolvimento econômico. Contudo, os mesmos autores defendem a ideia de que o potencial de desenvolvimento "[...] deve ser ativado pelo poder público municipal em parceria com atores econômicos locais [...]". (ZANCHETI; LACERDA, 1999, p.23).

Outro caso que pode ser citado é o caso de Blumenau. A partir dos anos 1970 o poder público municipal resolveu investir no setor do turismo, primeiro como complemento ao setor industrial, depois como principal atividade, avistado o seu potencial. Inúmeras mudanças em parceria com setores privados ocorreram em prol do turismo, que segundo Bielschowsky e Pimenta (2014, p.7), contribuíram para a "[...] formação da imagem de uma germanidade forçada através de cenários temáticos em detrimento da valorização desse patrimônio genuíno estampado na paisagem que havia sido construído até aquele momento [...]".

O exemplo de Blumenau provoca a reflexão a respeito dos tipos de intervenções em centros históricos e quanto à destinação do patrimônio, principalmente em relação ao turismo. Num primeiro momento, pode-se achar que em termos econômicos a cidade tem tido um saldo positivo, mas isso não significa que ela deva ser um espelho para as demais cidades, pois muitos dos exemplares de arquitetura alemã, correspondem a edificações novas e falsas. Cada situação deve ser analisada de acordo com suas peculiaridades. É importante sim que o poder público municipal ative o

potencial econômico do patrimônio, e o que tem se notado é que geralmente a solução encontrada é baseada no fomento ao turismo, que se bem pensado pode trazer benefícios, mas quando não estudado, traz consequências desastrosas às pessoas e à história da cidade, como salientam Bielschowsky e Pimenta (2014, p.10), em relação à Blumenau:

Esse contínuo processo de investimento econômico e discursivo na identidade germânica, iniciado ainda na década de 1970 através de alguns elementos emblemáticos, mas que acabou transformando parte da paisagem urbana da centralidade da cidade em um cenário temático, carregada de simulacros para atrair turistas, demonstra a falta de valorização do patrimônio genuíno e a falta de consideração pelo cidadão local em detrimento da construção de uma cidade cenográfica construída para o turista acidental. Temos neste caso um claro desvio de prioridade com relação aos investimentos públicos, que ao invés de valorizarem os espaços públicos e dar valor de uso à esses espaços destinados à população local, acabam por concentrar investimentos em locais privados ou semi-privados, destinados prioritariamente para os turistas, esvaziando dessa forma, os espaços mais nobres da cidade. Da mesma forma, as concessões ou doações de espaços públicos para a iniciativa privada explorar, principalmente com o discurso de fomentar as relações comerciais advindas do setor turístico, acabam por tornar os poucos espaços públicos da comunidade local em espaços destinados aos visitantes, ao invés de fortalecerem as relações sociais e coletivas tão necessárias para a população local, carente de espaços públicos.

Da mesma forma, Rischbieter (2007) defende a importância em se considerar o fator sócio-cultural na elaboração de um plano turístico, sendo que este deve ser analisado sob a ótica da economia, dos aspectos sociais, das políticas públicas, da cultura e história da comunidade, sob risco de danos irreversíveis a toda sociedade.

Seguindo o raciocínio dos parágrafos anteriores, pode-se dizer que, apesar da dificuldade observada no estado de Santa Catarina, quanto ao gerenciamento do patrimônio cultural, algumas cidades podem ser citadas como exemplos positivos. Joinville demonstra que, embora com tamanhas e reais dificuldades, assumiu um papel de protagonista na gestão de seu patrimônio. A preocupação em preservar o patrimônio material, por parte

do poder municipal, em Joinville, deu-se início nos anos 1970. Já em 1975, uma lei de incentivo à preservação foi sancionada, a fim de conceder isenção fiscal às edificações em estilo "enxaimel". Em 1980 foi criada a "Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville", objetivando a proteção do patrimônio cultural, através do tombamento municipal, lei criada no mesmo ano. (ALTHOFF, 2008).

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, reforçando a ação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na preservação do patrimônio cultural, a Lei Orgânica do Município de Joinville absorve as disposições constitucionais quanto à preservação do patrimônio cultural, como competência do Município [...]. (ALTHOFF, 2008, p.111).

Segundo Althoff (2008), desde o início do processo, uma "mentalidade preservacionista" vem sendo construída no município, com apoio e ações tanto do estado, através da FCC, quanto do governo federal, através do IPHAN, este de fundamental atuação. De lá para cá, foram muitas iniciativas em prol da conscientização e preservação do patrimônio.

Assim como a cidade de Joinville, Itajaí também vem tentando gerir seu patrimônio cultural. Segundo Brandi (2009), desde os anos 1980, o município assumiu a prática, atitude importante numa cidade, que segundo o autor, possui uma sociedade mais exigente e crítica do que as demais analisadas por ele. No entanto, ele afirma que o município ainda possui muito a ser explorado e potencializado.

Trazendo as reflexões mais para o sul do estado, uma cidade que vem se destacando pela gestão do patrimônio, com base no turismo, é o município de Nova Veneza. Por localizar-se mais próximo à Urussanga, por possuir características étnicas semelhantes à de Urussanga, e por ser tão citada como exemplo por alguns cidadãos urussanguenses, houve a necessidade de uma conversa com a Secretária de Cultura, Turismo e Esporte do município, a fim de conhecer tais ações, quais parcerias e se há entidades por trás das iniciativas de valorização do patrimônio cultural e investimentos no setor turístico.

Ângela Mariana Panato Ghislandi (2015) relatou que a diferença de Nova Veneza para as outras cidades da região, é o fato da população em geral, ter entendido que "[...] resgatar e manter aquilo que era "velho" trazia benefícios e era o que o turista vinha procurar no município.". Mas, ela destacou como ponto de partida, a iniciativa privada dos proprietários dos

restaurantes, que incrementaram e investiram na comida típica italiana, comida do imigrante.

Em 2003, o município recebeu um título, por lei, de "Capital Catarinense da Gastronomia Italiana", que em 2011 passou a ser "Capital Catarinense da Gastronomia Típica Italiana". A partir do título, Nova Veneza começou a despontar. E de que forma a prefeitura atua no processo? A prefeitura dá todo o suporte necessário, desde infraestrutura para a cidade, com a estruturação da praça, das ruas e pensando na mobilidade, por exemplo, como também suporte através da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte, onde cada setor possui um diretor e estes procuram atuar com um objetivo comum: valorizar e potencializar a cidade. (GHISLANDI, 2015).

As festas de Nova Veneza também são muito comentadas na região, em destaque o "Carnevale Di Venezia". Segundo a Secretária, o recurso humano no município é muito bom e a cada ano, a festa da cidade recebe em média 10 mil pessoas. Fato este, que fez até com que a divulgação fosse diminuída por conta da carência de um espaço mais amplo para os eventos.

A nossa festa teve tempo em que se pensava que devia ter show nacional. Aí, quem participa da festa? O turista! O turista vem pra ver a cultura. Então, a gente capricha. Como a gôndola que nós temos que foi um presente, que só tem quatro fora da Itália, uma está em nova Veneza. Com museu, com bom atendimento, receber bem o turista. Então, Nova Veneza já está pensando no que? No turista! Porque já tem muita gente que está vivendo e se mantendo do próprio turismo. (GHISLANDI, 2015).

A Secretária ainda citou outros aspectos importantes do município, como a atuação do grupo folclórico, do qual fazem parte, desde as crianças até os adultos, sendo que as crianças, desde cedo aprendem a "respeitar", segundo Ghislandi, questões culturais, como por exemplo, o traje típico. A língua Italiana também está presente na grade curricular das escolas municipais. Ela ressalta a importância de se pensar a longo prazo e de que não adianta pensar em trazer o turista em época de festa e no restante do ano, não promover atividades no município. "Pensar no bem e no benefício do município". (GHISLANDI, 2015).

Nova Veneza não precisou da interferência e nem da atuação da Fundação Catarinense de Cultura. Diferentemente de Urussanga, ela conta apenas com um conjunto pequeno de casas de pedra, tombado pelo Estado, através do Decreto nº 5.725 de 2002, que até hoje é mantido pelas famílias. Ghislandi (2015) afirma que hoje, muitas pessoas estão inclusive,

preocupadas em manter a história e demonstram o interesse e o desejo para que se faça o tombamento de algumas edificações.

As experiências das cidades em relação ao gerenciamento do patrimônio cultural estiveram presentes no "V Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura", realizado em Urussanga, nos dias 8, 9 e 10 de abril deste ano (2015). Cerca de 200 participantes, a maioria gestores de cultura, representaram mais de 100 municípios do Estado. Ao final do evento, foi confeccionada a "Carta de Urussanga" (presente no "ANEXO III"), um documento contendo as reivindicações para municípios, estado e união, em relação ao setor cultural. (CARTA DE URUSSANGA, 2015).

Nada mais autêntico, do que o requerimento de pessoas que lidam diariamente com as barreiras de se fazer uma gestão adequada do patrimônio cultural. O documento tem como destino, o Governador do Estado.

O Estado de Santa Catarina:

- Alinhe-se ao Sistema Nacional de Cultura-SNC em todas as suas instâncias, permitindo que os municípios catarinenses já alinhados ao SNC possam receber os benefícios de gestão e de financiamento à Cultura, tendo em vista, que os repasses oriundos do Fundo Nacional de Cultura iniciaram em 2014, mas apenas para os estados que instituíram por leis próprias seus Sistemas Estaduais de Cultura, o que não é o caso de Santa Catarina;
- Promova a ampla reformulação do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura – SEITEC, com participação da sociedade catarinense, transformando-o numa ferramenta de gestão acessível, prática, transparente e democrática, garantindo um fundo exclusivo para a cultura;
- Mantenha a continuidade anual de publicação e execução de editais estaduais para Cultura (Ex: Edital Elisabete Anderle, Edital da Cinemateca Catarinense) e crie novos editais atendendo a diversidade da área cultural de nosso Estado;
- Execute o Edital Elisabete Anderle, conforme previsto na Lei nº 15.503, de 29 junho de 2011, realizado anualmente e sempre de forma transparente, democrática e com ampla divulgação, principalmente no interior do Estado, e busque formas de uma distribuição equânime dos prêmios por todas as regiões, visto que a premiação fica centralizada em Florianópolis;

- Todo recurso/montante do prêmio do Edital Elisabete Anderle seja efetivamente distribuído;
- Busque soluções legais e contábeis para que os recursos da cultura no Fundo Social repassados às prefeituras sejam integralmente e exclusivamente direcionados para ações culturais;
- Reformule o Conselho Estadual de Cultura, tornando-o paritário, com eleições democráticas dos membros da sociedade civil, em processo amplamente divulgado e com assentos permanentes para o CONGESC;
- A gestão da cultura no Estado de Santa Catarina seja executada por órgão gestor específico (com a criação de Secretaria exclusiva de Cultura);
- A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina promova, através da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, audiências públicas para a discussão permanente da cultura enquanto política de Estado, crie e aperfeiçoe marcos regulatórios de cultura, como Planos de Cultura, Sistemas Setoriais, Leis de Proteção do Patrimônio Cultural e Sistemas de Financiamento da Cultura;
- Seja utilizada como referência a divisão geográfica do IBGE quando houver necessidade de discussão e implantação de políticas culturais regionalizadas, uma vez que o CONGESC não reconhece a divisão por regiões turísticas em razão de as mesmas não contemplarem as especificidades da cultura;
- Crie um grupo de trabalho, envolvendo os órgãos competentes, o CONGESC e a sociedade civil para propor o novo ordenamento jurídico, fluxos e meios de facilitar a liberação de eventos, que vem sendo dificultada principalmente por regras criadas em âmbito estadual, vindo na contramão da razoabilidade e do desejo de desburocratização e modernização da atuação estatal. (CARTA DE URUSSANGA, 2015).

A criação de uma Secretaria específica para gerir o setor de cultura foi uma das reivindicações. Programas, sistemas e editais mais transparentes também fazem parte da lista de pedidos, assim como a destinação de maiores recursos ao setor e a criação de mecanismos que assegurem a adequada utilização desses recursos pelos municípios. Pode-se afirmar que todos esses pedidos, caso atendidos, passariam a contribuir na qualidade de vida dos cidadãos.

A qualidade de vida está intimamente ligada à forma como o território é gerido e como é dada a relação entre o homem e seu território, isto é, de que forma ele percebe o seu local. É justamente com este universo que o patrimônio cultural trabalha, com esta ligação do homem com o local; mesmo em um mundo globalizado, a territorialização de sua história se faz presente e necessária. (BRANDI, 2009, p.18).

Laguna, Nova Veneza, Joinville, Itajaí, Forquilha e Blumenau, são alguns exemplos mencionados aqui, procurando apontar aspectos positivos e negativos na gestão do Patrimônio Cultural. Tema este - principal assunto deste capítulo -, que se reflete na sociedade das mais variadas formas, e a principal interferência está relacionada com a qualidade de vida das pessoas.

4.2 PATRIMÔNIO EM URUSSANGA

Legislação

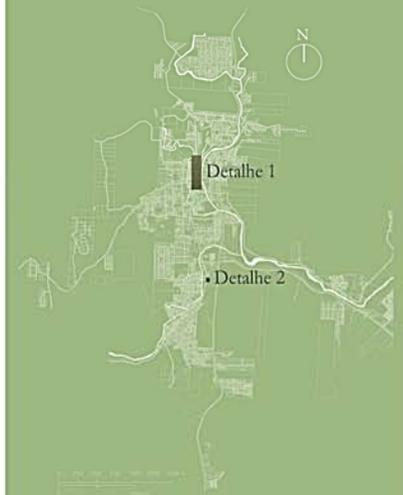
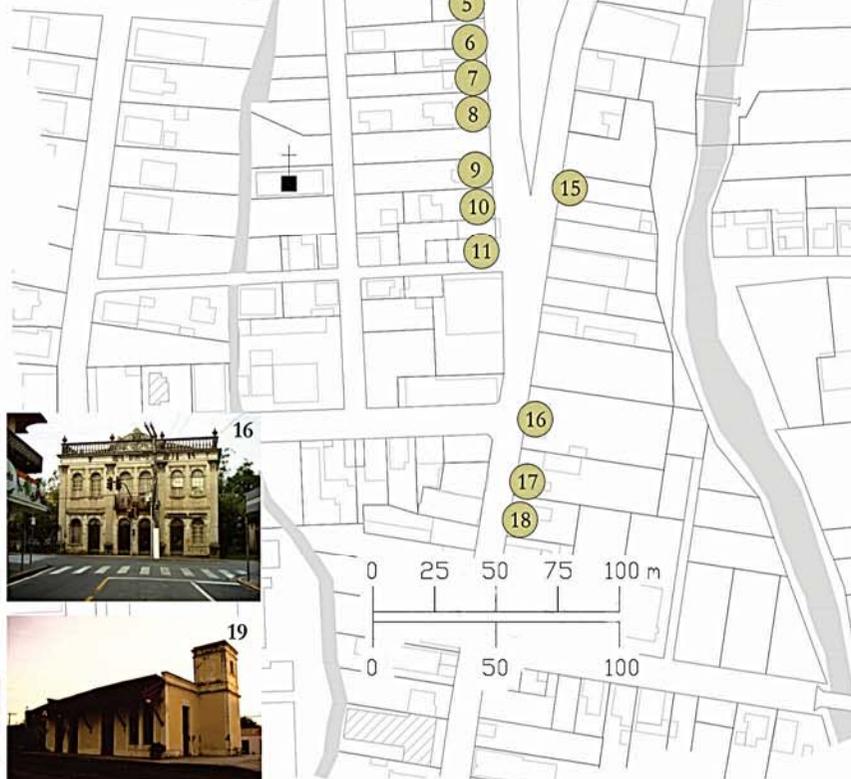
O legado acumulado ao longo da história do município resultou em um rico patrimônio cultural, sendo que o patrimônio edificado é constituído de edificações localizadas tanto no meio urbano, quanto no rural.

Em 2001, foram um total de 24 edificações protegidas pelo tombamento estadual, através da Fundação Catarinense de Cultura - FCC, Decreto nº 3.464 de 23 de novembro. (FCC, 2014a). Dentre as edificações, 18 estão inseridas no perímetro urbano e por isso, tornaram-se objetos de pesquisa da dissertação.

Urussanga é apontada pelo IPHAN ([20--]) como a cidade que possui um cenário urbano mais representativo do estado de Santa Catarina, no que se refere à identificação com a imigração italiana.

O Mapa Temático 3 (figura 3), a seguir, mostra a disposição do patrimônio no entorno da Praça Anita Garibaldi, assim como a localização da Estação Ferroviária, outro bem protegido. Os círculos em amarelo marcam no mapa, o local onde se encontra cada bem tombado, e o número está relacionado às imagens, totalizando 19 bens.

MAPA TEMÁTICO 3 - LOCALIZAÇÃO - PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO



LEGENDA

0. Praça Anita Garibaldi.
1. Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (1923 - 1945).
2. Cantina Cadorin (1927 - 1944).
3. Casa de Torquato Tasso (1892).
4. Primeira Prefeitura Municipal (1902).
5. Casa da Família De César (1937).
6. Casa de Victório Bez Batti (1925).
7. Palácio De Lucca (1896).
8. Casa de Bona Marchet (1925).
9. Casa de Caetano Bez Batti (1936).
10. Casa de Fioravante Mazzucco (1914).
11. Casa de Carmela Bez Batti (1948).
12. Casa de Rosalino Damiani (1929).
13. Casa de Iva Damian (1896).
14. Casa da Família Miotello (1943).
15. Casa de Zeferino Búrigo (1944).
16. Casa Nichele (1907).
17. Casa da Viúva Nichele (1908).
18. Residência da Família Bettiol (1933).
19. Estação Ferroviária Urussanga (1925).

Fonte: Mapa e Imagens (CANCILLIER, 2015); Planta Cadastral (PMU).

Dentre as edificações históricas ítalo-brasileiras e que compõem o cenário urbano, é possível observar características comuns, como o alinhamento da edificação, seguindo o passeio público; o uso de platibanda escondendo o telhado de madeira revestido com telhas de barro; e seu sistema construtivo de paredes autoportantes de tijolos maciços sobre alicerce de pedra.

A seguir, estão expostas de maneira comparativa, as edificações com dados do inventário realizado pela FCC no período do tombamento e dados do último inventário realizado pela mesma Instituição, em 2014. E logo abaixo de cada figura há observações sobre o estado atual das edificações.

Figura 4: Casa de Torquato Tasso – 1892.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

Quanto a figura 4, Casa de Torquato Tasso, segundo algumas pessoas que adentraram recentemente no local, internamente a edificação encontra-se muito deteriorada. O proprietário é um dos que gostariam de substituir a edificação tombada por um edifício "moderno", preservando no máximo a fachada. Mesmo estando sem uso e com um avançado estado de deterioração, não se observam medidas punitivas por parte da Instituição que efetuou o tombamento.

conserva, principalmente porque até pouco tempo sua proprietária vivia na residência. A farmácia que está estabelecida no local, ocupa o espaço há pelo menos 40 anos.

Figura 7: Primeira Prefeitura Municipal – 1902.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

Com uma presença marcante, juntamente com a edificação ao lado, o prédio correspondente a figura 7, recebeu a primeira Prefeitura Municipal da cidade e será em breve destinado a outros usos, segundo a própria administração municipal. A biblioteca pública será trazida ao local. Cabe avaliar se a edificação está apta a receber a biblioteca ou necessitaria de modificações internas. Caso sejam necessárias modificações, o projeto deverá ser encaminhado para apreciação e autorização da FCC.

Interessante dizer que no Inventário realizado em 2014, consta que a edificação recebeu pintura sem anuência da FCC. Porém, após o documento, a edificação recebeu novamente pintura, com mudança de coloração inclusive.

Outra intervenção mais antiga também foi efetuada: a modificação de um dos lados da escada de acesso para acomodação de uma rampa. Porém, a rampa foi feita com o mesmo material da escada. O indicado seria o uso de material diferente do original, primeiro para não descaracterizar o bem e segundo, para que o novo elemento não seja confundido com os elementos originais, devendo ficar claro, a diferença de período em que a intervenção foi realizada.

Figura 8: Casa Nichele – 1907.

	<p>PT 176/2000 E n d . À v . Presidente Vargas, 07</p>	<p>Edificação privada, com sua configuração íntegra, em precário estado de conservação. Embora reconhecida como patrimônio cultural também em nível municipal, a edificação sustenta um estado de conservação que apenas se agrava a cada dia.</p>	 <p>Fonte (Cancellier, 2014)</p>
<p>Sobrado eclético de grande esmero e diversidade nos elementos construtivos. Possui aberturas em verga de arco pleno e esquadrias em madeira com caixilhos envidraçados. A simetria da fachada principal é marcada pelo par de portas e janelas guarnecidas por sacada com gradil em ferro trabalhado. É importante destacar a beleza da platibanda balaustrada coroada por volutas ao centro.</p>			
<p>Catálogo de Bens Tombados (FCC)</p>		<p>Inventário Expedito (FCC, 2014)</p>	

Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A casa Nichele (figura 8) é a edificação que está abandonada há mais tempo. Internamente, o assoalho da parte térrea já foi substituído por concreto. A falta de cuidado se estende para o terreno, que muitas vezes encontra-se com vegetação em altura elevada. Atualmente, a Prefeitura manifestou a vontade de adquirir a edificação, porém o fato gerou divergências na câmara de vereadores. Este é outro caso em que o bem ficou para mais de um herdeiro. E mesmo estando em grave estado de deterioração, não se observam ações mais efetivas da Instituição responsável pelo tombamento.

Figura 9: Casa da Viúva Nichele – 1908.

	<p>PT 177/2000 E n d . À v . Presidente Vargas, 27</p>	<p>Propriedade privada, pouco alterada e em bom estado de conservação. A edificação passou por recente obra de restauro; O desenvolvimento do projeto arquitetônico de restauro e a execução dos serviços em canteiro foram acompanhados pela equipe técnica da FCC-SC; A edificação encontra-se em pleno uso, adequada às necessidades de seus usuários; Cabe à FCC-SC oferecer apoio técnico a fim de conter/eliminar possíveis processos de deterioração que porventura possam incidir sobre imóvel.</p>	 <p>Fonte (Cancellier, 2014)</p>
<p>Edificação térrea, com fachada de composição neoclássica, possui sótão alçado, o que lhe identifica lateralmente com os outros sobrados italo-brasileiros da praça Anita Garibaldi. Apresenta cunhais que se interligam através de frisos e platibanda centralizada por pequeno frontão, onde encontram-se as iniciais do primeiro proprietário. Um pouco mais abaixo está registrado a data de construção, 1908.</p>			
<p>Catálogo de Bens Tombados (FCC)</p>		<p>Inventário Expedito (FCC, 2014)</p>	

Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A figura 9 corresponde a Casa da Viúva Nichele, que é considerada exemplo no que concerne ao restauro. Seu aspecto atual é novo, com vala de drenagem funcionado e paredes que respiram, conservando assim, não só a sua pintura, mas também a sanidade da estrutura e parede. A edificação é uma das poucas que ainda conserva seu uso inicial.

Figura 10: Casa de Fioravante Mazzucco – 1914.

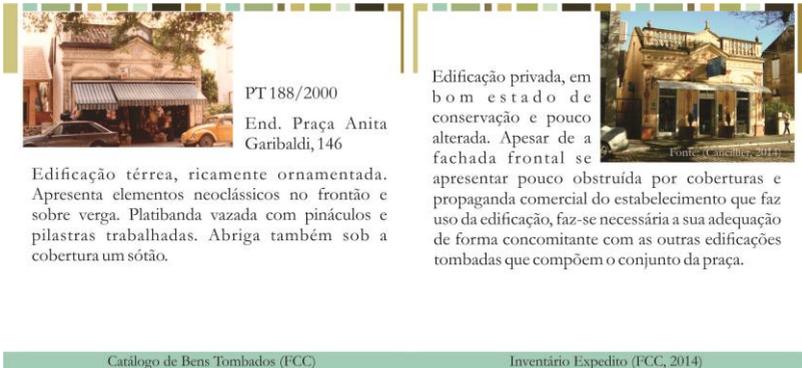


Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A Casa de Fioravante Mazzucco (figura 10), recentemente recebeu uma reforma em sua parte térrea e nas fachadas, sem o conhecimento e autorização da FCC, passando a abrigar um bar, de funcionamento noturno. Após denúncia, a FCC foi realizar vistoria no local e procurou um realinhamento com o proprietário.

A atividade noturna realizada no local, não teve continuidade devido às sucessivas denúncias realizadas pelos vizinhos, devido aos possíveis excessos de barulho.

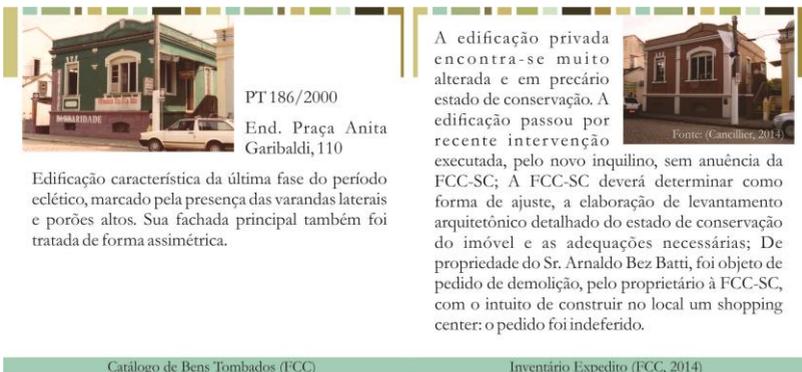
Figura 11: Casa De Bona Marchet – 1925.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A edificação da figura 11, rica em detalhes, sofreu intervenções no pavimento térreo. Há muito tempo, as aberturas originais da fachada principal foram trocadas por aberturas de alumínio e o chão foi revestido com cerâmica. Recentemente uma nova edificação foi construída ao lado desta, ocasionando uma forte quebra no gabarito, deixando um impacto negativo em relação à paisagem do conjunto.

Figura 12: Casa de Victório Bez Batti – 1925.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

Constantemente ameaçada de demolição por seu proprietário, a edificação (figura 12) estava sob cuidados de inquilinos, que para se

acomodarem no local, efetuaram algumas intervenções, como a retirada de algumas aberturas na fachada e internamente.

Figura 13: Cantina Cadorn - 1927-1944.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A figura 13, que corresponde a Cantina Cadorn, encontra-se em estado precário de conservação, e recentemente perdeu parte de sua cobertura, que desmoronou. A FCC foi ao local registrar o ocorrido, porém não se sabe os desdobramentos.

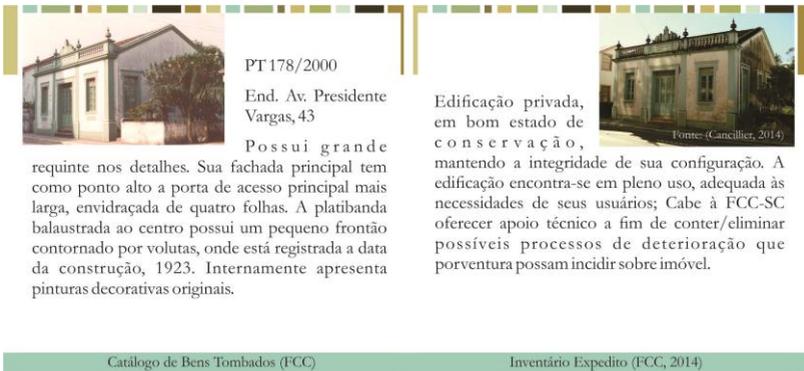
Figura 14: Casa de Rosalino Damiani – 1929.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A edificação (figura 14) possui sua configuração interna bastante alterada, dividida entre dois comércios distintos: barbearia e bar/lanchonete. A edificação ao lado, deixa evidente a quebra de escala, prejudicando a harmonia da paisagem do conjunto.

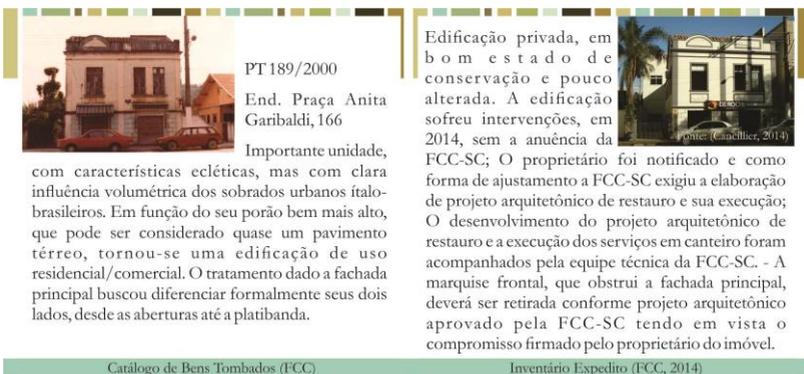
Figura 15: Residência da Família Bettiol – 1933.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A casa da Família Bettiol, figura 15, ainda preserva o mesmo uso residencial. Porém, carece de um trabalho de manutenção ou restauração.

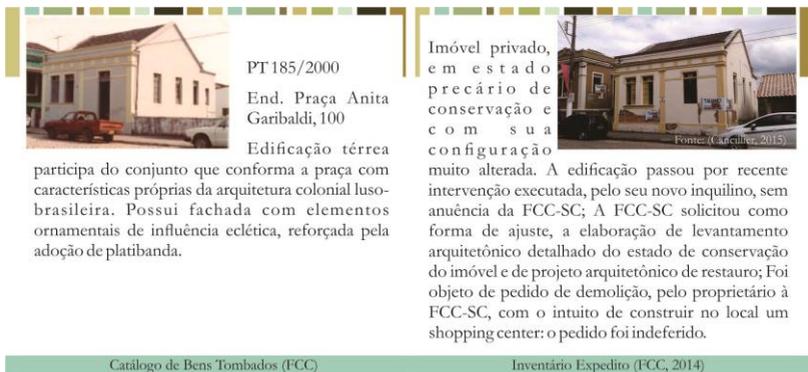
Figura 16: Casa de Caetano Bez Batti – 1936.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A edificação (figura 16) teve sua parte de trás demolida para a construção de um anexo, sem a autorização da FCC. Após denúncias, o proprietário regularizou a situação. Atualmente a edificação foi alugada para uma loja de móveis.

Figura 17: Casa da Família De César – 1937.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A figura 17 corresponde à edificação da família De César, e também é alvo de polêmicas em torno de intervenções sem anuência da FCC. Recentemente algumas paredes internas foram suprimidas para o local receber um comércio de utensílios e objetos variados. Seu atual inquilino, após denúncias, contratou um profissional que realizou um projeto e entrou com pedido na FCC para a abertura de porta na fachada. Pela imagem atual, é possível visualizar cartazes na fachada. Estes estão afixados por meio de pregos. Assim como a edificação ao lado, do mesmo proprietário, o prédio também está sob ameaças de demolição.

Figura 18: Casa da Família Miotello – 1943.

 <p>PT 183/2000 End. Praça Anita Garibaldi, 27</p> <p>Esta edificação representa a imagem formal do último período do eclétismo, caracterizada pelo porão alto e entrada principal lateral, isolada dos limites laterais do terreno. O porão alto possui aberturas maiores que as tradicionais gateiras e na platibanda o movimento curvo acompanha a verga em arco abatido da janela central.</p>	 <p>Edificação privada, em bom estado de conservação, porém sua configuração se apresenta muito alterada. A edificação encontra-se em pleno uso, adequada às necessidades de seus usuários; Cabe à FCC-SC oferecer apoio técnico a fim de conter/eliminar possíveis processos de deterioração que porventura possam incidir sobre imóvel.</p> <p><small>Fonte: (Cancellier, 2014)</small></p>
<p>Catálogo de Bens Tombados (FCC) Inventário Expedito (FCC, 2014)</p>	

Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

Sobre a residência da família Miotello, figura 18, embora seu aspecto aparente boa conservação, seu pavimento térreo encontra-se muito alterado. Ela possui uma atual ligação interna com a edificação ao lado, pertencente à mesma família e com função também comercial.

Figura 19: Casa de Zeferino Búrigo – 1944.

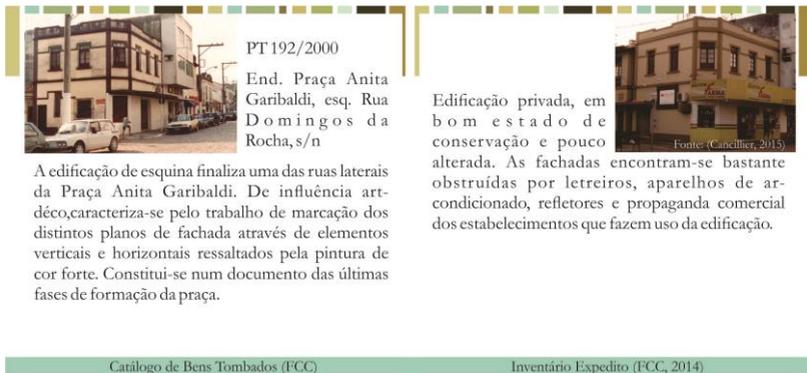
 <p>PT 191/2000 End. Praça Anita Garibaldi, 209</p> <p>Sobrado que expressa uma fase posterior de consolidação da imagem arquitetônica da praça. Possui linhas verticais de marcação de fachada, dando-lhe formas mais longilíneas. A simplificação e a predominância dos elementos que se relacionam ortogonalmente o identificam com o estilo art-déco, embora sua estrutura e volumetria seja de um período anterior.</p>	 <p>Edificação privada, em bom estado de conservação, porém sua configuração foi muito alterada. A fachada frontal encontram-se bastante obstruída por letreiros, toldos e coberturas e propaganda comercial do estabelecimento que faz uso da edificação.</p> <p><small>Fonte: (Cancellier, 2015)</small></p>
<p>Catálogo de Bens Tombados (FCC) Inventário Expedito (FCC, 2014)</p>	

Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

Talvez esta edificação (figura 19) seja a mais alterada da Praça Anita Garibaldi. Sua fachada deixa dúvidas se trata-se de uma única edificação com dois volumes (sobrado e edificação térrea), ou se a edificação tombada

corresponde apenas ao sobrado. Nota-se que a parte correspondente à um pavimento, colada ao sobrado, sofreu alteração em sua platibanda.

Figura 20: Casa de Carmela Bez Batti – 1948.



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A edificação, figura 20, na época de tombamento, já contava com azulejos em parte de sua fachada, porém, ao receber uma farmácia, os azulejos receberam uma pintura que corresponde à imagem visual do estabelecimento.

Figura 21: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição 1923 (Campanário)1945 (Igreja).



Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A figura 21 trata-se da Igreja Matriz, um símbolo importante para o município. Embora não tenha sido objeto do último inventário da FCC, se mantém em bom estado de conservação.

Também se inclui no grupo objeto de pesquisa, a Estação Ferroviária (figura 22), localizada no meio urbano e protegida pela esfera federal, através do IPHAN, que em 2010, a incluiu no documento "Bens declarados valor histórico, artístico e cultural", na "Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário", através da Lei nº 11.483/07, Portaria nº 407/2010. (IPHAN, 2014b).

Figura 22: Estação Ferroviária de Urussanga – 1925.



Edificação térrea, de linhas simples e aberturas imponentes, composta por vergas retas e esquadrias de madeira com folhas almofadadas. Possui corpo único, com telhado em quatro águas, avançando sobre a plataforma de acesso. O volume na lateral abriga os sanitários e caixa d'água. Possui frontão triangular que marca seu acesso principal, além de platibanda na fachada oposta aos trilhos e nas laterais. A obra foi feita em alvenaria autoportante de tijolo maciço assentados com argamassa de argila e erguidas sobre alicerce de pedra.

Fonte: (Cancellier, 2014)

(MATHIOLA et al., 2010)

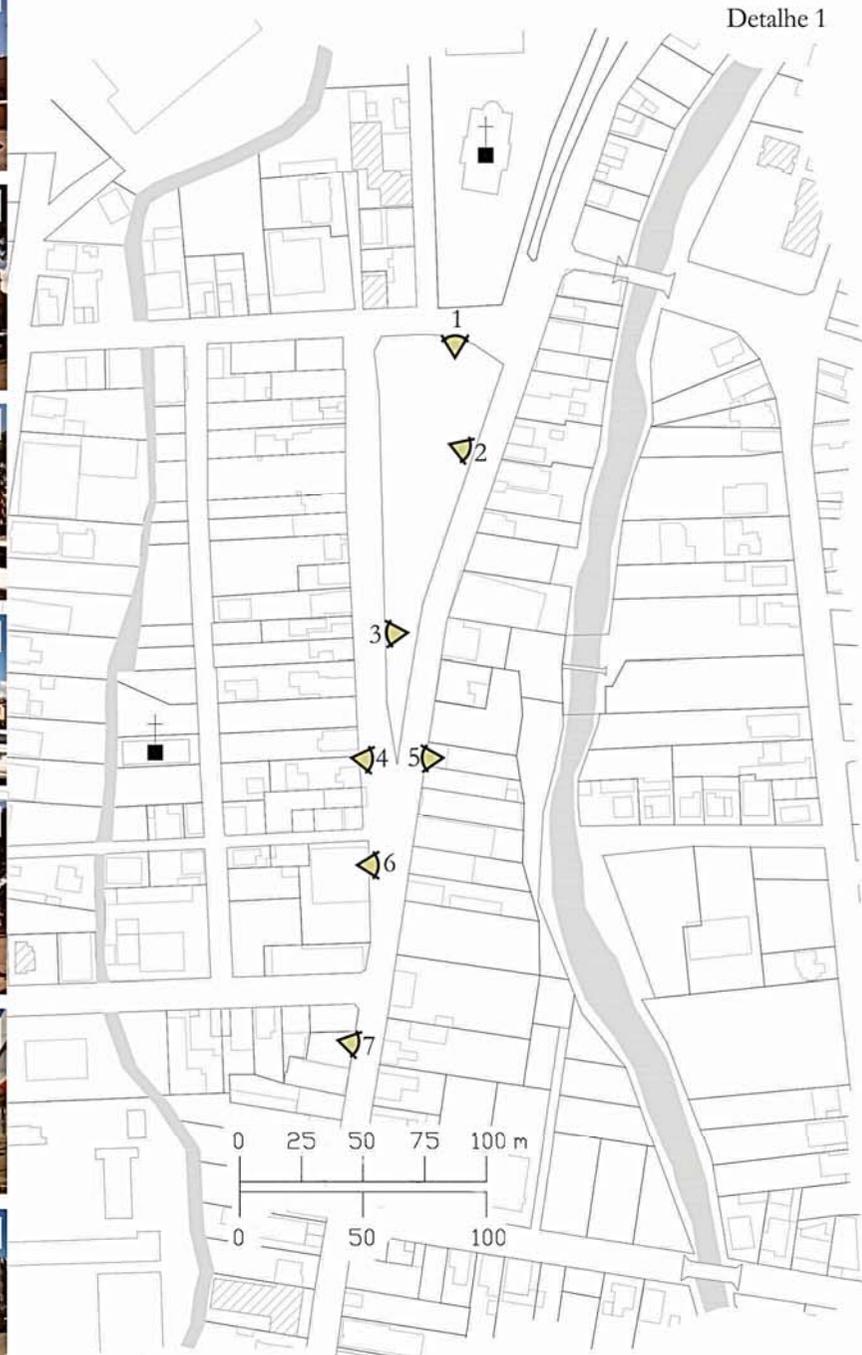
Fonte: (FCC, 2000; 2014), adaptado pela autora (2015).

A edificação (figura 22), diferente das demais apresentadas, não possui tombamento pela FCC. Atualmente é utilizada pela Associação Pro-Goethe e pela Prefeitura Municipal, como Central de Informações Turísticas. Embora tenha recebido recente manutenção, as paredes se apresentam com excesso de umidade e a cobertura parece contar com infiltração.

É possível observar, que grande parte dos bens apresentados, passaram por intervenções em desconformidade com a legislação do patrimônio, sobretudo o no que se refere à autorização da Instituição que realizou os tombamentos, que no caso é a Fundação Catarinense de Cultura – FCC. E ainda assim, nenhuma ação punitiva foi observada.

A próxima prancha, Mapa Temático 4 (figura 23), contém imagens panorâmicas do entorno da Praça Anita Garibaldi, a fim de proporcionar maior entendimento do local de estudo, assim como a relação entre as edificações tombadas.

MAPA TEMÁTICO 4 - FOTOS PANORÂMICAS E CENTRO HISTÓRICO



LEGENDA

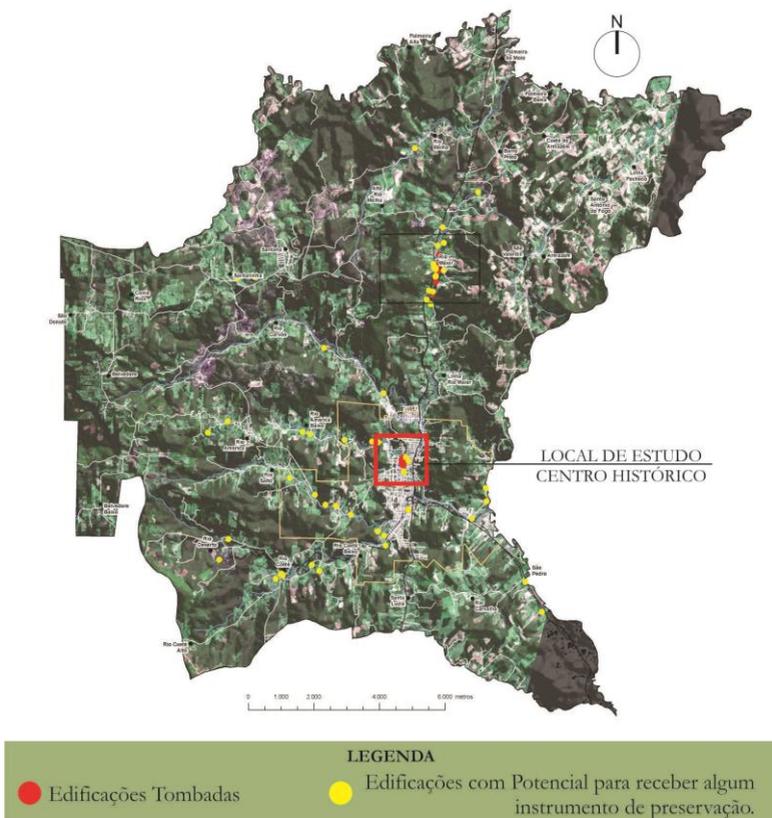
-  Pontos de visão - Entorno Praça Anita Garibaldi.

Pelas imagens panorâmicas das edificações tombadas e entorno é possível perceber que a homogeneidade do conjunto ainda se sobressai, mesmo com a interferência de edificações mais atuais.

Através dos "Roteiros Nacionais de Imigração", em 2007, três propriedades em meio rural foram tombadas pelo IPHAN. Só no município, a Instituição Federal possui cerca de 118 propriedades cadastradas, que mereciam receber algum instrumento de preservação, seja pelo município ou pelo estado. (IPHAN, [20--]).

A seguir, a figura 24 apresenta um mapa realizado em 2006, que mostra além das edificações já tombadas, outras edificações com potencial para preservação, localizadas tanto no meio urbano, quanto no rural. Isso demonstra que o município ainda preserva um rico acervo de edificações, que caso não haja interesse em se adotar medidas protetivas, está fadado ao desaparecimento.

Figura 24: Patrimônio tombado e edificações com potencial para preservação.



Fonte: (GEOCIDADES, 2006), adaptado pela autora (2015).

Para a preservação e proteção de um bem, pode-se fazer uso de alguns instrumentos. O artigo 216 da Constituição Federal, capítulo 1º, traz a informação de que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Segundo Campos (2013), dentre os instrumentos apontados pelo artigo supracitado, o único que não possui uma regulamentação de âmbito nacional, é o inventário. De todo modo, para que se possa compreender melhor, seguem alguns esclarecimentos:

- Tombamento: O Poder Público através de procedimento administrativo declara o valor cultural de um bem, inscrevendo-o no Livro do Tombo, constituindo uma proteção formal. O Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937 determina quatro livros: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

- Registro: O registro é mais utilizado para os bens culturais imateriais, instituído através do Decreto n. 3.551/2000. Assim como o tombamento, também há livros para a realização dos registros: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; e Livro de Registro dos Lugares.

- Inventário: É uma pesquisa que identifica e descreve o bem cultural, nos aspectos técnicos, históricos, sociais e artísticos, a fim de catalogação ou conhecimento do estado de conservação. O inventário pode servir de referência para intervenções futuras e para o próprio processo de tombamento.

Ainda na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, quanto a competência dos municípios, define: “IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. Ou seja, os municípios também podem e devem promover ações de proteção do patrimônio local.

O Município de Urussanga, já nos anos 1980, demonstrou preocupação com a valorização, proteção e conservação do seu patrimônio cultural, através da Lei nº 798, de 15 de maio de 1981, que “dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico artístico e natural do município e cria órgão competente”, o SPHAM - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município.

Em seu capítulo I, podem-se destacar os artigos 3º e 4º: “Art. 3º Os bens tombados pela União e pelo Estado serão, também pelo Município, de ofício.”; “Art. 4º Fica criado, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município - SPHAM.”.

Já em seu capítulo V, destaca-se o artigo 28: "O SPHAM será composto de três (3) membros, nomeados por Decreto, com a indicação de um pelo Poder Legislativo, um do Poder Executivo e um por Associações cujas finalidades tenham como matéria a preservação do meio ambiente".

Se esta lei foi cumprida, principalmente no que compete ao estabelecimento do SPHAM, deve ter sido nos primeiros anos de sua criação, pois há muito tempo a prefeitura conta apenas com uma diretoria de cultura e a existência desta lei não é de conhecimento comum.

Na atualidade, as ações de preservação e recuperação do patrimônio foram registradas na Lei Complementar nº 08/08, de 1º de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo. A seguir, serão abordados todos os trechos que se referem ao patrimônio na Lei Municipal.

O Plano Diretor Participativo (PMU, 2008), em suas diretrizes gerais, presentes em seu Capítulo II, Seção II, Art. 4º, inclui a "[...] proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;".

O documento apresenta em seus objetivos estratégicos, Art. 5º, "[...] promover o turismo como atividade econômica local, integrando-o regionalmente, com ênfase em seu patrimônio cultural, arquitetônico, gastronômico e na vitivinicultura;".

Do Zoneamento, Capítulo II, Subseção II, referente à Zona Urbana Central, onde estão inseridos os 18 bens tombados, o Art. 17. define os limitadores da ocupação na área: o patrimônio histórico, a presença dos rios Americano e Urussanga, a SC-446, atual SC-108 e sua faixa de domínio, a sua característica ambiental de fundo de vale, e vazios urbanos.

A partir disso, foram definidos na lei, os objetivos específicos para esta área central:

Art. 18. Constituem objetivos específicos da Zona Urbana Central:

I - preservar e revitalizar o Patrimônio Histórico Arquitetônico, visando explorá-lo como atrativo turístico, bem como qualificar o espaço central da cidade e consolidar os referenciais urbanos;

II - monitorar e fiscalizar as edificações históricas tombadas quanto ao seu uso e estado de conservação;

III - limitar a altura das edificações;

IV - manter o caráter misto de usos de residências e atividades econômicas de baixo impacto, preservando a integração entre funções de comércio, moradia, serviços e institucionais;

V - reestruturar o centro comercial, transformando ruas com potencial para concentrar atividades de comércio, serviços e institucionais em Corredores de Urbanidade;

VI - exercer controle ambiental sobre atividades com potencial poluidor;

VII - incentivar a relocação de atividades comerciais e industriais diversas de maior porte para zonas adequadas e/ou trechos de vias com Nível de Incomodidade compatível;

VIII - implantar parque linear fazendo uso das margens do Rio Urussanga.

A seguir, a figura 25 corresponde a tabela, retirada do Plano Diretor Participativo, onde apresenta os Parâmetros de Ocupação na área descrita anteriormente:

Figura 25: Tabela com os Parâmetros de Ocupação do Solo.

Macrozona Urbana								
Zona	Usos		Coeficiente de Aproveitamento			Taxa de Ocupação	Taxa de Permeabilidade	Altura Máxima de Pavimentos
			Min.	Básico	Máx.	Máxima (%)	(%)	
Zona Urbana Central	Residencial exclusivo	Unifamiliar ⁽¹⁾	0,2	0,8	1	60	15	2
		Multifamiliar ⁽¹⁾	0,2	1	2	70	10	3
Lote min. (m ²)	Lote máx. (m ²)	Não residencial ⁽¹⁾	0,2	1	2	70	10	3
360	1.200	Misto ⁽¹⁾	0,2	1,8	2	70	10	3

Fonte: (PMU, 2008).

O Plano Diretor apresenta logo abaixo da tabela (figura 27), uma nota: "Na **Área de Especial Interesse Cultural - I** (AEIC - I) fica limitada a altura máxima das edificações em 10m (dez metros) de altura."

A mesma área central está incluída no documento também como Área de Especial Interesse Cultural, sendo os objetivos específicos para essa área (Art. 105. e Art. 109. respectivamente):

I - preservar e qualificar as edificações existentes, enquanto patrimônio cultural e arquitetônico, de forma a manter suas características construtivas, resguardando a sua integridade enquanto elemento integrante da paisagem urbana;

II - promover a sua utilização como atrativo turístico;

III - elaborar Plano Específico de Área que estabeleça regras de uso e ocupação bem como parâmetros edifícios para o restauro, a manutenção

e a adaptação de edificações históricas a novos usos ou realidades.

I - preservar e qualificar as edificações existentes, enquanto patrimônio cultural e arquitetônico, de forma a manter suas características construtivas, resguardando a sua integridade enquanto elemento integrante da paisagem municipal;

II - preservar o patrimônio imaterial local, representado pelas tradições, costumes, gastronomia e técnicas de produção, especialmente de embutidos, de derivados de leite e de vinho;

III - promover a utilização do conjunto histórico arquitetônico como atrativo turístico;

IV - elaborar plano específico de área que estabeleça regras de uso e ocupação, bem como parâmetros edifícios para o restauro, a manutenção e a adaptação de edificações históricas a novos usos ou realidades.

Outro ponto que chama a atenção no Plano Diretor, é o Art. 284., que trata dos objetivos específicos para estruturar e ordenar a qualificação do território. Seu item "VIII - qualificar e valorizar o patrimônio cultural" inclui em sua lista o objetivo de tornar o patrimônio cultural "reconhecido pelos cidadãos" e "tornar o seu valor cultural apropriado pela cidade".

Já em seu Artigo 285 que trata dos programas específicos para estruturar, ordenar e qualificar o território consta em seu item IV o "Programa de Revitalização e Qualificação do Patrimônio Cultural", sendo clara a Lei quando determina que o Poder Executivo Municipal, a partir da publicação da Lei (ano de 2008) teria um prazo de 21 meses no total, para iniciar e concluir as ações que estão descritas a seguir:

I - estudar a necessidade de tombamento de edificações de valor cultural;

II - inventariar e caracterizar as edificações de valor cultural em termos de tipologia, estrutura, morfologia, plástica, estilo e volume, entre outros;

III - estabelecer diretrizes de uso e ocupação do solo compatíveis com os objetivos deste programa;

IV - desenvolver e promover projetos de restauração e revitalização arquitetônica e urbanística de edificações e seu entorno localizadas na Área de Especial Interesse Cultural-I;

V - aplicar os instrumentos direito de preferência, operação urbana consorciada, direito de superfície, transferência do direito de construir, definindo, no

caso deste último instrumento, áreas para recebimento do potencial construtivo, para os imóveis de interesse de preservação;

VI - incluir o patrimônio histórico e cultural edificado em rota turística, a ser estabelecida no plano de desenvolvimento turístico;

VII - garantir acessibilidade às edificações, públicas ou privadas, de uso coletivo, de interesse cultural.

Passados mais de 80 meses após a criação do Plano Diretor e o prazo estabelecido pelo mesmo, de 21 meses para o cumprimento dos itens descritos acima, a pergunta que fica é quais das medidas apontadas pelo Plano, em relação ao patrimônio, que foram cumpridas até o momento? A sociedade urussanguense não visualiza ações do poder público municipal voltada ao patrimônio cultural, muito menos a fiscalização e adoção de medidas para a salvaguarda do patrimônio, e assim as edificações são mutiladas a cada dia.

Segundo uma entrevista realizada com Patrícia Mazon, ex-funcionária da Prefeitura Municipal que atuou de 2005 a 2012 nos setores de Planejamento Urbano e de Turismo, as ações que deveriam ser efetuadas após a lei do Plano Diretor de 2008, em relação ao patrimônio, não foram cumpridas.

Sobre o patrimônio no Plano Diretor até agora não foi feito nada. Era para ter sido feito um plano de ação, a gente começou a fazer, mas quando mudou a gestão, parou. Inclusive existe um cronograma e se o prefeito não der conta desse cronograma ele pode ser deposto e tem penas bem graves. Só que ninguém está nem aí. (MAZON, 2014).

A mesma, conta que chegou a participar da elaboração do Plano Diretor no período em que trabalhava no setor de Planejamento e que chegou-se a criar o "Conselho do Patrimônio Histórico", onde foram identificadas as leis de salvaguarda do patrimônio na cidade, assim como o problema da falta de informação transmitida ao proprietário, dono do imóvel tombado, um problema considerado por eles como o principal. Mas, embora algumas ações isoladas, elas não tiveram continuidade, nem o Plano de desenvolvimento turístico previsto no Plano Diretor foi cumprido.

Diego Fermo (2015), antes de trabalhar na FCC, foi um dos técnicos contratados para trabalhar na elaboração do Plano Diretor de Urussanga, e ele afirma que o PD de Urussanga é reconhecido, inclusive pelo Ministério Público, como um bom Plano, por possibilitar a utilização

de muitos instrumentos, como por exemplo, a outorga onerosa, venda do potencial construtivo e transferência de índice, principalmente sobre os terrenos dotados de patrimônio, em que seus proprietários almejam algum retorno financeiro.

[...] o Plano Diretor de Urussanga é uma das boas ações que nós tivemos nos últimos anos em relação ao planejamento urbano e desenvolvimento urbano, justamente porque o Plano Diretor de Urussanga permitia que o proprietário de patrimônio tombado vislumbrasse formas de trazer pra ele de novo direitos que ele pensava ter perdido.

Confirmando o dado trazido por Fermo (2015), o Plano Diretor Participativo, em seu "Título III - Dos Instrumentos do Plano Diretor", Capítulo II, "Subseção II - Da Zona Urbana Central", diz:

Art. 19. Poderão ser aplicados os seguintes Instrumentos na Zona Urbana Central:

I- Outorga Onerosa do Direito de Construir;

II- Direito de Preferência/Preempção;

III- Transferência do Direito de Construir;

IV - Direito de Superfície;

V - Edificação Compulsória;

VI - Utilização Compulsória;

VII - IPTU Progressivo no Tempo, Desapropriação com Pagamentos em Títulos;

VIII - Operações Urbanas Consorciadas;

IX - AEIS.

O Arquiteto também não visualiza a aplicabilidade das ações previstas no Plano Diretor, e afirma que isso se deve - em relação às cidades com edificações tombadas - ao fato de que "os nossos municípios, eles não dispõem de condições humanas, técnicas de lidar com essas situações.". Somando ao fato de muitas vezes as propostas trazidas pelo Plano, nem sempre estão de acordo com as intenções dos administradores eleitos. (FERMO, 2015).

Então, assim, eu acho que existe uma intenção, não sei se é a melhor intenção, se é boa ou se é má intenção, mas existe uma intenção. Talvez, se seguisse o Plano Diretor, talvez essa intenção tivesse a solução de continuidade, pelo menos. (FERMO, 2015).

Numa entrevista realizada com o atual Prefeito de Urussanga, Sr. Johnny Felipe (2015), ele afirma que o que impede o desenvolvimento da cidade hoje, é o Plano Diretor, pois "foi mal feito".

Já numa entrevista com o atual chefe do Departamento de Planejamento Urbano, Joécio Zucchinali (2015), ele fala dos rumores em torno das alterações no Plano Diretor. Zucchinali minimiza, afirmando que na área central não haverá grandes alterações, "seria mais questão de zoneamento". Mudanças em alguns setores, em relação ao número de pavimentos, "ou questões técnicas, mas não é muita coisa".

[...] tem algumas áreas, que eu vejo assim, que poderiam ter sido melhores ocupadas, ficou dois pavimentos, ficou muito pouco. E realmente, essa área aqui poderia ser melhor aproveitada, porque ela é área central da cidade, ela não vai ter interferência em absolutamente nada, não há via principal, nada [...]. Então, tem alguns pontos que poderiam ser pensados, seis pavimentos, como se tem hoje [...]. (ZUCCHINALI, 2015).

Os discursos deixam claro que um dos "problemas" - se não o maior - trazido pelo Plano Diretor, é a limitação do gabarito das edificações na área central da cidade, objeto de grande especulação imobiliária e interesses econômicos.

Zucchinali afirma que a revisão e alterações do PD não serão efetuadas ainda porque segundo o Plano Diretor, "Título VI - Das disposições finais e transitórias", o Art. 315, cita as situações em que o PD deverá ser revisado: "III- após passados 10 anos de sua entrada em vigor, na forma prevista nos termos do Estatuto da Cidade;" e "IV - caso seja instalado algum empreendimento de grande impacto no Município".

4.2.1 Agentes do Campo do Patrimônio

Há muito tempo, especialmente após os tombamentos, a cidade vem apresentando divergências em torno do patrimônio. Segundo Névtion Bortolotto, arquiteto do setor de Planejamento Urbano, em entrevista concedida para este trabalho, após a realização dos tombamentos, a partir de 1994, houve um desestímulo grande, principalmente por parte dos proprietários dos imóveis tombados.

O tombamento foi um tiro no meio da testa, primeiro dos proprietários e depois da sociedade, principalmente dos exploradores do mercado imobiliário, que viam nessas casas, ou no local onde

elas estão, a possibilidade de no futuro fazer um prédio, transformar numa cidade moderna, desenvolvida, que pra eles o desenvolvimento tem a ver com tamanho, modernidade, aí que está o despreparo. E o poder público, nós não tivemos essa preocupação e não víamos a necessidade porque tudo parecia estar muito bem, que a sociedade sabia o que queria, transformar a cidade num ícone da cultura italiana, numa referência forte como potencial turístico, étnico cultural e assim por diante. (BORTOLOTTI, 2014).

Ao longo do tempo, a cidade vivenciou estes conflitos e o agravante é o estado de conservação das edificações históricas que evidentemente não durarão por muito tempo sem os devidos cuidados.

Outro entrevistado para este trabalho foi Sérgio Maestrelli, Engenheiro Agrimensor aposentado da EPAGRI e um forte crítico e defensor do patrimônio cultural em Urussanga. Sérgio comenta alguns conflitos ocorridos na cidade em torno do patrimônio, sendo um dos mais recentes, em relação ao calçamento de granito, característica da cidade e que vem sendo destruído com a aplicação de revestimento asfáltico. A briga é entre aqueles que querem preservar a pavimentação de granito, principalmente na Praça e em frente às edificações históricas e aqueles que defendem que o asfalto é sinônimo de progresso, sem ao menos o conhecimento dos benefícios e malefícios da tal camada preta. O IPHAN chegou a intervir para preservar o calçamento em frente à Estação de Trem, gerando uma polêmica ainda maior, pela quebra da linearidade do asfalto em frente à Edificação.

[...] e por que o asfalto? Porque o calçamento é sinônimo de antigo, de velho, de ultrapassado e o asfalto é sinônimo de progresso, de futuro. Agora, circula pelas nossas ruas pelo calçamento com o asfalto e você verá que é só remendo, é coisa horrível, esteticamente então, horrível. Só que o problema não está aí. O problema está no fato do asfalto ser feito em cima da pedra. Quando dá problema, a máquina abre o buraco, leva a pedra, leva o barro e faz o remendo em cima. E assim por diante. O que acontece é que no futuro teremos quatro pedras aqui, seis ali e oito lá, e não teremos nem asfalto, nem pedra, porque não é reposto a camada de baixo. (MAESTRELLI, 2014).

Já sobre o patrimônio, os maiores defensores na cidade demonstram que perderam as esperanças, inclusive afirmando que a população não se importa com a herança.

Com relação ao patrimônio eu entendo que a maioria da população, isso em grande parte, ninguém está preocupado. De modo geral, a população urussanguense classifica o patrimônio histórico como velho, e o velho eles assimilam como atraso. Se dependesse da população, de modo geral, não teríamos mais nada na Praça, em termos de antigo. (MAESTRELLI, 2014).

Então, hoje ainda persiste a ideia numa boa parcela da sociedade e ela é bem mais do que 50% e é formadora de opinião apesar de ser acéfala a essas coisas, de ser truculenta e tudo mais, mas ela é formadora de opinião e boa parcela deste percentual são empresários, são comerciantes fortes, são pessoas que influenciam a sociedade. Do restante, uma parcela é de pessoas conscientes, intelectuais, de pessoas com uma formação um pouco mais elevada, mas uma boa parcela são os verdadeiros ignorantes, o povão, que não está nem aí, não é deles, eles não tem nenhuma identidade a se preservar, tudo que eles querem é resolver o problema de sobrevivência e se puder melhorar de vida e ter o seu carrinho, a sua TV de plasma, é o que eles querem. Depois se tem patrimônio, se não tem patrimônio, se tem cultura, não tem cultura, pra eles deixa de existir. (BORTOLOTTI, 2014)

O desestímulo é tão grande que se percebe a atmosfera e o sentimento de derrota nos entrevistados. A pergunta que fica: De quem é a culpa? Em geral, alguns entrevistados do grupo “agentes do campo do patrimônio” culpam a Fundação Catarinense de Cultura em primeiro lugar, pela falta de apoio e fiscalização. Esta por sua vez, atribui à prefeitura este papel, e que também não consegue se manifestar, principalmente por questões políticas. A outra parcela de culpa cai sobre alguns proprietários - os próprios mutiladores do patrimônio e que em muitos casos, detêm maior capital - e na população que não se manifesta e quando o faz, muitas vezes é contra o patrimônio.

Diego Fermo (2015) reconhece que a FCC tem uma parcela de culpa na problemática que envolve o patrimônio em Urussanga, porém ele

afirma que a gestão do território cabe ao município e este não tem feito a parte que lhe cabe.

De certa maneira, a responsabilidade é nossa, mas a gestão do território é de responsabilidade deles. Não é nossa a gestão do território. Não é nossa a responsabilidade por mostrar para os proprietários que olha, não perdeu a propriedade do imóvel, o senhor tem a possibilidade de resgatar esse potencial aqui e de jogar pra lá, de transferir índice. A gestão do território é do município. A Fundação tem a prerrogativa da salvaguarda do imóvel tombado que ta lá na frente da Praça Anita Garibaldi. E de manter aquilo em pé o maior tempo possível. (FERMO, 2015).

Sobre as maiores dificuldades encontradas enquanto Diretora de Turismo, Patrícia Mazon (2014) destaca que "[...] não existe nenhum incentivo". Ou parte da iniciativa do próprio empresário ou a prefeitura tenta ajudar, mas é muito frágil, o estado não tem o interesse de ajudar, eles não estão aparelhados pra isso."

Arquiteto da prefeitura há 27 anos, Bortolotto identifica a área central da cidade, a Praça Anita Garibaldi, como a mais valorizada, a que possui o maior valor por m², contribuindo para o estado em que se encontra o patrimônio, como ele mesmo afirma, de negligência. A seguir, um trecho da entrevista, que evidencia o tom de preocupação pelo patrimônio da cidade.

Aqui em Urussanga eu não vejo futuro, infelizmente a pessoa que menos poderia falar, deveria, mas eu não vejo nada. Já me indispus, porque alguns desses patrimônios foram adquiridos justamente pelos maiores inimigos do patrimônio e nesse país quem manda é o dinheiro. Eles no máximo irão abandonar o patrimônio a sua própria má sorte. Não vão nunca trocar uma tesoura, se puder vão quebrar mais algumas para agilizar o processo de deterioração. Os outros poucos que sobraram, uns deles estão em conflito perene. Como são casas centenárias, ali são gerações e gerações, hoje os patriarcas se foram e não foi deixado especificamente para um ou para outro, então, todos os descendentes tem um quinhão naquele patrimônio e todos querem ser dono do patrimônio para usufruir dele o mais que podem. Se for vender hoje, o valor dele é baixo em relação ao que eles

vislumbravam, então eles não querem conversa, não facilitam nada, são vários que estão nessa situação, aliás, a maioria deles. O que não está em mãos de privados, que não tem a mínima consciência, está com problemas grandes de inventários, ou de partilha entre herdeiros que não se acertam nunca. Ali morreu 90% das possibilidades e o que você vai imaginar? O que você vai fazer?. (BORTOLOTTI, 2014).

Proprietários

Na cidade, em todos os casos em que as edificações históricas são mal tratadas, quando não abandonadas, elas são de propriedade de grandes empresários. Então, foram escolhidos alguns proprietários para a realização de entrevistas, a fim de se fazer saber quais os maiores desafios que eles têm enfrentado, enquanto empreendedores e proprietários de imóveis tombados. Neste caso, optou-se por preservar suas identidades.

Através das entrevistas pôde-se perceber qual o pensamento predominante entre eles em relação às suas propriedades. Alguns pensamentos se mostraram comuns, tais como: o direito de explorar o potencial do terreno; o reconhecimento de que o Poder Público Municipal em nada contribuiu no processo ao longo dos anos e que ele precisa ser mais ativo; a necessidade de uma maior proximidade da FCC para dialogar sobre suas necessidades; e o desejo de preservar apenas a fachada do seu imóvel. Seguem alguns trechos das entrevistas.

Nós queremos tentar viabilizar para construir alguma coisa ali [...], nós queremos aproveitar, nós estamos olhando pelo lado do desenvolvimento, pelo crescimento da cidade, geração de emprego, de renda [...]. O ideal pra nós seria derrubar as casas, mas tem a lei. Eu acho que manter a fachada é muito importante. Eu quero manter a fachada ali e eu vou fazer de tudo pra manter a fachada. [...] deixa eu utilizar aquela terrinha que está ali dentro, que eu paguei. [...] como Urussanga tem essa quantidade de casas, não é uma ou duas casas, são dezoito, dezenove casas só aqui no centro, no perímetro urbano. Então, eu acho que mereceria uma atenção especial. [...] aí fazem uma reunião, com 20 proprietários, aí você explica, mas não tem uma atitude. Até hoje, independente de política, de qualquer coisa, ninguém fez nada de concreto, tanto é que as casas estão aí. A prefeitura não é nada,

agora se ela investir em fomentar, ela é o instrumento que precisa. [...] também teria que fazer essa ligação, entre a Fundação e os proprietários. Acho que nós temos que trazer o pessoal do estado. A única coisa que a gente escuta é que nada pode.

A última frase acima evidencia o quanto falta informação e conhecimento dos proprietários dos imóveis, acerca do que é ou não permitido fazer nas edificações tombadas. Sobre as autorizações de intervenções, um proprietário afirma o seguinte: "Ou é radical, ou eles liberam pra coisa. E o radical, nenhum está correto."

Sobre eles considerarem mais importante a preservação apenas da fachada, além de estarem vinculados à ideia de acharem que poderão fazer uso do potencial do terreno, eles associam que as edificações não possuem todas as características ou materiais bons o suficiente para merecerem a preservação.

O que a gente pensa, exclusivo aqui do tombamento histórico, aqui de Urussanga, é que tem muitas casas tombadas e nem todas elas deveriam ser tombadas. E o nosso caso seria uma delas, porque não possui todos os traços de antigamente. E infelizmente é muito mal feita, a maioria das coisas antigas, tem muita coisa bem feita, mas a maioria é mal feita. Hoje nós fizemos melhor, a evolução, a ciência evoluiu, [...] então são materiais melhores. Eu quero manter a fachada ali [...] e fazer uma obra de vidro, discreta, moderna, atrás daquela parede. Na Europa não pode construir, mas lá é tudo diferente, lá é tudo de pedra.

Os materiais mais atuais, eles também associam com desenvolvimento, com modernidade.

Outros trechos da entrevista com um dos proprietários demonstram sua indignação em relação à sua edificação ter sido tombada, em se tratando de um bem particular e que ao ser preservada, passa a ser de interesse de toda a sociedade, e porque o investimento na conservação, neste caso deve ser privado. Ou seja, o proprietário deve utilizar recursos próprios, porque possui condições, mas para preservar algo contra a sua vontade, para uma finalidade que não é a que ele gostaria que fosse. Este é o seu pensamento:

E hoje aquilo ali, sendo patrimônio histórico, tem alguns pontos ali, que a gente deveria fazer

manutenção, e eu justamente não faço e desafio as autoridades, e vou tentando chegar no limite da lei, porque todo mundo se acha dono da minha casa, a cidade inteira se acha dono da minha casa. Então, todo mundo diz, ah, mas a tua casa é muito bonita, mas ninguém dá nada. É bonita, mas se eu for ali, mexer e trocar o reboco vai todo mundo se meter ali, então eu não mexo. Eu desafio a lei. Eu vou até o limite de não perder, de não ser multado. E eu estou certo em deixar a casa relaxada? Não. Mas aquela casa é minha e eu faço aquilo que eu acho que eu tenho que fazer. Por quê? Porque todo mundo se meteu na minha casa. Então agora cuide da sua. Ali quem manda sou eu. Ah, nós vamos dar uma multa. Antes de dar uma multa eu vou lá e dou uma tapiadinha, só tapiar. Por quê? Porque é de propósito. Eles não podem fazer uma coisa à força, com ninguém. Eu quero dizer que, se tem que manter tudo original isso aí, o estado teria que comprar e manter original, pra população. Agora um particular, que comprou um bem, com o seu dinheiro? Eu podia ter derrubado aquilo ali, antes de ser tombado. Mas eu também achei que não seria bonito da minha parte, estar derrubando um patrimônio, se todo mundo achava que deveria ser mantido. Agora pra ser mantido, alguém tem que pagar a conta e não é reformar. [...] Aquilo ali é uma "naba", ta tudo podre, eu tenho que fazer assoalho, fazer forro, eu tenho que trocar tudo as madeiras [...], e eu não vou reformar, porque eu vou gastar uma fortuna com um dinheiro meu ou de terceiro e que eu poderia fazer algo melhor e manter aquela fachada perfeita. Eu to tentando vender. Eles querem pagar pouco. Aquilo ali eu paguei caro e eu vendo caro. Ela vale, é um terreno no centro da cidade. Aí é depreciado porque é tombado.

Novamente se percebe que orientações não foram passadas a esses proprietários, e estes ainda conservam um pensamento de revolta, mesmo após muitos anos, resultando no abandono e na degradação do patrimônio.

Outra observação em relação ao discurso de um proprietário é o fato de rivalidades políticas dentro do município, interferirem também no estado de conservação das edificações. "A prefeitura não me procura pra nada porque eles me veem como um inimigo. Prefeitura não tem que ser

pra amigo. É pra todos. O que eu puder fazer pra ser contra, eu faço. Por quê? Porque eles estão me espetando."

Mas pode-se dizer que nem tudo é negativo, em relação aos discursos. Por uma ótica mais positiva é possível reconhecer que algumas ideias podem ser aproveitadas, como por exemplo, a disponibilidade de diálogo com a Instituição que efetuou o tombamento e a disponibilidade de recursos privados para investimento nas edificações e na área central.

Então, vamos manter o patrimônio autossustentável? Porque nós temos que ser autossustentável. Eu prego muito por isso aí. Não adianta aumentar isso, aumentar aquilo e não ter dinheiro. Então tem que fazer com as condições que a gente tem. A Prefeitura tem dinheiro? Não tem. O Estado tem dinheiro? Não tem. Agora, nós vamos usar o dinheiro do estado pra manter uma casa fechada? Nós não pudemos. Fazer tudo aquilo ali, vamos utilizar. Tu consegues fazer uma creche com o dinheiro do estado? Consegue. Mas tu não tens dinheiro depois pra botar a funcionar.

A partir dos trechos acima é possível perceber que um dos proprietários fala em sustentabilidade da edificação, que no pensamento dele diz respeito ao uso da edificação proporcionar um retorno financeiro capaz de mantê-la em funcionamento e bancar a sua manutenção. Permitir que a edificação se autossustente torna-se um mecanismo importante em alguns casos, principalmente quando de posse de indivíduos que necessitam e utilizam o imóvel também para tirar o seu sustento. Mas importante ressaltar o ganho social de uma edificação, que considerada patrimônio, nem sempre está e precisa estar aberta ao público visando lucros.

No caso dos depoimentos acima, os proprietários também são empresários, e não necessitariam exclusivamente da renda do uso do imóvel para promover a sua manutenção.

Já em relação ao município, um dos proprietários faz uma crítica dizendo o seguinte: "Não é com coelhinho que tu vai fazer uma páscoa. É com conteúdo. Tem que ter conteúdo. Nós temos que colocar gente no meio pra melhorar. O patrimônio histórico ele vem junto com turismo, mas tem que ter uma coisa que é a diferença: o ser humano."

Inquilinos

Já que as edificações históricas em estudo se encontram em uma área central, marcada pelo comércio, muito comum se torna a sua utilização por inquilinos. E entre um inquilino e outro, cada um quer adaptar o imóvel às suas necessidades comerciais.

Diante disso, dois inquilinos foram entrevistados e puderam responder a respeito da experiência em estarem instalados em edificações tombadas e muitas vezes pertencentes a proprietários que não possuem interesse no patrimônio. Optou-se pela não identificação dos entrevistados.

Em seus depoimentos, alguns dados puderam ser observados, tais como: intervenções feitas sem nenhuma orientação; dificuldades em adaptar o imóvel para um fim comercial, sendo que originalmente o imóvel possuía uma função residencial; orientações distorcidas vindas do poder público municipal; problemas em adaptações que proporcionem acessibilidade; o desinteresse do proprietário em efetuar a manutenção; falta de informação; visão distorcida sobre a entidade que efetuou o tombamento.

Quanto às adaptações com uma finalidade comercial, seguem alguns trechos das entrevistas:

A primeira coisa que a gente pensou: vamos pintar! Vamos mexer! Aí tinha janela na frente. A gente tirou as aberturas, colocamos vidro. Está tudo guardado, inclusive as portas internas. Porque era uma porta e a gente precisou transformar num comércio. Guardamos todos os originais e colocamos vidro onde era necessário. E assim ficou. Aí a gente pintou, por dentro e por fora. Inicialmente a pintura começou a descascar. Até porque é diferente, o tipo de pintura que era feito antigamente e o tipo de tinta que existe hoje, não fecha. Isso acontece ainda, bastante.

Em relação a ter um comércio em um patrimônio histórico, eu vejo que é muito, mas extremamente difícil. Não só por cuidar do espaço, mas principalmente pela incapacidade que a gente tem de transformar isso em algo vendável. Porque eu preciso expor, eu preciso vender o meu produto e um patrimônio histórico, ele tem uma concepção um pouco diferente pra casa. Então eu tenho que transformar isso. Adequar o meu comércio ao que existe.

Uma situação recente foi a derrubada, pelo inquilino, de algumas paredes internas de uma edificação tombada. "[...] eu aluguei a casa e dei uma ajeitada por dentro que já tinha parede caindo, então, eu acabei esquadrejando ela certinho, deixando bonito e tirando outras paredes que estavam caindo e acabei arrumando tudo certinho."

O mesmo afirma que os proprietários permitiram que se fizessem melhorias no prédio. Ele diz também, ter conversado com o responsável na prefeitura, mas que foi algo informal. "[...] conversei com ele e simplesmente ele não tinha nada a dizer, ele só disse: tu não mexendo na estrutura, não derrubando, não tem problema nenhum. Então, ele é o cara que mexe com isso, ele me disse isso aí, não mexe na estrutura que não tem problema, pronto."

As orientações distorcidas por parte do poder público municipal, em relação às intervenções no patrimônio esteve presente nos dois depoimentos. Um dos inquilinos afirma que não teve nenhuma orientação do que podia ou não ser feito na edificação. "Não tem essas conversas".

Eu fui atrás pra ver e conversei com a pessoa responsável aqui em Urussanga. E ele disse: Não, tu vai gastar pra depois não ser aprovado. Não, não investe em projeto. Pra que tu vai fazer isso? Não vai ser aprovado. A pessoa que deveria te esclarecer te diz não faz.

Essas orientações acabam prejudicando também, na maneira como as pessoas que lidam diretamente com o patrimônio, enxergam a Fundação Catarinense de Cultura. "Às vezes, do nosso ponto de vista aqui, é de esperar a vontade deles de olhar o meu projeto e de aprovar ou não."

Em outro trecho, o entrevistado fala: "[...] eu acho que as pessoas que cuidam do patrimônio, eles tem uma visão só de trancar, eles não tem uma visão de reforma, de tocar o negócio pra frente [...], a lei diz que não pode, está aqui ó, eu to aqui pra cumprir a lei."

Mas essa ideia de impedimento, não se refere apenas ao Estado, se refere também ao município. "E hoje, não tem um projeto bom, a prefeitura, o prefeito não tem, eles não tem ninguém cuidando disso, somente pra impedir. Pode notar."

Em relação aos proprietários dos imóveis, um dos entrevistados ressaltou a dificuldade que enfrenta em dialogar com eles.

[...] o maior problema que a gente tem em relação à casa é a falta de vontade dos proprietários de cuidar do imóvel. Então, eles não estão nem aí. Eles queriam derrubar a casa [...]. Eu tenho parede rachando aqui. Que a gente fica cuidando por nossa conta e se eu for com uma nota fiscal pra descontar

do aluguel, porque é de responsabilidade do proprietário cuidar do imóvel, é uma chatice [...], coisinhas assim que vão cansando até quem está aqui.

Já outro defendeu a visão dos proprietários:

Eu acho que é importante nós manter algumas casas e preservar, desde que o poder público faça também a manutenção da casa. Mas tu vê que assim mesmo, os proprietários também poderiam fazer com um pouco mais de liberdade, mas não, tem que ser dentro das normas que eles exigem [...]. Tanto que eu queria rebocar ela, tirar o que tinha de podre, e eles não aceitaram. Eu tinha que fazer com o material que eles queriam, fazer projeto de tudo, até pra fazer um balde de cimento, tinha que provar que ali tinha aquele pó de ostra, sei lá o que. Então eu acho que se preservasse uma ou duas casas aqui em Urussanga, fazer bonito, deixar bem restaurada dizendo dos antigos, agora, querer aguentar tudo que está ali caindo aos pedaços. Isso aí fica feio pra cidade.

Em relação às exigências para as intervenções, ambos reclamaram: "Eu queria fazer alguma coisa que ajudasse e que fizesse com que a loja ficasse mais próxima das pessoas, mas aí a gente esbarra na burocracia de quinhentos tipos de projeto, de material específico, de ter que ir lá pra aprovar, de ter que mandar e esperar [...]." A ideia que se tem é que tudo que envolve o patrimônio é difícil.

Prefeitura Municipal

Diante das situações expostas até o momento, é possível ter uma ideia da problemática que envolve o patrimônio na cidade de Urussanga. Tanto o proprietário, quanto o inquilino, a FCC e a população em geral, quando surge qualquer dúvida sobre patrimônio no município, o setor que seria o indicado a procurar, é o setor de cultura e turismo. Atualmente este setor se configura como diretoria, cuja diretora está no cargo de caráter provisório. Todos os funcionários ligados a este setor, nenhum possui especialização ou conhecimento específico na área de patrimônio. Em teoria, quem deve dar o apoio técnico ao setor, seria o departamento de planejamento urbano.

O responsável pelo Departamento de Planejamento Urbano, Joércio Zuchinali (2015), em entrevista afirma que o seu departamento está sobrecarregado.

Nós trabalhamos só no departamento de planejamento, com todas as obras de pavimentação, de construção das unidades de saúde, tudo fica aqui, desde o projeto, até a prestação de conta. Então, o nosso setor está sobrecarregado, não temos mais como absorver mais nada aqui. Não tem como. (ZUCHINALI, 2015).

O mesmo afirma ainda que, o que eles adotam como medida padrão no Departamento é a comunicação de alguma ocorrência à FCC para posterior verificação pela Instituição, e que após este contato, da visita dos técnicos, nada de efetivo acontece:

[...] observando qualquer situação anormal referente aos bens tombados, ou alguma situação que esteja acontecendo fora dos padrões, nós imediatamente acionamos a Fundação Catarinense de Cultura. Até como o bem é tombado a nível estadual, aí nós orientamos e solicitamos a visita dos técnicos da Fundação ao município para averiguar realmente se esta situação é ou não adequada. Então esse é o nosso procedimento padrão. (ZUCHINALI, 2015). Eles têm vindo, tem analisado, tem feito, só que nós temos observado que mesmo essa vinda depois não há uma efetivação, não há realmente uma medida um pouco mais efetiva da fundação, desses técnicos referente esses bens tombados. Então eu tenho observado assim, que realmente a coisa não acontece. Então, eu vejo que a coisa fica muito a desejar. (ZUCHINALI, 2015).

Se o Departamento de Planejamento Urbano não possui condições de prestar apoio técnico à Diretoria de Cultura e Turismo, isso significa que não se tem técnicos para atuar no gerenciamento do patrimônio no município, e a falta de técnicos inviabiliza uma maior atuação da FCC, por não ter quem direcione as atividades e que realize tanto uma aproximação quanto uma parceria nos projetos e ações.

Esse problema vem se arrastando há anos, pois desde os tombamentos estaduais, a Prefeitura Municipal conta apenas com um único profissional de arquitetura, como responsável por dar orientações e fiscalizar o patrimônio no município.

Tanto Zuchinali (2015), quanto o Prefeito Johnny Felipe (2015) reconhecem a deficiência do setor de cultura e turismo. O primeiro atribui a deficiência à falta de pessoas capacitadas para exercer a função e a falta de interesse da população pelas questões culturais, já o segundo responsabiliza a falta de recursos financeiros.

[...] nós teríamos que ter um departamento muito bem estruturado e trabalhar encima de projetos. Hoje, há uma carência muito grande de profissionais trabalhando na área da cultura. Hoje, faltam gestores preparados e pessoas nesta área. Pra sociedade, não existe uma cobrança referente a estes setores de cultura e turismo, tanto que a sociedade não valoriza estes setores. Tudo que você faz nessa área, as pessoas não valorizam. É uma questão também da sociedade. (ZUCHINALI, 2015).

Eu não tenho uma equipe lá dentro do Parque Municipal que realmente trabalhe tecnicamente com a cultura e o turismo. [...] eu tenho que cumprir com as coisas e aonde é que vai o dinheiro para o investimento na cultura? Não tem. Acaba. Ele não tem. Quando mudar a política pensativa do governo federal, com mais dinheiro para a cultura, com o dinheiro para o estado de Santa Catarina [...]. Mas é que o município hoje não tem condições de montar. Não há condições financeiras. (FELIPPE, 2015).

Outra questão levantada pelo Prefeito é a burocracia. "A burocracia me emperra. Ela me emperra tudo.". Mas ao mesmo tempo em que ele cita a burocracia, ele reclama das instituições IPHAN e FCC. "Eu discordo dessa coisa de dizer que não pode isso e não pode aquilo. E ninguém faz nada. É essa a burocracia que impede [...]. Muito papel e pouca ação."

Atrelado às reclamações quanto à burocracia, ele cita um projeto iniciado durante a sua gestão e que esbarrou na autorização da FCC, o projeto com as tintas Coral.

Eu já fui no IPHAN, eu já fiz uma parceria com as tintas coral no início do governo, que a tintas Coral foi ali e adorou aquele casarão e dava todas as tintas para a pintura. Só que veio aqui a Fundação. Chegaram aqui e tal, disseram que não podia, disseram que teria que ser a tinta da casca da baleia que nasceu lá em Pernambuco, não sei o que. Essa aí é um entrave, ou seja, a casa ficou ali sem pintar, com aspecto de abandono e eu não consigo avançar

porque a Fundação, porque tem uma tinta da baleia. [...] está lá a casa caindo, desabando, abandonada, no ponto estratégico de uma cidade. Então, nós estamos nessa luta para recuperar essa casa, há 30, 40, há 50 anos e ninguém recuperou. E porque não chegar ali e dizer assim, faça esse paliativo nas construções e pinte a casa, mantenha essa casa bonita. Agora nós vamos ficar mais 30 anos. (FELIPPE, 2015).

Zucchinali (2015) também cita o projeto das tintas Coral:

Quando a gente foi efetivar este projeto, o que aconteceu, as exigências da Fundação, referente, por exemplo, a pintura do casarão da família Nichele, os materiais, o que eles solicitaram realmente a empresa não teria condições, porque não existe mais aquela linha de produção. Então, aquele projeto, a gente teve que abortar porque não tinha como ser realizado. (ZUCHINALI, 2015).

Sem entrar na discussão do emprego das tintas em um projeto que já foi adotado em diferentes locais do país, o caso de Urussanga não recebeu aprovação da FCC, especialmente porque a Casa Nichele, antes de qualquer intervenção superficial, necessita de um trabalho de restauração. A pintura não resolveria o problema, pelo contrário, iria apenas maquiar e até prejudicar o bem, principalmente se não utilizada a tinta adequada.

O técnico da FCC chegou a mencionar o porquê da não aprovação do projeto. "[...] chegou justamente num ponto crítico que era a casa Nichele. Não da pra pintar a Casa Nichele com tinta coral." (FERMO, 2015).

Porque daí a gente iria estar reproduzindo com a nossa anuência tudo o que foi feito até hoje em Urussanga e aí com a nossa anuência, esta situação não. Nós estamos buscando reconsiderar uma série de situações, reavaliando posicionamentos e buscando os proprietários para este realinhamento com eles. Do que é possível, do que não é possível, se não é possível, como podemos fazer diferente. (FERMO, 2015).

Fermo (2015) afirma que depois desta situação, a relação entre a Prefeitura e a FCC desestabilizou. "E foi assim e em função disso, a relação murchou. Poderia ter tido uma outra forma de encaminhar, mas naquele

momento foi esse o encaminhamento que foi dado. Olha no Nichele, não mexe."

Como demonstração do afastamento entre a Prefeitura e a FCC, recentemente um projeto denominado "Revitalização da Praça Anita Garibaldi" foi realizado pela Prefeitura Municipal com previsão de início das obras para maio de 2015. As obras foram iniciadas no início de junho, porém sem a consulta prévia da população, conforme prevê o Plano Diretor Participativo e sem a autorização da Fundação Catarinense de Cultura – FCC, já que é área de entorno dos bens tombados. O Ministério Público foi acionado através de denúncias da própria população que se manifestou também nas redes sociais.

O projeto que estava previsto já para o ano anterior, conta com o alargamento e padronização das calçadas, a construção de um palco fixo, além de banheiro público, um café e uma grande cobertura, como pode ser visualizado na figura 26, logo abaixo.

Figura 26: Projeto de Intervenção Praça Anita Garibaldi 2015.



Fonte: (JORNAL VANGUARDA, 2014).

Após alguns dias de manifestações, inclusive na própria praça – algo inédito no município, reunir tantas pessoas na defesa do patrimônio - a FCC junto com a promotora do município, em reunião na Prefeitura Municipal, definiram o embargo da obra até que os documentos fossem

apresentados e protocolados na Instituição FCC para apreciação e aprovação. Porém, o material apresentado foi insuficiente. Contando apenas com uma implantação e imagens da maquete eletrônica, o projeto teria que passar por alterações, principalmente para atender a legislação de patrimônio.

Na semana posterior à divulgação do parecer contrário da FCC, em relação ao projeto apresentado, foi realizada uma audiência pública, a pedido e organizada pelos vereadores que também desconheciam o projeto. Todos tiveram a oportunidade de manifestar suas opiniões, inclusive, um grupo de profissionais da cidade se disponibilizaram para ajudar na construção de um novo projeto que viesse a atender as necessidades levantadas e que qualificasse a área, atendendo principalmente as leis de preservação do patrimônio. A promotora e o representante da FCC também prestaram maiores esclarecimentos à população presente.

Pode-se dizer que foi muito proveitosa a audiência pública, levando a Prefeitura Municipal a repensar o projeto com mais calma, de modo a oferecer maior qualidade à proposta. Porém, logo após a audiência, em resposta aos profissionais que se disponibilizaram em ajudar na elaboração do projeto, o Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, Joércio Zucchinalli, descartou a possibilidade afirmando não ser possível incluir outros profissionais, mesmo que de maneira voluntária, na elaboração ou readequação do projeto. Desta forma, e sem publicações oficiais, não se sabe maiores informações sobre o andamento do projeto e as obras não foram então, reiniciadas.

Quanto a sua visão a respeito da Diretoria de Cultura e Turismo, o Prefeito afirma que quando assumiu em 2013, a Prefeitura Municipal, encontrou o setor sem uma equipe preparada e sem projetos que pudessem ser continuados. "[...] depois que eu assumi a Prefeitura a gente foi ver que lá no centro cultural, vamos supor a equipe, não tinha pessoas preparadas pra isso, ou um projeto que eu pudesse dar continuidade, que eu acharia que tinha. Então foi um recomeço praticamente."

Num levantamento sobre o que tinha sido desenvolvido anteriormente, Patrícia Mazon (2014) disponibilizou alguns materiais confeccionados na época em que estava à frente da diretoria, nos setores de Planejamento Urbano e de Turismo. Dentre os materiais cedidos, encontram-se trabalhos já iniciados para a inscrição do município no programa "PAC Cidades Históricas", algumas fichas preenchidas, tal como o "Levantamento para Diagnóstico Preliminar" que comporiam o "Plano de Ação". Neste documento, foram identificados e apontados os "principais problemas da infra-estrutura e legislação municipal existente":

- Falta de políticas públicas voltadas para a gestão da cultura;

- A gestão cultural do município está ainda subordinada à secretaria de educação;
- Inoperância administrativa;
- Não há profissionais qualificados para área de atuação em questão (conservação/educação patrimonial e museologia);
- Equipe existente sobrecarregada e com conhecimento não específico na área;
- Inexistência de fiscalização para o cumprimento das leis. (PMU, 2009).

Juntamente com os tópicos apontando os principais problemas, Mazon (2009) redigiu um pequeno texto que se mostra ainda atual, mesmo seis anos depois da sua criação.

Urussanga, como todo município de pequeno porte do Brasil e do estado de Santa Catarina, encontra-se em problemas com a gestão cultural.

A principal característica deste hoje, é fazer saber aos habitantes da cidade que seu patrimônio histórico realmente possui significado frente à história do estado e do país e que é representativo, possui valor. Urussanga passa por uma crise de identidade, como a sociedade em geral.

É gritante a necessidade de educação patrimonial e manutenção técnica da cultura local, não apenas para valorização do centro histórico tombado e do sítio histórico, mas pela valorização da memória dos bairros (que também possuem pequenos centros que devem ser tombados), da cultura imaterial local, legado das gerações passadas.

O que se pensa atualmente sobre cultura no município ainda é amador, na comunidade ainda se tem o velho clichê sobre o tombado, principalmente de edificações: (que é o que se conhece aqui) que a cidade não cresce pelo motivo de possuir um centro tombado.

Isso implica na não conservação do patrimônio tombado e na pouca possibilidade de bons investimentos na edificação (neste caso).

O problema citado acima, juntamente a má gestão cultural e a falta de políticas públicas e planejamento para manutenção após o tombamento torna o patrimônio cultural do município relegado a má conservação e utilidade de relevância irrisória.

O problema é estrutural, oriundo do fator financeiro, gerando assim, a falta de gestão, logística e qualificação.

Ainda no mesmo documento, quanto à "caracterização do patrimônio cultural", no item "Centro Histórico" foi identificado a presença de "- Pressão por parte do setor econômico comercial para demolições - especulação imobiliária". Já para o item "Edificações/espços/lugares" foi identificado:

- Edificações alugadas sem critério para conservação e utilidade por aluguel de baixo custo para um comércio primitivo.
- Falta de critério no uso das edificações, impossibilitando a conservação das características originais e integridade de informação para pesquisa e difusão da cultura local.

No ano seguinte, em 2010, este mesmo material veio a ser complementado por mais alguns dados, e dentre eles pode-se destacar a descrição do item "Perfil sócio-econômico da área e da população residente", em "Principais atividades econômicas realizadas na área de interesse e sua relação com os habitantes do local":

Grande parte do patrimônio tombado na região central funciona como comércio e prestação de serviços, mantendo uma relação próxima no cotidiano por ser o principal centro comercial da cidade, porém pouco valorizada no seu sentido histórico. A grande distância entre a história e os habitantes local é nítida e preocupante, pois a falta de ações que visem a valorização da cultura, seu significado, legado e preservação cooperam para a formação de opiniões distorcidas acerca da representatividade histórica de um centro tombado, remetendo-o à ideia de atraso no que se refere ao desenvolvimento da cidade.

Grande parte dos moradores de casas tombadas não tem conhecimento do fato ou não são informados acerca de sua representação e resguardo. Essa falta quase total de noção sobre uma área de suma importância para o município culmina na degradação de muitas casas ou na aplicação de procedimento incorreto quanto a sua conservação. (PMU, 2010).

Entre os elementos que constituem as etapas I, II e III, necessários ao "Plano de Ação para Cidades Históricas - PACH" foi possível encontrar outros trabalhos desenvolvidos, tais como, a "Delimitação da área de atuação do plano"; Planilha de Objetivos e Planilha de Ações e mapas.

Além dos documentos citados acima, outros foram encontrados: "Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram os órgãos e entidades abaixo nominados com o objetivo de promover e realizar ações que auxiliem na preservação do patrimônio do imigrante e implantação dos roteiros nacionais de imigração.", (ANEXO II); "Avaliação das atividades previstas pelo termo de cooperação técnica assinado entre órgãos e entidades" para os "Roteiros Nacionais de Imigração"; Projeto de realização do "I Fórum Municipal do Patrimônio Histórico"; Material de oficinas realizadas no município, etc.

Ana Paula Cittadin (2015), responsável pelo escritório técnico do IPHAN em Laguna, afirma que o Plano de Ação "[...] seria uma definição de diretrizes e propostas pra que fossem pensadas a longo prazo", e que este Plano não é uma garantia de recursos através do "PAC Cidades Históricas", mas é uma das exigências para concorrer aos recursos. Então, o Plano de Ação seria uma etapa inicial e essencial para se buscar recursos nos ministérios de Turismo e Cultura, pois se trata de um planejamento de ações.

Em relação à Urussanga, Cittadin (2015) diz ter participado de uma reunião, juntamente com a ex Diretora de Cultura e Turismo, visando prestar orientações para a elaboração do Plano de Ação para Cidades Históricas.

A ideia era essa, mas não foi pra frente. A secretaria na época participou de uma reunião aqui, que foi uma reunião de orientação, de como tocar esse plano e daí precisaria de uma equipe pra poder organizar e pra isso tem que ter um arquiteto, não tinha como não ser. Porque tratava de planejamento urbano, planejamento da cidade, então era obrigado. (CITTADIN, 2015).

O Prefeito Municipal, em relação ao Plano de Ação e ao "PAC Cidades Históricas", afirma: "[...] nós sempre se inscrevemos. A dificuldade é a divisão de recurso." (FELIPPE, 2015).

Cittadin (2015) aconselha que "o ponto chave de toda a história é estruturar o departamento de cultura e a partir daí pode ter as parcerias, convenio [...]. Precisa ter um aprofundamento e continuidade nas ações."

Por não ter um setor de cultura e turismo estruturado, Urussanga vem perdendo em muitos aspectos. Nos últimos meses aconteceram na

região dois Fóruns voltados à cultura. No início de abril, Urussanga sediou o "V Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura" e início de maio, Criciúma recebeu o "V Fórum de Incentivo à Cultura", com foco voltado ao "Produtor Cultural e a Lei Federal de Incentivo à Cultura".

Quanto ao Fórum realizado em Urussanga, voltado principalmente para os gestores municipais de cultura, foram realizadas as seguintes atividades: Oficinas: Gestão e Captação de Recursos Culturais; Gestão e Patrimônio Cultural; Gestão e Economia da Cultura; Sistema Municipal de Cultura e seus elementos constitutivos; e Elaboração de Planos Municipais de Cultura. Além da Conferência de Abertura: Os Desafios contemporâneos da Gestão Municipal de Cultura, com a Conferencista Cláudia Sousa Leitão; Mesa redonda: Sistema Nacional de Cultura, com Pedro Ortale, Coordenador-Geral de Institucionalização e Monitoramento do Sistema Nacional de Cultura - SNC - Ministério da Cultura; representante do Governo do Estado de Santa Catarina; Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - Lei Federal 13.019/2014; e Plenária do Fórum com a confecção da Carta de Urussanga, com recomendações a serem levadas ao Governador do Estado de Santa Catarina.

Representantes de várias cidades vieram ao Município e quanto aos que se reuniram na Oficina "Gestão e Patrimônio Cultural", ministrada pelas profissionais do IPHAN/SC, Arquiteta Virginia De Luca e a Historiadora Regina Santiago, no que diz respeito ao assunto Patrimônio, foi um verdadeiro intercâmbio de ideias. Foram muitas observações, diálogos e narrativas de experiências dos representantes das cidades participantes: Gaspar, Itaiópolis, Içara, Rincão, Piçarras, Navegantes, Criciúma, Rio do Sul, Jaraguá do Sul, Blumenau e Joinville. Nenhum representante da Prefeitura Municipal de Urussanga participou de alguma oficina.

Assim como o Fórum realizado em Urussanga, o Fórum realizado em Criciúma também não recebeu nenhum representante da Prefeitura Municipal de Urussanga para participar da oficina voltada ao "Patrimônio Cultural (material e imaterial, inclusive museológico e expressões das culturas negra, indígena e das populações tradicionais)" (V FÓRUM, 2015). O evento teve como principal objetivo prestar esclarecimentos sobre a Lei Rouanet, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o "Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor [...]". Uma das críticas levantadas na oficina foi em relação à deficiência dos órgãos municipais em prestar esclarecimentos e fomentar ações voltadas à cultura.

Iniciativas sem continuidade

A falta de estrutura da Diretoria de Cultura e Turismo, além de impossibilitar a canalização de informações na resolução de problemas e ações que envolvem o patrimônio, não assegura a continuidade de ações, já apontadas por Cittadin (2015), como essenciais.

O "Roteiros Nacionais de Imigração" é um importante projeto que prima pela proteção do patrimônio da imigração, além de "potencializar a sustentabilidade e a geração de trabalho e renda nos caminhos agrícolas e qualificar as paisagens urbanas e rurais da região [...]". IPHAN, FCC e Municípios são responsáveis pela proteção de cerca de 600 propriedades. (IPHAN, 2011, p.187).

Urussanga foi uma das 16 cidades a assinar o "Termo de Cooperação Técnica" (ANEXO II), assumindo o compromisso de "promover e realizar ações que auxiliem na preservação do patrimônio do imigrante e implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração." (IPHAN, 2007). O documento aponta algumas ações que devem ser realizadas pela União, Estado e Municípios, sendo que em relação a este último, alguns itens podem ser destacados:

- a) priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no presente TERMO;
- i) instituir um quadro de funcionários (no mínimo 1 técnico) para atuar especificamente no projeto;
- k) garantir, dentro da sua previsão orçamentária anual, recursos a serem aplicados especificamente em ações de conservação e restauro de imóveis, fomento a atividades agrícolas e artesanais, capacitação e atendimento técnico, dentre outras ações de preservação e valorização do patrimônio do imigrante da região.
- m) complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN, num prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente TERMO;
- n) realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias deste TERMO, o Inventário do Patrimônio Imaterial do município;
- q) participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Diante do panorama apresentado já neste trabalho de dissertação, é possível dizer que Urussanga não realizou ou deu continuidades às ações

deste projeto e nem de tantos outros, como os que serão abordados nos parágrafos seguintes.

Gemellaggio

"[...] considerando os estreitos vínculos histórico-culturais que unem este ao Município Italiano de Longarone - de cuja região são originários os imigrantes responsáveis por nossa colonização [...]", a Lei nº 1232, de 29 de outubro de 1990, "concede o título honorífico de cidade irmã - "gemellaggio" - de Urussanga a cidade italiana de Longarone".

O título marcado pelo pioneirismo na região vislumbrava não só o intercâmbio cultural, mas também que a cidade, a partir disso, se desenvolvesse econômica e tecnologicamente.

O "GEMELLAGGIO" compreende um relacionamento mútuo, através de uma grande aproximação entre as duas comunidades envolvidas. As relações estabelecidas serão de toda natureza, desde cultural até econômica e tecnológica. Com a oficialização do referido Gemellaggio, as duas cidades poderão iniciar, imediatamente, um importante intercâmbio que trará, naturalmente, vantajosas consequências para ambos. (DAMIANI, 1990).

Este trecho acima faz parte de um texto que compreende o projeto do Gemellaggio. O projeto evidenciou alguns pontos importantes, como o momento vivenciado por Urussanga, e que originou a necessidade de uma aproximação formalizada da cidade e Longarone.

Segundo o texto de Hedi Damiani (1990), Presidente da Associação Bellunese de Urussanga, na época, o município estava desenvolvendo um "invejável trabalho cultural no sentido de resgatar as suas origens, reafirmando cada vez mais a sua identidade ítalo-brasileira." A comunidade e o Poder Público Municipal, unidos nas manifestações sócio-culturais: Noite italiana em 26 de maio; Festa bienal do Vinho; Viagens culturais à Itália, entre outros.

Em decorrência destes acontecimentos e para que os mesmos se tornem cada vez mais uma realidade, criou-se uma forte estrutura de sustentação, baseada, principalmente, na Escola de Língua Italiana, nas Associações Culturais, na Orquestra Municipal, nos Grupos Corais e Grupos Folclóricos, os quais garantem, a Urussanga, o destaque como sendo a cidade mais italiana do

nosso estado. Muito há de se fazer para que Urussanga realmente consolide este seu propósito, pois estamos apenas iniciando um grande trabalho, cujos frutos surgirão num futuro muito breve. (DAMIANI, 1990).

Após o Gemellaggio, e para que as atividades se consolidassem, no projeto foram feitas algumas recomendações: "É necessário, portanto, que se desenvolvam projetos de pesquisa e estudos [...], e que sejam aplicados nas escolas públicas para uma melhor conscientização da importância deste trabalho.". Ou seja, já se tinha consciência da educação patrimonial enquanto mecanismo de valorização da cultura e de tais ações.

No documento ficou ainda atribuída às associações culturais italianas, juntamente à diretoria municipal de cultura, "a cobertura no andamento dos projetos de intercâmbio propostos por elas ou pela comunidade", e reforça que as benéficas oriundas do acordo, seriam "acessível a todos os cidadãos urussanguenses, principalmente aos de origem Longaronense".

Passados alguns anos desde o acordo do Gemellaggio, tem-se como a principal mudança no município, as emigrações dos urussanguenses que, portando a dupla cidadania, foram trabalhar na Europa em busca de melhorias em suas condições de vida.

Segundo Tomasi (2012), a emigração trouxe resultados positivos para o município de Urussanga, através dos investimentos econômicos daqueles que retornaram, como a abertura e investimento em novos empreendimentos: bares, café, lojas, edifícios, casas.

Mas, observando mais de perto, foram muitos os casos em que, ao retornarem, investiam em carros, casas, apartamentos, e em empreendimentos que não deram certo. Na cidade natal não tinham como manter o padrão de vida idealizado, assim, retornavam a cada ano para as suas atividades no exterior.

"Art. 2º É autorizado o Chefe do Poder Executivo a celebrar acordos e/ou convênios sócio/culturais com aquele Município objetivando a eficácia desta lei." (Lei). Este artigo da Lei que concede o título honorífico, determina que a Prefeitura Municipal implemente projetos, ações e convênios que tragam benefícios oriundos do acordo. Atualmente, o Gemellaggio não passa de apenas um título.

Nós em 1992, quando tivemos aqui os primeiros contatos com a Itália, onde a gente assinou o Gemellaggio e assim por diante, eu me lembro bem quando chegou a primeira comitiva de italianos, então vieram, teve uma festa toda aqui e o povo vinha ver como é que eram os italianos, parecia que

estava chegando um extraterrestre. Por quê? As pessoas imaginavam, tinha aquela magia com a Itália. Então, ali existia muita magia, existia o saudosismo, o meu nono que veio da Itália, toda aquela questão nostálgica com aquele país. Passando o Gemellaggio, começando também esse novo tempo do país, e também essa questão toda dessa leva de pessoas que vão pra Alemanha e convive com muitos italianos e assim por diante, hoje nós vivemos uma nova realidade. Essa magia também já não existe mais. Porque tu vai pra rede social, hoje tu viaja, as pessoas viajam, vão pra Itália, pra Europa a todo momento, então não existe mais, e essa questão toda de cultura, até ficou um pouco mais complexa também. Até porque antigamente você escrevia uma carta para alguém lá da Itália. Hoje você se comunica a todo momento, então, talvez teria que ser feito uma releitura disso tudo também com projetos hoje mais inovadores, dentro de uma nova ótica, porque não adianta nós querermos adotar a receita do passado, porque isso não funciona. (ZUCHINALI, 2015).

Zuchinali (2015), na passagem acima, afirma que a população não se interessa pela origem italiana, da mesma maneira que se interessava quando o Gemellaggio foi criado. Parte disso se deve às redes sociais, segundo ele. O mesmo defende a ideia de um trabalho diferenciado, alegando que ações passadas não possuem a mesma eficácia no presente.

UNESC e OPUR

Em 2007, a "Primeira Oficina de Projeto Urbano" - OPUR foi realizada na cidade de Urussanga, através do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, em parceria com outras instituições, dentre elas, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através do então Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade - PGAU-Cidade e Universidade de La Plata. Estudantes, professores, equipe técnica da Prefeitura Municipal de Urussanga e representantes das comunidades participaram, formulando novas propostas de ações.

Segundo o Prof. Arq. Jorge Luiz Vieira (2007), a Oficina foi realizada com o intuito de aproximar a comunidade à discussão, assim como aproximar os alunos para as atividades de extensão, num tema pertinente: "Desenvolvimento Urbano e Identidade Local".

A escolha do recorte e do tema tinha como objetivo aproveitar o momento junto à comunidade local, que estava discutindo seu primeiro plano diretor, de forma participativa, atendendo ao Estatuto da Cidade e às exigências do Ministério das Cidades. Os trabalhos do PDP de Urussanga foram contratados junto a FINATEC.

Durante a etapa de planejamento das atividades dos ateliês e das demais disciplinas do curso, ficou evidenciada a importância da abordagem, pois pela primeira vez o curso poderia interagir diretamente com a sociedade local, acompanhando um processo rico, de participação comunitária, de discussão e elaboração de sua legislação e planejamento urbano e territorial, com base no Estatuto da Cidade. (VIEIRA, 2007, p.7).

Neste trabalho, Urussanga teve sua definição marcada pelas características geográficas, que formam a sua paisagem, degradada em grande parte pela atividade econômica da extração do carvão mineral e pela expansão urbana no entorno do vale em que se encontra o centro principal.

O território do município se caracteriza por uma topografia basicamente de encostas, uma transição entre a planície litorânea e os contrafortes da Serra Geral do Sul de Santa Catarina. Inúmeros pequenos cursos d'água contribuem para a formação das duas bacias hidrográficas que drenam o seu território – a bacia do rio Tubarão e, a mais extensa, a bacia do rio Urussanga. Estes elementos naturais conferem uma paisagem marcante, que tem sido modificada e muito deteriorada pelas principais atividades econômicas (mineração e agropecuária). Na sede urbana, a forma de ocupação ao longo das margens dos rios e córregos poluídos pela mineração de carvão, que cortam a cidade, estão a merecer atenção especial no processo de planejamento urbano da cidade. A expansão urbana dos últimos anos também vem comprometendo a significativa paisagem composta pelos morros que conformam o vale onde a cidade foi implantada no final do século XIX. (VIEIRA, 2007, p. 7/8).

Segundo o Prof. Arq. Miguel Angel Pousadela (2007), o evento movimentou a cidade, através da ocupação dos hotéis, participação da comunidade e da imprensa local.

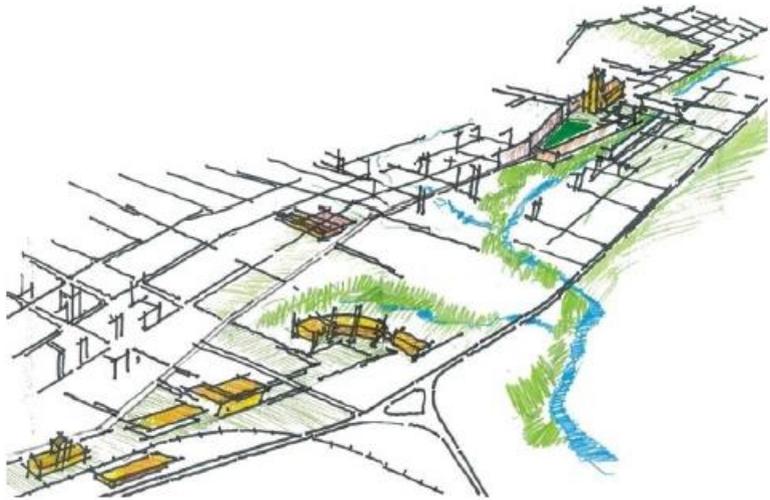
A presença no lugar de cem forasteiros que falavam línguas diferentes, embora tinham um código comum, que lotavam os três hotéis da cidade, mudou a rotina dos habitantes. A notícia tinha sido divulgada pela imprensa local e, portanto, o tumulto não era inesperado: a comunidade tinha passado pelas audiências públicas, onde se discutiram pontos fortes e fracos, potencialidades e ameaças e tinham-se proposto diretrizes para orientar a equipe técnica na elaboração do Plano Diretor. Um pequeno grupo de professores e alunos do curso tinha acompanhado boa parte desse processo. Existia curiosidade por entender o que esses acadêmicos iriam propor para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. (POUSADELA, 2007, p. 12).

Numa reflexão mais atual, o Prof. Ademir França abordou o seguinte tópico: "Qual é a cidade então, que teremos ou queremos daqui a 30 anos?", "Urussanga em 2037".

Certamente serão influenciadas pela nossa maneira de pensar, de construir, de projetar, de se desenvolver. Enfim, do momento histórico que estamos vivendo atualmente, onde as forças sociopolíticas, a economia e culturas globalizadas, juntamente com a revolução digital, e os novos meios tecnológicos, principalmente eletrônicos, ligados à informática já começam a reconfigurar os espaços urbanos e as formas arquitetônicas. (FRANÇA, 2007, p.13).

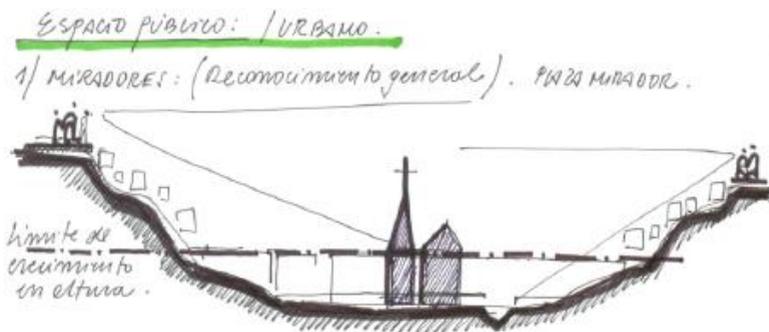
As figuras 27, 28 e 29, correspondem a croquis de estudos realizados pelos alunos participantes da oficina. A figura 27 evidencia a malha urbana, dando destaque a rodovia que corta o município e a área central onde está situada a Praça AnitaGaribaldi; a figura 28 faz o estudo de paisagens e vistas, tendo como objeto o fundo de vale, Igreja Matriz e gabarito das edificações; e a figura 29 é um skyline, provavelmente pensado na preservação da paisagem.

Figura 27: Croqui realizado pela equipe 1 - OPUR/Urussanga/SC.



Fonte: (OPUR, 2007).

Figura 28: Croqui realizado pela equipe 2 - OPUR/Urussanga/SC.



Fonte: (OPUR, 2007).

Figura 29: Croqui realizado pela equipe 3 - OPUR/Urussanga/SC.



Fonte: (OPUR, 2007).

Após a passagem dos estudantes, nenhuma parceria ou atividade teve continuidade.

Esses são alguns dos exemplos de trabalhos e iniciativas com grande potencial, mas que não tiveram continuidade e um aproveitamento. Urussanga tem sido objeto de pesquisa de muitas universidades e não há um aproveitamento do material produzido.

4.2.2 Novas Perspectivas

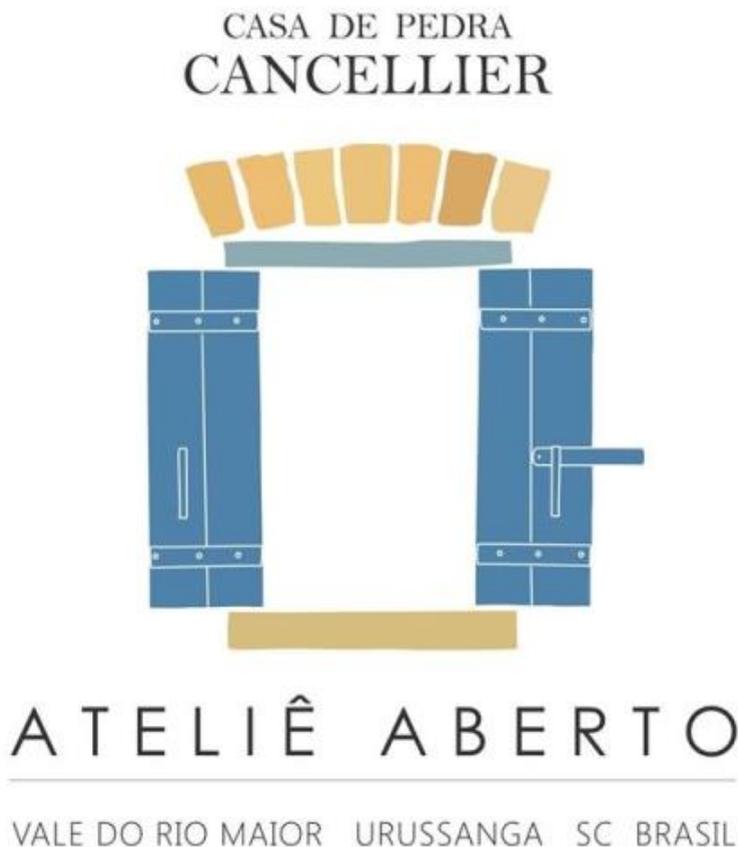
Durante o trabalho de pesquisa, surgiram algumas iniciativas constituídas de boas ideias. Tais iniciativas são promovidas por jovens urussanguenses e vêm sempre carregadas do desejo de proporcionar melhorias ao município.

Manas Bonetti, assim são chamadas as irmãs gêmeas Michelle e Marielle Bonetti que retornaram da Itália, após um período de estudos na "Scuola Mosaicisti Del Friuli".

Instaladas na região do vale do Rio Maior, em Urussanga, numa das edificações de pedra que compõe a região, deram partida em um projeto chamado "Casa de Pedra Cancellier - Ateliê Aberto". Segundo as Manas (2015), o projeto é de caráter coletivo e parte de um objetivo comum: "promover a preservação, revitalização e valorização desta edificação que é símbolo da presença dos imigrantes friulanos no sul catarinense".

A ideia é que o espaço abrigue diferentes iniciativas artísticas de toda a região, como forma de desenvolvimento de potencialidades, "estimulando a visitação livre e gratuita ao local, a difusão da arte, cultura e tradição dos imigrantes que colonizaram esta região." (BONETTI, 2015).

Figura 30: Arte de divulgação do Projeto "Casa de Pedra Cancellier - Ateliê Aberto".



Fonte: (GOULART, 2015).

Além desta iniciativa, as Manas Bonetti estão formando um grupo multidisciplinar com o objetivo de formar parceiros, no desenvolvimento de projetos a serem realizados na casa. O grupo já conta com arquitetos, engenheiros, profissional com formação em artes visuais, entre outros. Através do desenvolvimento de projetos e da obtenção de recursos, além de poderem oferecer oficinas gratuitas de mosaico, o objetivo é proporcionar outras oficinas como a xilogravura, escultura em madeira,

desenho e tantas outras artes que a casa puder abrigar. A figura 30 corresponde à identidade visual do projeto idealizado pelas irmãs.

Figura 31 e 32: Trabalhos desenvolvidos pelas mosaicistas Manas Bonetti.



Fonte: (BONETTI, 2015b).

Em apenas dois meses no novo espaço, a casa vem atraindo muitas pessoas que compartilham do mesmo objetivo. Os finais de semana vêm sendo marcados por encontros que movimentam o espaço, conforme mostra a figura 33.

Figura 33: A movimentação na "Casa de Pedra Cancellier".



Fonte: (GOULART, 2015).

Leandro Damásio (2015) é idealizador de outro projeto: "Manifesto pela UDESC em Urussanga, 2014". Presidente de um Instituto de Políticas Públicas (PVBLICA), uma Instituição responsável por influenciar as tomadas de decisão dos governos, através da formação de agenda política, Damásio (2015) afirma que o objetivo "é ter um sólido departamento de química industrial", interagindo com as empresas, e a consequência é a geração de renda e "produtividade pra região".

Muitos jovens saem todos os dias do município para estudar e após a formação, buscam oportunidades fora, devido à falta de oportunidade na terra natal. Atualmente a sociedade urussanguense carece de jovens, com uma nova mentalidade e que atue na própria política.

A instalação de um campus da UDESC na cidade é uma iniciativa em potencial, tomando como exemplo a cidade de Laguna. Medeiros (2015) afirma que depois que a Universidade do Estado de Santa Catarina se instalou na cidade, o cenário vem se modificando.

A Universidade veio pra somar, então, a partir do momento que você tem hoje, são 10 turmas de 50 alunos, 500 alunos pensando em arquitetura dentro da cidade, fazendo projeto pra cidade, desenhando a cidade, cada vez mais as pessoas tem orgulho daquilo que tem, sem falar que muitos alunos que vem estudar, de fora, a maioria acaba ficando na

cidade. Casando por aqui, ficando por aqui. A gente ta mudando um pouco o perfil da cidade, que antes era uma cidade de pessoas mais velhas na idade, os jovens saíam para trabalhar fora, agora a gente tem muitos jovens vindo pra cidade, voltando ou mesmo morando aqui. (MEDEIROS, 2015).

Além de abrigar estagiários na Prefeitura, a arquiteta afirma ainda que Prefeitura e Universidade estão firmando um convênio onde outros estudos, levantamentos e diagnósticos passam a ser realizados dentro da universidade, tendo a cidade como objeto de estudo. (MEDEIROS, 2015).

Inicialmente, o Manifesto busca a instalação do curso de Química Industrial, porém, nada impede que no futuro, outros cursos de interesse do município e região, se instalem na cidade.

Os projetos iniciados em Urussanga possuem um caráter inovador, comparado a tudo que já foi realizado no município. Estes podem vir a ser um marco, um divisor de águas na perspectiva em torno do patrimônio cultural no município.

4.2.3 Patrimônio e os Moradores Locais

Entrevistas

As entrevistas com os moradores locais foram realizadas em agosto de 2014 e nos meses de março e abril de 2015. Num primeiro momento, uma pesquisa piloto, e num segundo momento, a continuidade da pesquisa a partir da aprovação de sua metodologia na Banca de Qualificação. Foi escolhido como local de observação a Praça Anita Garibaldi, por apresentar o maior número de edificações tombadas no perímetro urbano do município e por circular diferentes perfis de potenciais participantes. Foram realizadas no total, em torno de 50 entrevistas.

A abordagem ocorreu com aqueles que estavam sentados no jardim, aparentando disponibilidade, o que favorecia a atmosfera da entrevista. Na pesquisa piloto, a pesquisadora foi bem recebida e conseguiu manter um bom diálogo com a maioria dos entrevistados. Já no segundo momento da pesquisa, algumas abordagens não foram bem sucedidas. Em apenas alguns casos as respostas foram um pouco limitadas devido ao pouco entendimento da pessoa entrevistada sobre o assunto.

Ao iniciar o diálogo, quatro imagens de edificações tombadas eram apresentadas: duas que se encontravam em situação de abandono; uma em bom estado, restaurada e utilizada; e a Igreja Matriz. Após, foi perguntado: "Fale o que você vê e pensa sobre a imagem observada". Em alguns casos,

além das perguntas "O quê a imagem lhe diz?" e "o que você vê na imagem?", foram efetuadas outras perguntas para estimular a resposta. A importância das edificações, tanto para o entrevistado quanto para a cidade, também foi questionada, juntamente com a justificativa. E ao final, foi perguntado: "Você já ouviu falar em patrimônio histórico?"; "O que você pensa sobre patrimônio histórico?".

Os sujeitos da pesquisa eram de diferentes idades e profissões, proporcionando diversificados, mas também similares discursos nas entrevistas.

O material foi coletado através de um gravador e posteriormente transcrito para o documento Word com o auxílio do programa "Express Scribe".

Para iniciar a análise do material coletado nas entrevistas, primeiro procuraram-se em cada resposta, as Ideias Centrais e as Expressões-chave, ou seja, um trecho literal da entrevista, que melhor representa a ideia central encontrada. A partir das ideias predominantes na maioria das entrevistas, foi possível a formulação de alguns discursos. Os discursos, segundo a metodologia utilizada, representam o pensamento de uma coletividade, ou seja, as ideias e pensamentos semelhantes e também diferentes que os moradores locais possuem em relação ao patrimônio.

Para a primeira pergunta, foram encontradas 10 ideias centrais:

"Fale o que você vê e pensa sobre a imagem observada"

1. As edificações históricas são a marca de Urussanga.
2. Algumas edificações estão em mal estado de conservação e abandonadas, precisando ser restauradas.
3. Os jovens deveriam valorizar e proteger o patrimônio.
4. As edificações paradas, sem uso, não trazem benefícios à sociedade.
5. A situação atual de algumas edificações representa o descaso com a cultura e o desrespeito com os imigrantes italianos.
6. As edificações devem ser demolidas.
7. Há um "interesse⁵" por trás das edificações que se encontram abandonadas.
8. As edificações servem de ponto turístico para Urussanga.
9. O patrimônio deve ser preservado.
10. As edificações abandonadas estão atrasando o desenvolvimento da cidade.

⁵ Especulação Imobiliária?!

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO I

Cada vez que eu vejo essas imagens lembro de Urussanga, isso é a única coisa marcante da cidade que eu vejo de destaque na região. Urussanga não pode ficar sem essas edificações, pois elas representam o coração, o centro. É um símbolo de Urussanga.

As casas que estão deterioradas dão até pena, mas o que eu tenho mais dó é da casa Nichele. É uma pena estar ali, toda acabada, toda deteriorada pelo tempo e ninguém, os donos não fazem nada, não restauram. Hoje se encontra fechado, entregue as moscas. Deveria ser melhor aproveitada, pelo local em que ela está e pela importância histórica que ela tem. Um patrimônio histórico lindo para a cidade, mas está abandonado, servindo apenas para a sinaleira.

O lugar fica triste com essas casas vazias. Um patrimônio histórico fenomenal, lindo e que não é aproveitado. O que incomoda mais são aquelas que estão paradas, estão atrasando o desenvolvimento da cidade. Assim, representam um retrocesso. Uma cidade estagnada. Não beneficia ninguém, não te passa uma sensação boa. Elas transmitem descuido e descaso com a cultura. É um desrespeito também com os imigrantes que vieram e que tiveram tanto trabalho em construir a cidade. Como está demonstra que a cidade não valoriza. Daqui a pouco isso aí vai estar caindo e fica uma coisa feia para Urussanga. Eles não deveriam deixar simplesmente ser destruído. Acho que deveria dar um pouco mais de atenção pra isso aí. Derrubar uma presença dessa aqui? Tem que fazer a manutenção dela, né?

As edificações influenciam a cidade positivamente para ponto turístico principalmente. Precisaria de uma reforma para continuar como uma relíquia antiga. Deve ser preservada, pela sua beleza e pelo seu traçado arquitetônico que trás a história daquela época. Isso aqui você vai passar para as pessoas no futuro. Vejo isso como futuro. Isso é importante na vida. Se desmanchar, quebrar, como que faz? Se caso elas fossem derrubadas, para a cultura, para a história de Urussanga seria ruim.

Dentre os muitos depoimentos a favor da preservação, é possível também encontrar dois ou três contra. E estes estão ancorados nas seguintes ideias: O custo de uma restauração é muito alto; O Estado que tem dinheiro para restaurar; A prefeitura não vai deixar de investir em escola, saúde, educação, para investir nisso.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO II

Vão deixar cair porque é um absurdo para restaurar uma casa dessa e ao mesmo tempo você não pode vender, você não pode demolir, aí não pode mexer nisso, não pode mexer na janela, porque foi tombado. Quem é que quer perder milhões e milhões para restaurar isso aqui? Qual é o interesse de restaurar isso aqui? Pra que? Pra quem? Pra quem vai beneficiar? Pro município? Mas se o Estado tombou isso, que compre e reforme, o Estado que tem dinheiro para restaurar. A prefeitura não vai deixar de investir em escola, saúde, educação para as crianças, para investir nisso, a nossa cidade

está um canteiro de obras. Já que a gente não pode manter a história da cidade conservada, então para que manter a história da cidade caindo aos pedaços como está caindo?

Esse discurso reforça a ideia da pouca informação fornecida à população. Muitos não fazem ideia de quem deve assumir as restaurações, quem deve tomar uma atitude em relação ao patrimônio e assim vão reproduzindo o que alguns grupos opositores ao patrimônio afirmam.

Um dos pontos que chamaram a atenção no decorrer da entrevista é que em alguns casos a pessoa entrevistada apresentou duas ideias diferentes em seu depoimento. Talvez isso demonstre que as ideias em torno do patrimônio não estão consolidadas, ou seja, ainda podem ser moldadas.

Para a segunda pergunta realizada na entrevista, foram encontradas 9 ideias centrais:

"Estas edificações são importantes para você? Por quê?"

1. As edificações históricas são importantes pela identidade histórica e cultural.
2. As edificações históricas são importantes porque recordam os antepassados.
3. As edificações históricas são importantes por estarem a muito tempo na cidade.
4. As edificações históricas que eu utilizo são as mais importantes.
5. As edificações históricas não são importantes para mim.
6. As edificações históricas são importantes por serem diferentes das edificações que se tem hoje.
7. As edificações históricas são importantes porque são construções bem feitas.
8. As edificações históricas são importantes como ponto turístico.
9. As edificações históricas são importantes para os mais jovens.

Foi possível perceber dois tipos de discursos: o do reconhecimento da importância, e o que não considera importante, salvo a igreja, destacando a sua grande utilidade.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO I

Isso aqui é importante pra mim e é importante para todos os urussanguenses. São importantes por manterem minha identidade como morador de Urussanga desde que nasci. Urussanga é a terra da gente. Aqui é o meu lugar. Eu me identifico com elas.

Tem valor histórico, representam os nossos antepassados, representa a colonização, as primeiras construções feitas aqui para começar a cidade. Significa preservar a nossa origem, a identidade de Urussanga. Sem elas acredito que a cidade não seria a mesma e a minha história também não seria a mesma. Isso aqui é a presença da cidade. Ela simboliza uma coisa antiga e hoje ninguém mais faz isso aqui.

Quando você entra num desses casarões, você vai lembrar da história, dos antepassados, da cultura deles, guardam bastantes lembranças dos que aqui moraram. São os traços de Urussanga. Seria retornar as origens. Fica na memória das pessoas. Os mais velhos se vão e tem que passar para as pessoas mais novas.

O que importa para Urussanga são os traços antigos, não os atuais. Pode ser um ponto turístico também, aproveitado e lembrado. A gente teve a Festa do Vinho, se fala da cultura italiana, mas as edificações, a parte histórica mesmo está largada. Se fala muito que se têm pousadas bonitas, mas e esses pontos que poderiam ser aproveitados? Urussanga não é só o vinho né.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO II

Elas não são importantes para mim. Elas não me passam nada. Se quisessem demolir, para mim tanto faz, menos a igreja. Eu considero mais importante para mim a Igreja Matriz. Acho que é porque a igreja é mais usada e as casas a gente só passa na frente e não tem aquele contato. As que não têm utilidade não precisariam ter. Se demolissem, não ia influenciar, não ficaria chateada. Se for muito velha, tem que fazer outra.

Em três ou quatro casos o entrevistado não reconheceu a importância das edificações para si. Mas ainda sim, muitas vezes os que não reconhecem a importância em particular dessas edificações, vão reconhecer a importância delas para a cidade. É o que vai ser demonstrado na análise seguinte.

Na análise da terceira pergunta, foram identificadas 6 ideias centrais:

"Você considera as edificações importantes para a cidade? Por quê?"

1. São importantes para a cidade quanto paisagem.
2. São importantes para a economia.
3. Para a cidade, sua importância histórica influencia no turismo.
4. São importantes para manter a identidade histórica e cultural.
5. São importantes para a cidade por serem antigas.
6. As edificações históricas não são importantes para a cidade.

Foram encontrados aqui, dois discursos distintos: O que reconhece a importância do patrimônio para o município e o discurso de que não é importante, não agrega nada. Seguem os discursos abaixo:

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO I

Elas são importantes porque trazem a história do povo de Urussanga, da região inclusive, é o ponto turístico e que marca a religiosidade e formação dela. A cidade ia ter mais a ganhar com isso restaurado do que com prédios. Podem atrair turistas. Influenciam o município positivamente. Para a economia, como a Festa do Vinho, Rêtoro, Moto Vinho. Em período de festa passam muitas pessoas na praça. A praça é muito bonita, mas acredito que falta alguma coisa, falta para a cidade, para trazer mais o público. Se o município valorizasse essas casas eu me sentiria mais valorizada, porque não adianta em época de páscoa e em época de natal, estar tudo muito bonito aqui, estar tudo muito lindo, só que as coisas continuam a mesma coisa. É um corretivo que tu passa, mas ele vai sair. Poderiam melhorar essa situação, fortalecendo, preservando essas casas que estão se acabando. Sem isso, os visitantes veriam o que em Urussanga? Se destruírem, como que fica a memória? Urussanga é uma cidade antiga e ganha como ponto turístico. Penso que a cidade está se desenvolvendo para isso. Daqui a muitos anos, as pessoas vão vir de longe para ver. O turismo vai ser maior futuramente.

Desde que a gente se conhece por gente a gente conhece esses casarões. Eu não consigo ver nada a mais no lugar dessas casas. É uma coisa que marcou a infância, marca a cidade. Se derrubassem essas casas, se fizessem prédios, perderia o sentido. Acabaria a história da imigração. Aí ficaria como Criciúma, como qualquer outra cidade normal, cheio de prédio, a mesma paisagem. O que interessa mesmo na cidade são os traços antigos. Os traços atuais não possuem tanta importância porque são todos iguais. É importante para todo mundo. Para a cidade também. Tem que ser restaurada, preservada, aí fica bonito para o visual da cidade. Desconheço outras cidades que tenham as características que Urussanga tem, dessa arquitetura.

Isso aqui influencia no sentido da gente valorizar mais a cultura que fundou esse lugar, que é a italiana, que suou para ter esse espaço na cidade, para ter esse lugar, olhar para tudo isso é valorizar, e manter viva a história. Acredito que a cidade precise muito dessa identidade de origem italiana e é indispensável, pela preservação da cultura italiana. Uma cidade sem história não existe, porque sem o passado, nós não somos futuro.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO II

Pra cidade não acho tão importante. Não trás tanto benefício não. Ali é um patrimônio que eles não podem derrubar e que poderia colocar no lugar disso aí, construir algo que gerasse talvez uma loja. A minha visão é que é um troço velho que está ali parado, sem uso nenhum. Não presta para nada. Pra cidade isso aqui não voga nada. Se é para estar do jeito que estão, então pode ser demolida, não possuem

valorização. Eu não sei se com essas edificações a cidade vai crescer. Se forem derrubar para construir outra melhor, tudo bem, a cidade vai crescer.

A partir da análise das últimas perguntas a respeito do patrimônio histórico foi possível identificar 9 ideias centrais:

"Você já ouviu falar em patrimônio histórico? O que você pensa sobre patrimônio histórico?"

1. Sim. Patrimônio histórico são valores da história que devem ser preservados.
2. Sim. O patrimônio representa qualidade de vida, diferente das cidades maiores onde prevalece o concreto.
3. Sim. O patrimônio histórico deve ser restaurado e melhor aproveitado.
4. Sim. O patrimônio histórico está sendo demolido aos poucos e não vai durar muito. Ele pertence à sociedade e tem que ser preservado.
5. Sim. A importância do patrimônio histórico deve ser repassada às futuras gerações.
6. Sim. Mas poderiam construir algo de maior utilidade no lugar do patrimônio histórico.
7. Sim. A preservação do Patrimônio histórico não pode atrapalhar o futuro e o crescimento da cidade.
8. Sim. Já ouvi falar em Patrimônio histórico, mas não sei dizer o que significa.
9. Não. Nunca ouvi falar em patrimônio histórico.

Entre os discursos, predomina o dos que já ouviram falar em patrimônio histórico. Nem todos conseguem falar a respeito e em alguns, esse conhecimento é limitado. Outros afirmam que nunca ouviram falar em patrimônio histórico. Mas grande parte pede pela sua restauração e preservação.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO I

Não sei dizer o que é. Patrimônio histórico? Aqui ninguém fala quase de patrimônio histórico. Eu quase não sei, acho que a gente tem um patrimônio que está ali. Aqui no município a gente não tem esse ensinamento.

Esse pequeno discurso ressalta a importância do conhecimento e da educação patrimonial em uma cidade que possui patrimônio. Em Urussanga não há efetivamente o ensino da importância e valorização do patrimônio. Existem apenas ações isoladas em algumas escolas, mas fica a critério do professor.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO II

Patrimônio histórico são essas casas que não podem ser demolidas, que são importantes para a cidade, que essas leis que não deixam mexer nessas casas. O patrimônio histórico deve ser preservado, mas também não pode atrapalhar o futuro, o crescimento da cidade. Tem que preservar o que é necessário. Tem que preservar, mas dentro de um limite. Eu sou a favor do tombamento, mas desde que tenha um apoio. Eles simplesmente tombam. A pessoa tem que continuar pagando IPTU, não existe benefício nenhum.

Já este discurso demonstra a falta de informação referente ao tombamento e a forma com que estas edificações históricas podem ser tratadas e utilizadas.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO III

O que eu sei de patrimônio histórico é tudo aquilo que se encaixa dentro de valores que devem ser preservados, da história de nosso país que é multicultural e acho que tudo que está dentro do patrimônio histórico é inegociável, é indispensável para qualquer lugar onde ele esteja fixado e deve ser preservado. Já não chega a cidade grande, cheia daquele concreto. Isso aqui já é uma qualidade de vida, porque você olha e vê que é uma cidade menor, com a história presente. Mas tem situações que deveria ser melhor trabalhado, melhor explorado. Devia ser uma coisa mais conservada, mais valorizada. Os que estão em uso, estão legais, estão boas. Não imagino Urussanga sem isso aqui. Isso aqui representa a cidade. É o símbolo de Urussanga. Patrimônio histórico é muito bom para os filhos, para mostrar para várias gerações. Meu avô gosta muito de preservar essas coisas e a gente já vem com esse pensamento. As crianças transmitem aquilo que elas aprenderam.

Acho que a gente deveria parar mais para olhar e refletir. A cidade tem muito potencial, só não tem estrutura. O município não tem interesse. No lugar onde eu moro, tem uma igreja de Santo Antonio e não tá fácil pra restaurar aquilo lá, o povo ajuda e tudo, mas não tem apoio do governo. A prefeitura não quer nem saber, fazem só o básico. Eles só estão preocupados com as festas, algo que é passageiro. Se eles fizessem tudo direitinho ia ficar uma maravilha. Não pode demolir, mas eles estão destruindo tudo, isso aqui é um descaso. Isso aqui não vai durar muito, vai indo, vai indo... Do jeito que se encontra hoje, fica até feio para a cidade, porque se ela estivesse bem protegida, ficava lindo isso ali. Do jeito que está prejudica. As casas que estão feias são feias para a cidade também. Estão ali para que? Abandonadas desse jeito? É uma pena que se vai acabando. Eles deveriam fazer alguma coisa pela comunidade inteira que quer preservar isso aí, porque isso aí não é mais do prefeito ou do empresário, é da comunidade. Acho que a Prefeitura, o Estado deveria indenizar, tomar do proprietário. Tem que estar com pessoas que querem preservar. O que vai ser desse mundo, se as pessoas mudam a cabeça, não valorizam? Esses donos dessas edificações paradas aqui,

que coloquem a mão na consciência um pouquinho e se eles têm condições, para eles pensarem um pouco não só na parte material, em quanto eles vão lucrar, para eles pensarem na cidade, na própria cidade. Patrimônio histórico é um patrimônio da sociedade, por isso que o órgão público deve se responsabilizar. Esse patrimônio se for deixado em mãos privadas, não se tem o devido valor.

Neste discurso se mostra claro o apelo de grande parte dos entrevistados para que seja feito algo em relação ao patrimônio, apresentando uma tendência de que os moradores locais, em geral gostam do patrimônio, quer manter e valorizar, diferentemente dos discursos de alguns profissionais no município, que afirmam que a população não se importa. Os urussanguenses percebem que a Prefeitura e o Estado são omissos e que em muitos casos o patrimônio se encontra em mãos de privados com boas condições financeiras.

Categorização

A partir das ideias centrais que formaram os discursos apresentados anteriormente, foram selecionadas três importantes categorias: Identidade; Preservação; e Turismo.

Esta etapa da análise se configura como um importante processo, onde informações novas e complementares serão adicionadas ao conteúdo já exposto.

Identidade

Entre os participantes da pesquisa, muitos apontaram as edificações como a representação dos imigrantes italianos, seus costumes, sua herança e em geral, elas se identificam com as edificações e com a história do município. Elas se preocupam com a manutenção da cultura e não se imaginam sem essas edificações. Portanto, embora o objetivo da pesquisa não seja a quantidade, a maioria dos entrevistados reconhece essas edificações como um patrimônio cultural herdado dos imigrantes italianos, e de importância para a história da cidade. O patrimônio representa suas identidades.

A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p.2).

"Que lugar é esse que nós moramos? Quais são os lugares que simbolizam a nossa sociedade e que nos identificam?" Vieira Filho⁶ (2015) afirma que é necessário fazer um resgate das cidades, como lugares de vivência, pois elas têm se transformado em "lugares impessoais, em lugares destinados a arquiteturas descompromissadas [...]".

Como manter e assegurar a identidade dos indivíduos e de cada cidade, diante dos processos que envolvem o crescimento urbano? Talvez, a resposta seja o entendimento de que a cultura é fator essencial para o desenvolvimento. Pensar na qualidade e não simplesmente na quantidade. A identidade das cidades está relacionada com a cultura, e esta vem sendo tratada com menos atenção do que deveria, nas cidades, nos estados e no Brasil.

O processo de valorização da cultura e da identidade das cidades requer um longo tempo, mas Braga (2003, p.51) afirma que atualmente, o patrimônio cultural já vem sendo compreendido como um fator essencial entre as estratégias de desenvolvimento. "Não se pode propor uma estratégia desenvolvimentista sem ter em mente as complexas inter-relações entre a economia e a cultura e sem considerar os anseios daqueles a quem se destina, seja a comunidade, sejam os indivíduos em particular".

Leitão⁷ (2015) também afirma que a cultura é um dos quatro pilares do desenvolvimento, juntamente com a visão econômica, social e ambiental. Porém, "a cultura ainda é uma área desprestigiada, porque ela não é compreendida como uma área de desenvolvimento".

Ainda que de forma lenta, relacionar cultura e desenvolvimento é uma preocupação que vem assumindo destaque na contemporaneidade. Segundo o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (2003, p.9), a tarefa se configura como difícil, pois "exige, primeiramente, um concentrado esforço de convencimento político que garanta o necessário deslocamento da cultura, nas agendas governamentais, da posição subalterna a que costuma estar relegada à condição de questão estratégica.". Mas, além disso, ele cita a necessidade dos gestores municipais estarem munidos de informações para a garantia da "[...] formulação, acompanhamento e avaliação de políticas."

A cultura é hoje um dos setores de mais rápido crescimento nas economias pós-industriais. Conhecer o seu funcionamento, além de ampliar o seu desempenho como um fator de ingresso para a economia, nos permitirá associar a melhoria de condições de vida como parte da mesma estratégia,

⁶ Palestra: 30 anos de tombamento em Laguna/SC.

⁷ Conferência: Os Desafios contemporâneos da Gestão Municipal de Cultura.

favorecendo a criação endógena, melhor organização do processo de produção e acesso aos bens culturais. (WERTHEIN, 2003, p.15).

No Brasil, cerca de R\$ 7 bilhões de reais são movimentados todo ano, através da cultura, e nas cidades de pequeno e médio porte, através de festas como Parintins e Oktoberfest, a movimentação é de milhões de reais (BRAGA, 2003). A associação do patrimônio histórico e cultural com a economia se faz importante, porém a sua utilização deve sempre ser motivo de atenção.

[...] os diferentes usos do patrimônio cultural vão encontrar contradições que refletem as disputas entre os atores envolvidos: o setor privado, o Estado e a sociedade através dos movimentos sociais [...]. Apesar dos esforços feitos, principalmente a partir dos anos 1980, em procurar mecanismos possibilitadores dessas parcerias, a falta de uma estruturação e análise mais abrangente em termos econômicos faz muitas dessas estratégias fracassarem em médio prazo, pela avaliação errônea do incremento de capital produzido pelos fatores culturais. (MORAES, 2014, p. 68).

Compartilhando desse pensamento, Martinell (2003, p.93) ressalta a importância das políticas culturais serem pensadas de acordo com a realidade local. "Existindo interesse em aproveitar experiências de outros lugares, é preciso estar disposto a recriar e a superar o que já foi realizado." Além disso, por não existir uma regra geral para o desenvolvimento de políticas culturais, a relação entre os papéis dos setores envolvidos, como o público e privado, precisam ser estabelecidos, num sentido de desenvolver a autoestima da população, fomentar o resgate das identidades territoriais e locais. Leitão (2015) afirma que "a autoestima é tarefa de política pública".

Canclini (1998, p.194) identifica que os bens históricos e culturais não pertencem a todos de maneira igual. Segundo o autor, "[...] diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural", mesmo que em teoria esses elementos se apresentem disponíveis para a utilização comum. A questão se evidencia principalmente quando os bens são de propriedade privada. Como garantir que todos tenham acesso a um bem particular?

Muitas vezes a lógica do mercado parece bem sedutora. Mas sabemos que se deixássemos a cultura nas mãos do mercado, quase 60% ou 70% das formas expressivas hoje existentes desapareceriam.

A preservação das diversas identidades culturais e das formas expressivas de interesse geral depende da intervenção do estado. (MARTINELL, 2003, p.96).

Ainda que o patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Esse princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. (CANCLINI, 1998, p.195).

Martinell (2015) faz uma crítica à passividade do setor cultural, trazendo a observação de que as políticas dos anos 1980 e 1990 tinham maior vitalidade e que agora a sociedade não consegue reagir "às políticas já consolidadas na burocracia administrativa" (MARTINELL, 2003, p.102). Segundo Leitão (2015), por não existir uma receita pronta, muitas cidades e países apostam na criatividade para lidar com as barreiras enfrentadas pelo setor.

Preservação

Os entrevistados, representados pela maioria, afirmam que as edificações devem ser preservadas, pois reconhecem a sua importância. Em geral, eles querem que as edificações permaneçam na cidade e gostariam de vê-las restauradas.

A maioria demonstra uma preferência pela Casa Nichele, pela riqueza de detalhes e pelo local em que ela se encontra. Alguns lembraram satisfeitos de um Natal em que transformaram a edificação em Casa do Papai Noel.

Ao mesmo tempo em que a Casa Nichele é considerada a mais representativa no centro histórico, juntamente com a Casa de Torquato Tasso (atual Casa Fornasa), ela foi apontada como um atraso ao desenvolvimento da cidade. Isto se deve pelo fato de ambas estarem sem uso e abandonadas. Alguns apontam a situação das edificações tombadas como descaso, inclusive com a cultura e com os antepassados.

Alguns recordaram que não é em qualquer lugar que se encontra uma paisagem como a de Urussanga. Destacaram-no como uma beleza singular, e também por isso, as edificações devem ser preservadas.

Dentre muitas ações que envolvem a preservação do patrimônio cultural, Vieira Filho (2015) acrescenta que a qualificação dos espaços "supõe humanizar, cuidar das coisas próprias, das singularidades, da relação

com a natureza, do imaterial, desse conjunto de coisas que compõe os lugares".

Um patrimônio reformulado levando em conta seus usos sociais, não a partir de uma atitude defensiva, de simples resgate, mas com uma visão complexa de como a sociedade se apropria de sua história, pode envolver diversos setores. Não tem por que reduzir-se a um assunto de especialistas no passado. Interessa aos funcionários e profissionais ocupados em construir o presente, aos indígenas, camponeses, migrantes e a todos os setores cuja identidade costuma ser afetada pelos usos modernos da cultura. À medida que o estudo e a promoção do patrimônio assumam os conflitos que o acompanham, podem contribuir para consolidar a nação, já não como algo abstrato, mas como o que une e torna coesos - em um projeto histórico solidário - os grupos sociais preocupados pela forma como habitam seu espaço. (CANCLINI, 1998, p.202 - 203).

A preservação da cultura, sobretudo do patrimônio, diz respeito àquilo que se almeja para o futuro das cidades. (VIEIRA FILHO, 2015).

Em relação à degradação do patrimônio, segundo Ponte (2006), a legislação que trata da proteção do patrimônio histórico e cultural ainda é muito frágil no Brasil. Geralmente fica a critério do Ministério Público conduzir tais ações.

[...] resumem-se a cinco artigos as infrações penais relacionadas à proteção e preservação de bens de valor artístico, arqueológico e histórico. Quatro delas estão previstas no diploma ambiental em vigor (Lei nº 9.605/98 – artigos 62 a 65) e a outra no Código Penal (artigo 165). Dos dispositivos apontados, destacam-se o artigo 165 do Código Penal e o artigo 62 da lei ambiental [...]. (PONTE, 2006, p.11).

O mesmo autor faz uma forte crítica em relação à penalização destinada aos infratores da história e da cultura. Tais crimes estão relacionados ao direito à memória de um povo, histórias e tradições que dizem respeito não só ao passado, mas ao presente e ao futuro. Contudo, as ações contra o patrimônio cultural são definidas como de pequeno potencial ofensivo. (PONTE, 2006).

A resposta penal destinada aos autores de tais crimes que atingem a história e cultura de um povo é extremamente tênue, isto quando há punição, pois, em boa parte das vezes, são adotadas medidas despenalizadoras.

A título exemplificativo, quem destrói, inutiliza ou deteriora arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, estará sujeito a uma pena privativa de liberdade de um a três anos de reclusão, além do pagamento de multa. Se o autor de tal infração for primário e lhe forem favoráveis as condições mencionadas pelo artigo 59 do Código Penal, o Promotor de Justiça poderá oferecer a proposta de suspensão condicional do processo, que se aceita, fará com que o feito fique suspenso por um determinado período e o acusado submetido a uma série de condições. Ultrapassado tal lapso temporal sem qualquer incidente, será julgada extinta a punibilidade do agente. (PONTE, 2006, p.9).

Diante de uma legislação que em nada contribui para a preservação do patrimônio cultural, Ponte (2006, p.22) confirma a necessidade de se repensar o Direito Penal, sobretudo, no estabelecimento de "penas mais enérgicas". Enquanto isso não acontece, "caberá a sociedade suportar e absorver com resignação o prejuízo provocado pelo agente, que sequer criminoso poderá ser considerado." (p.21).

Se a sociedade não pode contar com as leis para coibir ações contra o patrimônio histórico e cultural, a educação patrimonial assume um importante papel neste processo.

Ela visa, principalmente, fortalecer a auto-estima das comunidades através do reconhecimento e valorização de sua cultura e seus produtos. A Educação Patrimonial é um trabalho de "autodespertar" motivado, que tem como temática toda a produção cultural de uma comunidade ou grupo social. Esse processo educacional, formal e não formal, utiliza situações e ações que provocam reações, interesse, questionamentos e reflexões sobre o significado e valor dos acervos culturais e sua manutenção e preservação. (RANGEL, 2010, p. 4)

Rangel (2010, p. 5), identifica os princípios norteadores da Educação Patrimonial: "Sensibilizar a sociedade para uma mudança de atitude: de espectadores da proteção do patrimônio para atores desse processo", e "através da educação, produzir a compreensão; através da compreensão, proporcionar a apreciação e através da apreciação a proteção." Um trabalho difícil, e que requer continuidade.

Turismo

A maioria dos depoimentos apontaram as edificações históricas como um símbolo, a marca da cidade, pois representa a história dos antepassados, fundadores de Urussanga. Por isso, os participantes não imaginam a cidade sem elas. A igreja foi muito citada por seu bom estado de conservação e por sua beleza única na região.

Através deste reconhecimento, a maior importância foi dada às edificações em uso. A igreja foi muito citada e lembrada por sua utilidade. Grande parte dos entrevistados expressou o desejo de dar um uso às edificações abandonadas, de modo a trazer benefício à sociedade.

Assim, a palavra turismo foi a que mais apareceu nos depoimentos. A maioria dos moradores entrevistados reconhece a vocação da cidade para o turismo e gostaria que as edificações históricas fossem restauradas para este fim. Muitos citaram as edificações como um atrativo turístico, e inclusive, para as edificações que estão sem uso foram apontadas algumas atividades, tais como museu, restaurante, pizzaria e até casa de lembranças.

Relacionado ao turismo, à paisagem foi outra palavra utilizada. A maioria dos entrevistados quer manter o patrimônio, por considerarem único na região. Muitos deles já não se imaginam sem essas edificações e são contra a demolição para a construção de prédios contemporâneos.

A economia também foi citada como favorecida, quando há utilização e valorização do patrimônio. Este fator tem muita relação com o turismo.

Seabra (2012, p.30) afirma que o turismo antecede muitas transformações, que vão desde mudanças socioeconômicas à inclusão social das comunidades tradicionais, através de "atividades de recepção ao turista, guias, serviços nos hotéis e pousadas, disponibilizando e adaptando as residências para acomodação dos visitantes."

Porém, Oliveira Junior (2012) atenta que o turismo não pode ser visto exclusivamente como uma atividade que gera economia, pois denota signos e representações, resistência e valores sociais. Além disso, o autor ressalta que embora a atividade traga benefícios, os prejuízos também

devem ser considerados, tais como a destruição da natureza, das tradições e comunidades locais.

O planejamento do turismo se faz necessário para avaliar os impactos que ele causará na cidade ou local que irá recebê-lo. Coriolano (2012) afirma que o turismo deve contribuir para a qualidade de vida da sociedade local e na qualidade dos serviços prestados as visitantes.

Isto requer pensar o turismo como uma atividade solidária de aprendizagem entre povos e culturas, além da oportunidade de negócios, em municípios e comunidades, como uma atividade que promova o desenvolvimento local, mesmo realizando seu objetivo original, para o qual foi planejado, de promover acumulação global.

Estudar, portanto, o turismo compreendendo sua importância na acumulação, e sua vinculação às políticas imobiliária, financeira, de urbanização dentre outras relações é uma necessidade para se entender o mundo e a sociedade contemporâneos e, sobretudo, para poder propor atividades econômicas. (CORIOLANO, 2012, p.61).

Isso significa pensar na atividade nas suas variadas influências, visando o desenvolvimento local, onde os habitantes possam ter autonomia, de modo a proporcionar o bem de toda a comunidade. Pensar em desenvolvimento local é pensar no respeito e na proteção dos direitos humanos, assegurando "[...] o necessário à vida digna dos cidadãos, com tranquilidade no relacionamento social, intercâmbios entre os povos e na construção de bases confiáveis para uma sociedade sustentável.". Assim, é constituído "bases sólidas do desenvolvimento do turismo". (CORIOLANO, 2012, p. 65).

Voltar o desenvolvimento para a escala humana e o turismo para benefício de comunidades, ou do desenvolvimento local, significa adotar políticas que criem oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar a proteção social requerida, colocando o homem no centro do poder, promovendo sua realização. Concretamente, espera-se que sejam programadas atividades de revalorização do lugar e de crédito aos habitantes do lugar. Atividades planejadas localmente, partindo do social e cultural do grupo para as atividades econômicas, rompendo com a ordem e os valores da sociedade capitalista. As propostas de desenvolvimento na escala humana, para o

desenvolvimento social e o turismo de base local mudam o eixo de interesse das ações. (CORIOLANO, 2012, p. 65 - 66).

Coriolano (2012) afirma ainda que a cidade para receber o turismo, tem que estar voltada para a escala humana, pois os locais que não respeitam o direito humano tornam o turismo inviável. Do mesmo modo, "o turismo é uma atividade que para existir requer a existência de uma área urbana viva e integrada à cidade." (DIAS, 2005, p.48). Já o turismo sustentável requer atividades integradas à economia, "[...] com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades tradicionais." (CORIOLANO, 2012, p. 68).

CAPÍTULO 05 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aspectos Gerais

A presente pesquisa de dissertação teve como ponto de partida, a ambição de tornar conhecido o pensamento da população em relação ao patrimônio tombado na cidade de Urussanga - localizada ao sul de Santa Catarina -, pois durante muito tempo, alguns discursos a respeito do patrimônio, podiam ser ouvidos nos espaços públicos, sempre direcionados de forma contrária às edificações históricas, sob alegação de que elas eram as responsáveis pelo não desenvolvimento da cidade.

A técnica de entrevista foi a principal metodologia empregada, e através dela foi possível dar voz ao cidadão comum, aos proprietários dos imóveis tombados, aos responsáveis pela administração municipal, aos técnicos das instituições, responsáveis pelos tombamentos, e também aos responsáveis nas cidades que são vistas como referência à Urussanga. Esta etapa se tornou muito importante não só para o presente trabalho, mas também para àqueles ligados diretamente às edificações históricas, que em raro, se não nulo momento, foram convidados para dialogar a respeito de suas dificuldades com o bem tombado. A falta de diálogo, e conseqüentemente de informação, é um dos fatores responsáveis pelo uso e intervenções inadequadas, pelo abandono e deterioração das edificações tombadas, assim como a gestão inapropriada do patrimônio.

Além de ser um mecanismo de coleta de dados, a entrevista e o contato com as pessoas envolvidas no município, proporcionaram que conhecimentos e esclarecimentos a cerca do tema fossem repassados.

O estudo da representação social do patrimônio permitiu conhecer os anseios da população em relação às edificações tombadas, mas também proporcionou o entendimento da dinâmica e problemática urbana que envolve o patrimônio. Tal percepção pode ser importante para orientar não somente a administração municipal, como também as Instituições que realizam a função de proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural.

Importante dizer que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE contribuiu para o desgaste da pesquisadora no trabalho de campo, pois a partir de sua aplicação, percebeu-se o aumento das negativas de participação por parte da população. Já em relação às entrevistas com os profissionais ligados ao tema, o TCLE foi positivo no sentido de assegurar o destino final dos dados coletados. Talvez, exemplos como este, demonstre que quando se trata de investigação sobre o senso comum, onde na coleta de dados não é necessária a identificação dos

participantes, a aplicação do Documento do TCLE não seja tão interessante e eficaz. Cabe uma análise por parte do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEPESH.

A utilização da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, na análise dos dados coletados, juntamente com a identificação das categorias, possibilitou a facilidade de compreensão do material obtido, trazendo clareza e objetividade ao estudo.

Considerações sobre a atuação do Estado de Santa Catarina

Para entender os motivos que levam muitas cidades do estado, assim como Urussanga, a carecer de uma gestão adequada de suas riquezas culturais, foi realizado um levantamento de dados sobre a preservação do patrimônio no Estado, principalmente a partir da criação da FCC. É possível dizer que é recente a atuação do Estado de Santa Catarina na preservação do patrimônio, através da Fundação Catarinense de Cultura - FCC.

Através do estudo foi possível observar também, que o Estado atua sob forte influência política, o que compromete a qualidade do trabalho realizado ou serviço prestado. Nas próprias ações de tombamento, a FCC não possui autonomia suficiente e os critérios utilizados para aplicar ou não o tombamento à determinadas edificações, não se mostram claros.

Conforme entrevista, página 60, os técnicos da Instituição não conseguem exercer suas atividades de acordo com suas expectativas e o resultado é refletido nas cidades. No mais, estes profissionais desempenham uma tarefa muito importante, que envolve grandes responsabilidades, além do desgaste emocional - por terem que tratar diretamente com os interesses de diferentes indivíduos -, porém, fica evidente o quanto o trabalho é desmerecido e desvalorizado pelo Estado, sobretudo, referente aos baixos salários, em relação à atividade exercida. O governo, constituído muitas vezes por pessoas sem conhecimentos específicos, por não visualizar a cultura como um setor de desenvolvimento, neste caso econômico, acabam desmerecendo essas instituições. Resultado disso são os baixos salários dos servidores técnicos e o escasso recurso destinado a essas atividades. O patrimônio não é visto como importante; se não é importante, não é priorizado; e se não é priorizado, não são destinados bons recursos.

Diante deste cenário, os especialistas envolvidos, ou se conformam em seus escritórios, ou gastam suas energias pensando numa maneira criativa de exercer suas atividades.

Esta incapacidade de atuação do Estado é agravada pelo tamanho da demanda, em relação ao único escritório técnico de competência do mesmo. Numa divisão de responsabilidades, o IPHAN atua nas principais e mais representativas cidades de SC, e em comparação, o resultado se mostra mais elevado, de maior qualidade e abrangência.

Em consequência a esta deficiência do Estado, agir de modo independente parece ser uma das alternativas encontradas pelos municípios, porém, em grande parte dos casos, os resultados não atingem as expectativas geradas. A não disponibilidade da FCC para acompanhar as dificuldades dos municípios no seu dia a dia, provoca uma série de ações em que a consequência é a perda de elementos históricos e culturais.

Os exemplos trazidos no trabalho demonstram que as cidades que possuem um apoio e participação constante da instituição de proteção, em geral, representada pelo IPHAN, conseguem gerenciar melhor o seu patrimônio, mesmo possuindo as mesmas dificuldades. Já as cidades em que a FCC é a instituição responsável pela proteção, se observam maiores dificuldades de gerenciamento e aproveitamento do patrimônio. Urussanga é exemplo disso.

Os municípios, por sua vez, não desempenham o seu papel. Em geral, as prefeituras carecem de profissionais capacitados para o desempenho da função. Nova Veneza é uma das exceções, mas ela já compreendeu que a cultura do município é um fator de desenvolvimento. Mas como cobrar dos municípios suas atuações, quando o próprio Estado não consegue desempenhar a sua? Faz-se necessário pensar numa política que garanta o cumprimento de ações entre as partes. Cabe rever os papéis das instituições e pensar em políticas que garantam a integração, a "amarração" das ações.

Mas nos municípios, o fator político pode se tornar ainda mais forte e agravante, como se pôde observar em Forquilha/SC, onde o patrimônio histórico e cultural ficou à mercê de ambições políticas. Definitivamente, a cultura e o meio ambiente são segmentos que deveriam ser dirigidos acima das questões e disputas políticas, pois no jogo de poder, quem perde é a sociedade.

Se pelo menos, a FCC tivesse autonomia para a aplicação de multas, e parte desses recursos fossem destinados às ações de preservação, educação patrimonial e recuperação do patrimônio, certamente parte dos problemas, em relação à falta de recursos para exercer as atividades da Instituição, seriam sanados. Porém, para que isso aconteça, foi possível observar no trabalho, que além da carência de políticas públicas mais eficientes, o Brasil carece de leis mais rígidas em relação às punições contra

a destruição do patrimônio cultural. E a inexistência dessas leis, além de não inibir a destruição, de certa forma até incentiva.

A falta de educação patrimonial é uma das consequências do processo. A cidade de Laguna foi citada como referência na mudança de mentalidade de seus indivíduos a partir da atuação do IPHAN e seus trabalhos com a educação patrimonial. Até para uma ação de tombamento, se faz necessário um trabalho de conscientização e de esclarecimentos, pois em geral, as pessoas não valorizam aquilo que não conhecem.

Considerações sobre a atuação do Poder Público Municipal de Urussanga

A começar pela legislação, atualmente aspectos importantes do Plano Diretor não estão sendo cumpridos pelos gestores responsáveis na Prefeitura Municipal. O próprio Prefeito se manifestou contra o Plano Diretor e pela pesquisa foi possível identificar que o principal motivo é a restrição da construção de prédios mais altos na área central, devido à existência de patrimônio.

O Plano Diretor é essencial para garantir a continuidade de atividades, independente das transições administrativas. É o planejamento do futuro da cidade. Mas o que se visualiza é justamente o contrário. Rivalidades políticas interferem até na descontinuidade das ações. A cada mudança de partido na administração municipal, as ações realizadas pela oposição são deixadas de lado e começam-se novas atividades. O problema está relacionado ao prazo para o desenvolvimento destas. No que compete ao setor de Cultura e Turismo, foi possível perceber que demandam um longo tempo para a obtenção de resultados satisfatórios, e que para isto, se faz necessário dar continuidade às ações.

O Plano Diretor possui itens importantes que visam assegurar maior qualidade de vida aos habitantes. A restrição do gabarito das edificações não diz respeito somente àquelas edificações que estão na Praça Anita Garibaldi. A conservação da paisagem é um item importante para a possível atividade econômica do turismo, pois quem transita pela Rodovia SC-108, ainda consegue ter uma vista da área central e isso se torna um convite ao visitante; Quanto aos aspectos geográficos de fundo de vale, a não permissão dos prédios altos garante uma adequada ventilação e insolação da área. A ação evita a demanda excessiva de infraestrutura de coleta de lixo e esgoto, além de evitar o congestionamento das vias estreitas. Outro ponto positivo é o estímulo à própria expansão da cidade.

Mas esse equívoco de pensamento em que crescimento e desenvolvimento são sinônimos é decorrente de muitos anos, como já

vimos no trabalho. Urussanga parece não aprender com as experiências do passado. O ciclo econômico da exploração do carvão mineral foi um período em que se visou o desenvolvimento meramente econômico, e o resultado está nos rios que cortam o município. Rios que perderam sua vitalidade pela exploração e rejeitos do carvão mineral, e que as gerações futuras terão que carregar. Ações como esta, quando feitas sem um planejamento e sem considerar os resultados, servem apenas para enriquecer os bolsos de uma minoria, em detrimento de toda a sociedade.

Quanto a Lei de 1981 que cria o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município", até o presente momento, não foi encontrado nenhum indício da sua revogação. Portanto, cabe pensar que a lei vem sendo ignorada, desde que no município, não há nenhuma ação de proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural. A cultura se resume a eventos e o pensamento que se tem, prioriza a quantidade e não qualidade.

A comunidade não é convidada a participar de atividades do dia a dia. Sua participação, geralmente, não vai além das festas. Os grupos representados pelas entidades culturais, formados geralmente por um grupo seletivo foram se perdendo. Alguns existem atualmente, apenas no papel. Além disso, as tradições não foram passadas para as novas gerações. Os jovens não foram preparados para assumir a direção e organização de entidades e grupos culturais, como o folclore e coral italiano, por exemplo, e assim a prática das atividades culturais vem sendo perdida.

Problemas como estes são agravados pela falta de estrutura do setor responsável pela Cultura e Turismo no município. O setor não conta nem com um gestor permanente, muito menos com técnicos capacitados trabalhando em prol da cultura no município. Além disso, o problema inviabiliza muitas atividades, dentre elas, o de contato e ações conjuntas com a FCC, atuando na educação patrimonial, na elaboração de projetos para recuperação do patrimônio, na elaboração de um plano turístico, dentre outros.

Uma decisão desencadeia tantas outras ações. E a decisão da atual administração é não priorizar o setor, mesmo que em discurso, ela tente convencer do contrário. E isso se deve primeiro, porque a culpa é atribuída ao governo federal pela disponibilização de poucos recursos, segundo, porque se ocupam com atividades que objetivam uma reeleição, como a pavimentação asfáltica. A expressão "cultura não dá voto" pôde ser ouvida durante o trabalho de pesquisa.

Mas, o mínimo que uma prefeitura tem que fazer é estruturar os setores responsáveis pelo gerenciamento do município. É distribuir de

forma justa os recursos e não demandar tudo para um setor, como foi feito no setor de planejamento e obras.

É necessário estabelecer prioridades e para isto, é importante ter senso crítico e estudar as deficiências e potencialidades. O projeto destinado à Praça Anita Garibaldi é um exemplo de que investimentos estão sendo destinados à objetivos secundários. Ao invés de tratar o problema de frente e propor soluções que tragam um resultado a longo prazo, se opta por ações imediatistas com resultados paliativos.

E assim, por parte da administração municipal, o gerenciamento do patrimônio está muito fragilizado e submisso aos políticos que querem impor a sua marca na cidade. Os documentos que tratam do patrimônio foram engavetados e as ações, quando existentes, assumem objetivos descompromissados.

Considerações sobre os proprietários

Um dos fatores que contribuiu durante muito tempo para o estado precário de conservação das edificações foi a não aceitação, por parte dos proprietários, do tombamento de seus imóveis, pois estes vislumbravam os lucros frutos de investimentos imobiliários na área mais valorizada da cidade até os dias de hoje. Porém, no desenvolvimento do trabalho de dissertação, foi possível observar que este não foi o único fator. Entre tantas iniciativas e frustrações, todos possuem uma parcela de responsabilidade na não manutenção dos elementos da história do município.

Os proprietários são vistos por alguns funcionários e administradores da Prefeitura Municipal como os verdadeiros vilões pela deterioração do patrimônio. Porém, desde que as edificações foram tombadas, nenhuma ação foi realizada no sentido de orientação e conscientização desses proprietários. O fato de alguns deles se caracterizarem como empresários, não contribuiu para que, durante muito tempo, estes tivessem vontade de investir em suas propriedades de maneira a dar um uso que proporcionasse a geração de renda (pois o que lhes interessa é o retorno econômico).

O problema citado acima, além das perdas dos elementos culturais, acarreta a perda de investimentos nas áreas importantes da cidade. Se os proprietários fossem tratados como parceiros e importantes para o fomento do desenvolvimento do município, provavelmente o cenário seria outro. Mas ao invés disso, o que se percebe são as rivalidades políticas e ações individualizadas.

A presente pesquisa constatou que os proprietários gostariam de investir recursos em suas edificações tombadas. Caberia a Prefeitura e a FCC verificar até que ponto os proprietários estão dispostos e quais os reais interesses, e fazer uma tentativa para aproveitar a iniciativa, promovendo a adequada orientação. Ações integradas que visem um contexto geral são mais eficientes do que qualquer ação isolada.

Quando os proprietários não conseguem visualizar as potencialidades do patrimônio, estes não conservam suas edificações. Os inquilinos que fazem uso comercial das edificações, também não fazem. O que se observa como resultado é a descaracterização dos imóveis e o excesso de propaganda nas fachadas.

Agora, se ainda sim, diante da atuação do município e do estado em orientar, o proprietário continua agindo de má fé, na mutilação do patrimônio, este deve ser penalizado. O trabalho já mostrou que o Ministério Público tem sido parceiro das Instituições, agindo onde estas possuem maiores dificuldades.

Considerações sobre os moradores locais

Foi visto que há muito tempo se ouvem discursos e frases de alguns indivíduos que são contra o patrimônio. Mas quem são esses indivíduos? A pesquisa demonstrou indícios de que não são maioria. Pelo menos, nas entrevistas, um ou outro se apresentou contra, e ainda assim, estes demonstraram ter pouco conhecimento sobre o tema. A maior parte das pessoas entrevistadas reconhecem a importância das edificações históricas para o município. Isto pode significar que alguns grupos influenciam outras pessoas a pensarem que o patrimônio impede o desenvolvimento, o progresso, o que deveria ser objeto de pesquisas futuras.

Quando a pesquisadora foi orientada a entrevistar a população para saber o que pensam a respeito do patrimônio, a princípio imaginou-se que não seria bem recebida nas abordagens, e que as pessoas em geral, falariam mal do patrimônio. O resultado se revelou otimista, fazendo despertar um sentimento de esperança, de que a população pode fazer sua voz falar mais alto e não deixar que pequenos grupos definam o futuro do município.

Durante as abordagens, algumas pessoas relataram que nunca pararam para pensar a respeito do patrimônio. Ao final da entrevista se mostravam curiosas e muitas vezes perguntavam a opinião da pesquisadora. Esta por sua vez, ficava feliz em poder contribuir levando conhecimento à essas pessoas. Isto permite pensar que se bem trabalhado, o cenário atual do município se modificará para melhor.

Evidenciou-se a falta de diálogo e informações passadas à população em geral. Mas ainda assim, a maioria dos discursos expressou o desejo da restauração e utilização do patrimônio, principalmente para fins turísticos. Este fato se mostra positivo, pois se a população deseja a atividade turística no município, isto facilita a inserção das comunidades no desenvolvimento da atividade.

Um fator importante foi descobrir que o que a população visualiza como atraso no desenvolvimento urbano, não é a existência do patrimônio, e sim o estado de abandono e deterioração de algumas edificações históricas. Os indivíduos associam tais ações como um desrespeito à cultura, aos antepassados e um atraso para a cidade, pois entendem que o patrimônio é a identidade do município, é o que faz dele diferente dos demais.

Grande parte dos indivíduos percebe a não atuação do poder público municipal na salvaguarda do patrimônio. Mas ao mesmo tempo, a população até pouco tempo, se caracterizava como passiva. Não se visualizava iniciativas e manifestações em relação ao tratamento do patrimônio cultural. Pelo menos não ao ponto de mudar a visão da administração municipal. Atualmente, com a disposição de ferramentas como as redes sociais, em que o acesso à informação se dá de forma instantânea, pode-se perceber que a população tem reagido e se tornado mais ativa, principalmente depois de avistadas duas situações: uma das vezes foi um movimento nas redes sociais, quando derrubaram um pilar do portão de acesso ao terreno da Casa Nichele. Outro caso foram as manifestações em relação ao projeto na Praça Anita Garibaldi, levando inclusive à manifestações no local da obra.

A partir da informação de que a população reconhece sua identidade no patrimônio, nas manifestações culturais e na história, e quer a preservação, isto facilita para um futuro trabalho de educação patrimonial, que poderá ser desenvolvido nas escolas e nas comunidades. A sociedade, quando conscientizada e inserida em atividades para este fim, pode contribuir com o próprio processo de preservação e ser mais ativa nas reivindicações quanto à atuação do Poder Público Municipal.

Considerações sobre novas perspectivas

Como mencionado neste trabalho, atualmente se visualizam algumas iniciativas positivas para o município. A implantação de uma Universidade, através do "Manifesto pela UDESC em Urussanga, 2014", além de poder inserir nas atividades, os jovens de toda a região, seria uma

grande parceira das empresas e do próprio município em atividades que visem também um desenvolvimento humano e econômico.

Na perspectiva do Patrimônio, a Universidade seria um mecanismo também de fomento às atividades de conservação e preservação, como já exemplificadas através da cidade de Laguna, onde os alunos atuam em colaboração com a prefeitura municipal, através do desenvolvimento de ideias e projetos.

A iniciativa da "Casa de Pedra Cancellier - Ateliê Aberto" está conseguindo movimentar o espaço que abriga uma edificação tombada pela FCC. Além de manter o espaço vivo, muitos parceiros estão se unindo ao projeto para promover atividades junto à comunidade, de modo a garantir a valorização da cultura, e consequentemente a valorização dos cidadãos. O projeto, se levado em parceria com as instituições como IPHAN e FCC, tem potencial de canalizar ações importantes ao município. De resgatar o anseio da população por dias melhores, por um município melhor.

Contudo, desde o início até o momento, o projeto não teve apoio da Prefeitura Municipal. Nenhum gestor do município de Urussanga visitou o local ou demonstrou interesse em formar parceria. O apoio e divulgação acontecem por intermédio de outras cidades da região, a partir de visitas de escolas, jornais, TVs, entre outros. Isto é um demonstrativo de que os Gestores de Urussanga não valorizam o que cada cidadão tem em potencial para oferecer ao município, assim como não valoriza as especificidades da cidade.

Com a pesquisa foi possível descobrir muitas ações e iniciativas que não foram abraçadas pelo Poder Público Municipal. Desde iniciativas de projetos como o citado acima, até iniciativas de Universidades, como a UNESCO, localizada muito próxima de Urussanga. Muitos indícios levam a crer que existe uma intenção por trás da resistência aos projetos e ações em prol do patrimônio. Ou seja, é conveniente para alguns que o patrimônio seja tratado da maneira que está, em todos estes anos. Contudo, muitas das intenções passam despercebidas.

A Prefeitura não parece empenhar-se em solucionar o problema. Nas entrevistas, foram ouvidas muitas desculpas para justificar a sua não atuação. De concreto, para a resolução dos problemas, nada. Porém, os discursos direcionados à população são bem diferentes àquele da entrevista. Isso significa que o discurso está muito distante das ações.

O descompasso é tamanho, que fica difícil acreditar numa verdadeira mudança. Mas ela é necessária e precisa ser iniciada o mais breve possível. Para o problema, é permissível imaginar dois caminhos: ou parte de cima, a cobrança para que o município cumpra o seu papel, ou a

população deverá ser estimulada, independente do poder público municipal, a fim de reivindicar o que é seu por direito.

Espera-se que Urussanga receba uma maior atenção, já que é sede de um importante núcleo da imigração, que representa a arquitetura ítalo-brasileira, sendo a de maior representatividade do estado.

Finalizando, importante dizer que o trabalho desenvolvido foi além do objetivo inicialmente pretendido. Muitos dos resultados aqui apresentados podiam se imaginar, porém nada tinha sido documentado até o momento.

A pesquisadora finaliza o trabalho com o sentimento de dever cumprido e na esperança de que dias melhores sejam vividos em sua cidade natal.

O que Urussanga vai ser no futuro? Que este pensamento se torne presente nos urussanguenses. Que estes assumam o espírito guerreiro dos imigrantes e lutem pelo desenvolvimento do município. Que eles percebam o quanto são capazes e responsáveis pela garantia da qualidade de suas vidas.

Recomendações para trabalhos futuros

- Um estudo mais detalhado que identifique de que maneira a pressão política e imobiliária interferem na preservação do patrimônio;
- O desenvolvimento da educação patrimonial, assim como o estudo de sua eficiência junto à comunidade urussanguense, seja através das escolas, dos bairros ou das entidades e associações;
- Atualização dos Inventários, trazendo dados técnicos e o estado atual de conservação do patrimônio urbano tombado na cidade de Urussanga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: Estudos Interdisciplinares de representação social / Antonia Silva Paredes Moreira (org.), Denize Cristina de Oliveira (org.). - Goiânia: AB, 1998. P.328

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense: A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville**. Orientado por Dra. Alicia Norma González de Castells, Florianópolis, 2008. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

AUGUSTIN, André Coutinho. **O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira**. In: Fundação Casa de Rui Barbosa. [200-].

Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_brasileira.pdf. Acesso em: 20 ago 2014.

BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Imigrantes, sua história, costumes e tradições**. 3. ed. Forquilha: Formsul, 2007. 316p.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil; PIMENTA, Margareth C. A. **A Importância da Paisagem Historicamente Construída como um Bem Patrimonial**. In: 3º Colóquio Ibero-Americano. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e perspectivas, Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro de 2014.

BONETTI, Michelle. **Michelle Bonetti: depoimento [maio. 2015]**.

Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

BONETTI, Marielle. **Fotografia de Mosaicos**. 2015b.

BORTOLOTTO, Néyton. **Néyton Bortolotto: depoimento [jul. 2014]**.

Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

BRAGA, Christiano. **A cultura nas políticas do SEBRAE**. In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236p.

BRANDI, Rafael de Alcantara. **Patrimônio Cultural Arqueológico na Gestão Territorial: uma proposta para os municípios da foz do Rio Itajaí**. Orientado por Dra. Lia Caetano Bastos, coorientado por Dr. Pedro Paulo Funari, Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Florianópolis, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Acesso em: 12 ago 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/FEDE/RAL/2_DECRETO_25%20_37/Decreto_n_25_30_11_1937.pdf. Acesso em: 12 ago 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 12 ago 2014.

BRASIL. Lei nº 11.483 de 31 de maio de 2007. **Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, e dá outras providências**. Diário Oficial [da] União, Brasília 31 maio 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

[2010/2007/lei/111483.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111483.htm). Acesso em: 12 ago 2014.

BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. IPHAN. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Disponível em:

<http://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-iphan-chancela-da-paisagem-cultural.pdf>. Acesso em: 12 ago 2014.

BRASIL. Portaria IPHAN nº 407 de 21 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei nº. 11.483/2007**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2933>. Acesso em: 12 ago 2014.

BROADBENT, Geoffrey. **Um guia pessoal descomplicado da teoria dos signos na arquitetura.** In: Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica (1965 - 1995). Kate Nesbitt (Org.) Coleção Face Norte. Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2006. Título original: Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995. Tradutor: Vera Pereira.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Cartas Patrimoniais, legislação e a restauração do grande Hotel de Pelotas: breves considerações.** In: Seminário de História da Arte - Centro de Artes - UHPel, Vol. 3, Nº 1 (2013). Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/3049/2605>. Acesso em: 18 ago 2014.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde.** In: Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim.** Revista CPC, São Paulo, n.16, p. 001-208, maio/out. 2013

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. (ensaios Latino-americanos, 1). Título original: culturas híbridas: estrategias para Entrar y Salir de la Modernidad.

CANCILLIER, Gabriela O. **Imagens.** 2015.

_____. **Pranchas.** 2015.

CARSALADE, Flávio. **Itinerário dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio histórico: o caso do IEPHA-MG.** In: Urbanização brasileira: redescobertas/organizador Leonardo Barci Castriota - Belo Horizonte: C/Arte, 2003. 304p. :23il.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas.** In: Urbanização brasileira: redescobertas/organizador Leonardo Barci Castriota - Belo Horizonte: C/Arte, 2003. 304p. :23il.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado.. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288P.:Il.

CITTADIN, Ana Paula. Ana Paula Cittadin: **depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Laguna. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, paisagem e preservação: o patrimônio cultural e natural do município**. Orientado por Dra. Sonia Afonso, Florianópolis, 2010. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2010.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA. **Carta de Atenas**, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>. Acesso em: 18 ago 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMO. **Carta de Burra**, 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251>. Acesso em: 18 ago 2014.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local**. In: Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local / Anderson Pereira Portuguesez, Giovanni de Farias Seabra, Odaléia Telles M. M. Queiroz (Organizadores).- - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 396p. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf> Acesso em: 20 maio de 2015.

COSTA, Marcia Marques. **Tanti anni dopo**. Urussanga: Costa, 2012. 500p. il.

DAMASIO, Leandro. **Leandro Damasio: depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

DAMIANI, Hedi. **Gemellaggio (cidades irmãs)**. Associação Bellunese. Urussanga, 1990.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO. In: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. 1985. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2015.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. 31. ed. In: Pesquisa social: teoria,

método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis**. Orientado por Dra. Sonia Afonso, Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2005.

DIAS. Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural** - recursos que acompanham o crescimento das cidades. - São Paulo: Saraiva, 2006.

DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL SOBRE AUTENTICIDADE. **Carta de Brasília**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>. Acesso em: 18 ago 2014.

FELIPPE, Johnny. **Johnny Felipe: depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

FERMO, Diego Minks Rossi. **Diego Minks Rossi Fermo: depoimento [mar. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Florianópolis. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leitura sem palavras**. 3ª edição. São Paulo: Ática S.A., 1993.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

FERRARI, Cibele Dalina Piva; GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20%20CONITER/GT13%20Hist+%A6ria,%20linguagem%20e%20produ+%BA+%FAo%20do%20conhecimento/A%20CONTRIBUI+%E7+%E2O%20DA%20TEORIA%20DA S%20REPRESENTA+%E7+%F2ES%20SOCIAIS%20PARA%20O%20ESTUDO%20DO%20PATRIM+%F6NIO%20CULTURAL%20%D4%C7%F4%20O%20EXEMPLO%20DA%20ILHA%20DA%20RITASC-%20Trabalho%20completo.pdf>. Acesso em: 06 ago 2014

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**/Aurélio Buarque de Holanda. - 3.ed. totalmente revisada e ampliada. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas**. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008.

FRANÇA, Ademir. **Desenvolvimento e identidade - Urussanga em 2037**. In: I OPUR: Primeira Oficina de Projeto Urbano - Urussanga/SC. Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC. 2007.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina**. Urussanga. 2014a. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/pagina/4386/urussanga>. Acesso em: 12 ago 2014.

_____. **Histórico**. 2014b Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br//pagina/4968/historico>. Acesso em: 12 ago 2014.

_____. **Catálogo de bens tombados**. 2000.

_____. **Inventário Expedido**. 2014.

GEOCIDADES, Consultoria e Planejamento Territorial. **Projeto Estudos e Pesquisas para Elaboração de Plano Diretor e Realinhamento Administrativo**. FINATEC, 2006.

GHISLANDI, Ângela Panato. **Ângela Mariana Panato Ghislandi: depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Gilberto. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236p.

GISLON, Jacinta Milanez. **A Invenção da Cidade Germânica: Tradição, Memória e Identidade na Arquitetura Contemporânea de Forquilha-SC**. Orientado por Dra. Margarita Barretto, coorientado por Dr. Eduardo Jorge Félix Castells, Florianópolis, 2013. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico,

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2013.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GONÇALVES, Norma Lacerda; ZANCHETTI, Sílvio Mendes; LORDELLO, Eliane. **O patrimônio histórico como representação social em Olinda: Horizontes para a conservação de cidades tombadas**. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, Pará, Brasil, 2007.

GOULART, Henry. **Logotipo e Fotografia**. 2015.

HEIDTMANN JUNIOR, Douglas Emerson Deicke. **Gestão de Paisagem Cultural da Imigração Alemã utilizando método multicritério de apoio à decisão**. Orientado por Dr. Carlos Loch, Florianópolis, 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Florianópolis, 2013.

ICOMOS. Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas. **Carta de Washington**. ICOMOS, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=256>. Acesso em 18 ago 2014.

ICOMOS. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 18 ago 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. **Urussanga**. Brasil, 2010. Apresenta informações completas do município. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421900>. Acesso em: 19 maio 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário**. 18 de agosto de 2014b. In: Bens declarados valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4708>. Acesso em: 12 ago 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina.** Organização, Maria Regina Weissheimer; texto, Dalmo Vieira Filho. - Brasília, DF: Iphan, 2011. 225 p.; il.; 30cm.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Recomendações para a elaboração de um plano de preservação das regiões da imigração em Santa Catarina.** 11º Superintendência Regional/IPHAN - SC. [20--].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>. Acesso em: 12 ago 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sobre o Plano Nacional.** 2014a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12162&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em: 12 ago 2014.

ITÁLIA. Ministério de Instrução Pública. **Carta do Restauro**, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=242>. Acesso em: 18 ago 2014.

JORNAL VANGUARDA. Urussanga, 17 de janeiro de 2014 - Edição 472. Capa.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. Título Original: Le Droit à La Ville. Editions Anthropos. São Paulo: Moraes. Primeira edição 1991.

LEFEBVRE, Fernando. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social.** Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre. Brasília: Liber Livro, 2005. 97p. - (Série Pesquisa; 12).

LEFEBVRE, Fernando; LEFEBVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do Sujeito Coletivo.** São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.fsp.usp.br/~flefevre/Discurso_o_que_e.htm. Acesso em: 13 jun 2014.

_____; _____. **Curso teórico prático de introdução ao Discurso do Sujeito Coletivo e ao Software Qualiquantisoft.** São Paulo: Instituto de Pesquisa do Sujeito Coletivo (IpDsc), 2012. Disponível em:

<http://xa.yimg.com/kq/groups/28001072/1072006145/name/2012-APOSTILA+DO+17+CURSO+DSC.pdf>. Acesso em: 20 ago 2014.

LEITÃO, Cláudia Sousa. Conferência: **Os Desafios contemporâneos da Gestão Municipal de Cultura**. In: V Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura. Urussanga, 08 a 10 de abril de 2015.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. rev. e aum. – São Paulo: Brasiliense, 2010. – (Coleção Primeiros Passos; 51).

MADEIRA, Euclides Camargo. **O professor de Urussanga**. São Paulo: João Scortecci, 1988.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. **Do parreiral à taça: o vinho através da história**. Urussanga: Epagri, 2011. 339p.

_____. **Sérgio Roberto Maestrelli: depoimento [jul. 2014]**.

Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

MARQUES, Mons. Agenor Neves. **História de Urussanga**. Urussanga: 1990.

MARZANO, Luigi. **Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil: 1904-1985**. Tradução de João Leonir Dall'Alba. Florianópolis: UFSC, 1985. 200p.

MARTINELL, Alfons. **Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento - a experiência da Espanha**. In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236p.

MATIOLA, Vanessa et al. **Urussanga: traços da história/** Organizadores: Vanessa Matiola, Cesar Pereira. - Urussanga, SC: Vanguarda Editorial, 2010. 72p.:Il. 21cm.

MAZON, Patrícia. **Patrícia Mazon: depoimento [ago. 2014]**.

Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

MEDEIROS, Claudione Fernandes de. **Claudione Fernandes de Medeiros: depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Laguna. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.

_____. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 31. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

MORAES, Sergio Torres. **Uma luz na cidade: subsídios para estudos de requalificação urbana**. Florianópolis: UFSC, 2014. 187p. : il., grafs., tabs., mapas, plantas.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. 9. ed. Editado em inglês por Gerard Duveen. Traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLHEIRO. In: Dicionário online de português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/olheiro/>. Acesso em: 19 maio 2015.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio de. **Prefácio**. In: Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local / Anderson Pereira Portuguese, Giovanni de Farias Seabra, Odaléia Telles M. M. Queiroz (Organizadores). - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 396p. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/li vros/livroGEPTEEDL.pdf> Acesso em: 20 maio de 2015.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 19 n°. 55. [200-]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53664148/OLIVEIRA-Marcio-Representacoes-sociais-e-sociedades-a-contribuicao-de-Serge-Moscovici>. Acesso em: 31 maio 2014.

OPUR, **Oficina de Projeto Urbano - Urussanga/SC**. Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESCO. 2007.

PARIS, Assunta De. **Propaganda de Imigração**. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves - RS. Disponível em: <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/historia-da-imigracao>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

PATRIMÔNIO histórico – Futuro e Passado em pauta. Urussanga: Jornal Panorama, 03 dez. 2010. Geral, p.10.

PEREIRA, Jéssica et al. **Uma história de fé: os 110 anos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga**. Urussanga: Vanguarda, 2012. 186p. il.

PONTE, Antônio Carlos da. **Aspectos penais da preservação do patrimônio histórico e cultural**. Lex – Revista do Direito Brasileiro, São Paulo, v. 1, p. 1-25, 2006. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/PENAIS>>. Acesso em: 20 maio. 2015.

POUSADELA, Miguel Angel. Carácter do evento. In: I OPUR: Primeira Oficina de Projeto Urbano - Urussanga/SC. Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESC. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA - **Texto sobre o Gemellagio** - Diretoria De Cultura, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Município. **Aspectos econômicos e geográficos**. Urussanga, 2014. Disponível em: <http://www.urussanga.sc.gov.br/home/>. Acesso em: 15 maio 2014.

PRIMEIRO SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTOS HISTÓRICOS. **Carta de Petrópolis**, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>. Acesso em: 18 ago 2014.

PROGOETHE. **Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe**. Disponível em: <http://www.progoethe.com.br/noticia.php?id=17>. Acesso em: 16 jun 2014.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO CIDADES HISTÓRICAS. Ministério da Cultura. IPHAN. Brasil, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>. Acesso em: 12 ago 2014.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO CIDADES HISTÓRICAS. Ministério da Cultura. IPHAN. Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3702>. Acesso em: 12 ago 2014.

RANGEL, Carlos Henrique. **O papel da Educação Patrimonial**. Revista de Educação Patrimonial Por Dentro da História, ano 2, número 3, agosto 2010, Contagem/MG. Disponível em:

<http://www.descubraminas.com.br/upload/biblioteca/0000115.pdf>.
Acesso em: 22 maio de 2015.

REIS, Aryella Mascarenhas da Silva; BOMFIM, Natanael Reis.

Representações Sociais da Comunidade sobre o Festival de Inverno de Ouro Preto, Minas Gerais (Brasil) a partir da Evocação Livre de Palavras. Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 252-274, abril de 2012. Disponível em:

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/26583/17707>. Acesso em: 31 maio 2014.

RISCHBIETER, Iara Lúcia Klug. **O Papel da Cultura Local no Desenvolvimento do Turismo em Blumenau - SC.** Orientado por Dra. Marilda Rosa G. Checucci Gonçalves da Silva, Blumenau, 2007.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Blumenau, 2007.

SAVOLDI, Adiles. **A reconstrução da italianidade no sul do estado de Santa Catarina.** In: Turismo e identidade local: Uma visão antropológica / Álvaro Banducci Jr., Margarita Barretto (orgs.). - Campinas, SP: Papirus, 2001. - (Coleção Turismo).

SEABRA, Giovanni de Farias. **Natureza, Cultura e Turismo em Unidades de Conservação.** In: Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local / Anderson Pereira Portuguez, Giovanni de Farias Seabra, Odaléia Telles M. M. Queiroz (Organizadores).- - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 396p. Disponível em:

<http://www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/Documentos/Divulgacao/livros/livroGEPTEEDL.pdf> Acesso em: 20 maio de 2015.

SÊGA, Rafael Augustus. **O conceito de Representação Social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici.** In: Anos 90. Porto Alegre, n.13, julho de 2000. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>. Acesso em 23 jul de 2014.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. **Análise de Representações Sociais.** In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social / Mary Jane P. Spink (org.). - São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192p.

SPINK, Mary Jane Paris. **O estudo empírico das Representações Sociais**. In: O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social / Mary Jane P. Spink (org.). - São Paulo: Brasiliense, 1995.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. In: Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. ano 1. n. 2. jul./dez. 2003 p. 177-201.

TOMASI, Julia Massucheti. **Ritornando alle origini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI**. In: Fronteiras: Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.20, p.33-52, 2012.

TROPEIRISMO NO BRASIL. In: Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-05-19 17:55:18]. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$tropeirismo-do-brasil](http://www.infopedia.pt/$tropeirismo-do-brasil). Acesso em: 19 maio 2015.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência geral. Paris, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 18 ago 2014.

UNESCO. Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Conferência geral. **Carta Recomendação Paris Paisagens e Sítios**, 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>. Acesso em: 18 ago 2014.

URUSSANGA. Lei Complementar n° 08 de 1° de julho de 2008. **Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Urussanga**. 2008. 141p. Disponível em: <<http://www.urussanga.sc.gov.br>>. Acesso em: 6 ago 2014.

URUSSANGA. Lei n° 798 de 15 de maio de 1981. **Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico artístico e natural do município e cria órgão competente**. 1981. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/u/urussanga/lei-ordinaria/1981/80/798/lei-ordinaria-n-798-1981-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-no-municipio-de-cria-orgao-competente>. Acesso em: 10 maio 2015.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Cidades, modernidade e patrimônio**. In: Cidades históricas e patrimônio urbano. IPHAN, 2007a.

_____. **O futuro das cidades - uma proposta culturalista para as cidades brasileiras do século XXI**. In: Cidades históricas e patrimônio urbano. IPHAN, 2007b.

_____. **Projeto Cidades Referenciais**. In: Cidades históricas e patrimônio urbano. IPHAN, 2007c.

_____. **Questões sobre o trato de cidades históricas no Brasil**. In: Cidades históricas e patrimônio urbano. IPHAN, 2007d.

_____. **A atualização dos procedimentos de fiscalização e a caracterização da atividade de fiscalização por técnicos do IPHAN**. In: Macro processos e desafios do IPHAN. IPHAN, 2007e.

_____. Palestra: **30 anos de tombamento em Laguna/SC**. Laguna, 06 de maio de 2015.

VIEIRA, Jorge Luiz. Urbano e Identidade Local. In: I OPUR: Primeira Oficina de Projeto Urbano - Urussanga/SC. Curso de Arquitetura e Urbanismo - UNESCO. 2007.

VITOR, Amílcar Guidolim; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo.

Construção social do patrimônio cultural através do processo de produção de representações sociais. In: Revista História em Reflexão: Vol. 5 n.10 – UFGD - Dourados jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1480/876>. Acesso em: 12 ago 2014.

WERTHEIN, Jorge. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. 236p.

ZANCHETTI, Sílvio Mendes; LACERDA, Norma. **A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: Avaliação do caso do Bairro do Recife**. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 30, n. 1, p 8-24, jan-mar 1999.

ZUCCHINALI, Joércio. **Joércio Zucchinali: depoimento [abr. 2015]**. Entrevistador: Gabriela de O. Cancillier. Urussanga. Entrevista concedida à Dissertação de Mestrado - PósARQ/UFSC.

APÊNDICES

Os apêndices são constituídos pelo histórico completo do município de Urussanga, pelos roteiros das entrevistas e pela documentação referente ao Comitê de Ética: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Consentimento para Fotografias, Vídeos e Gravações; Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas.

APÊNDICE A - Histórico completo do município de Urussanga

Histórico - a vinda dos imigrantes

Entre os anos de 1876 e 1878 circulavam, especialmente na Itália, jornais e promessas de uma vida melhor na terra prometida, o Brasil. Diante da crise em que estavam passando, onde o lavrador era incapaz de sustentar e alimentar sua família é que se iniciou o processo de colonização nas terras ao sul do Brasil. (MARZANO, 1985).

No Brasil, neste mesmo período, havia a necessidade e a urgência de implementar a mão de obra para a produção dos bens de consumo e para exportação, pois houve a extinção do tráfico de escravos em 1850. Assim, a imigração foi incentivada pelo Governo Imperial. (BALDESSAR, 2007).

Eram de muitos lugares os colonos imigrantes, mas os primeiros que vieram à Urussanga eram da região do Vêneto, do Vale Rio Piave, de Belluno, de Trento. (MAESTRELLI, 2011). Estes foram até a Província de Treviso e de lá partiram para Milão, Turim, Modane, Lion, Paris, e finalmente Havre, o local de embarque no transatlântico Francês San Martino. De Havre seguiram por Lisboa e Pernambuco até o Rio de Janeiro. Dalí partiram para Santos e depois para a Capital de Santa Catarina, Desterro, local de desembarque. Em pequenos barcos foram transportados até Laguna e Tubarão. (MARZANO, 1985).

Ao chegarem, em 26 de maio de 1878, foram abrigados em um barracão em meio a mata fechada e ali todos permaneceram até receberem sua porção de terra, cerca de 25 a 30 hectares. A primeira preocupação foi em construir um abrigo: "em mutirão, derrubaram árvores, e construíram cabanas, umas de troncos sobrepostos, outras, serrando troncos, fecharam as paredes com tábuas." (MARZANO, 1985, pg. 56).

Os primeiros seis meses nas novas terras, todo imigrante devia se ocupar em serviços públicos e na falta dos meios de sustento, os colonos recorriam aos italianos que haviam chegado um ano antes para fundar a colônia de Azambuja. Após os seis primeiros meses cessavam qualquer tipo de subvenção por parte da Companhia de Imigração. (MARZANO, 1985).

Após a construção do primeiro rancho, a mata era derrubada para a plantação e só então, depois de meses é que se obtinha a primeira colheita. (MARZANO, 1985). É de se imaginar o sofrimento destes imigrantes, abandonados à própria sorte, segundo Baldessar (2007, pg. 47) "sentiam-se morrer sufocados, engolindo uma blasfêmia, expressando um arrependimento por terem tido a ideia de começar a aventura".

Além de se encontrarem em mata fechada, onde eles mesmos haveriam de construir o próprio povoado, as terras recebidas não eram de boa qualidade, pois eram montanhosas e pedregosas, dificultando o seu cultivo e tornando a vida do imigrante ainda mais dura. (BALDESSAR, 2007).

Legado Histórico e Cultural

Urussanga herdou de seus imigrantes aspectos que a fazem diferente de outras cidades do estado. Segundo Savoldi (2001) o fato de a cidade ser eleita a capital italiana do estado de Santa Catarina, com sua rica cultura, já despertou a atenção de muitos turistas e pesquisadores italianos. Eles procuram na cidade uma cultura, que na Itália, dizem não existir mais.

Além do patrimônio imaterial e de alguns exemplares da arquitetura ítalo-brasileira, construídas no período de colonização e que hoje se tornaram patrimônio histórico, a cidade possui inúmeros outros elementos que juntos elevam seu potencial turístico, tais como os monumentos, gastronomia, vinhos, festas, pousadas, paisagem, entre outros.

Conhecer o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Urussanga é essencial para a sua compreensão atual, permitindo identificar o lugar do patrimônio e as razões de sua importância e conservação. Diante desta ideia, tais temas serão abordados de maneira geral e específica nas páginas que seguem.

Desenvolvimento Urbano em Urussanga

O município de Urussanga apresenta em sua história, três períodos importantes que influenciaram o seu desenvolvimento econômico e conseqüentemente seu desenvolvimento urbanístico.

1º Ciclo: Agricultura e pequenas indústrias – 1878 a 1918

Depois de improvisada a casa residencial com telhado de palheira (pequena palmeira colhida e cortada, amarrada de três em três a uma vara) estruturado com madeira retilínea fina e paredes fechadas com pau a pique (varas em pé, lado a lado fechando o espaço e calafetadas com barro ou

mistura de barro e fibras), deu-se início a preparação da terra para o plantio e o aperfeiçoamento da casa residencial, onde esta era feita em pontos próximos aos rios, de preferência em terreno descendente, com o objetivo de construir um porão de pedra nos fundos para o abrigo da adegã. (BALDESSAR, 2007).

Inicialmente com a exploração da madeira, a agricultura de subsistência e a manufatura de instrumentos agrícolas, se iniciou o processo de desenvolvimento da Colônia: o milho em abundância originou a atafona; a cana de açúcar fez surgir as moendas; do arroz, um manjolo; da mandioca veio o engenho de farinha, e assim aproveitando todos os recursos, inclusive as quedas d'água. (MARQUES, 1990). O primeiro moinho (atafona) foi inaugurado em 10 de abril de 1879 na localidade de Rancho dos Bugres. (MARZANO, 1985).

Após um ano dos primeiros chegados, vieram os novos imigrantes em 1879, proporcionando um aumento da economia, já que os produtos eram fornecidos aos que tinham como passagem obrigatória, a Colônia de Urussanga. (MARQUES, 1990). Segundo Marzano (1985, pg. 61-62) os novos imigrantes eram "em número duas vezes maior que os primeiros" e logo foram distribuídos 440 lotes de terra. A colônia estava formada e incluía Rancho dos Bugres, Rio Maior, Urussanga Baixa, Rio Americano, Rio Salto e Rio Caeté. No ano de 1881 chegaram à Urussanga as primeiras vacas e logo as ovelhas, cabras e cavalos. "O trabalho era contínuo e dia a dia notava-se o progresso". (MARZANO, 1985, pg. 65-66).

Após cinco anos da chegada dos imigrantes italianos iniciaram-se os ataques dos índios botocudos. Os ataques dos índios que se intensificaram em 1889 provocaram a saída de algumas pessoas do interior, levando-as a habitar lugares mais povoados, como o centro da cidade. Os índios de certa forma se sentiram ameaçados e provocaram muitas mortes entre os colonos, deixando muitas famílias em desespero. Após anos e muitas mortes, inclusive a caça indígena, houve o fim dos confrontos. (MARZANO, 1985).

Em 06 de outubro de 1900, Urussanga foi elevada a município, e em janeiro de 1901 teve sua inauguração com a eleição do primeiro prefeito, o Senhor Jacinto de Brida, servindo de modelo às demais colônias. (MARZANO, 1985). Neste mesmo período, já estava estabelecida uma nova vila com igreja, cemitério, escola, praça e destacando-se também as pequenas indústrias, o comércio de secos e molhados, a fabricação da cachaça, da cerveja, descascadores, ferrarias, serrarias e admirável até hoje são os extensos parreirais de uva destinados à fabricação de vinhos. (MARQUES, 1990).

Em 1901, foram criadas as primeiras leis municipais: Lei Orgânica, Código de Posturas, Lei Orçamentária e Lei da Educação Pública. (MAESTRELLI, 2011, pg. 119). A cidade se desenvolveu ainda mais com a construção de estradas, pontes, escolas e a primeira prefeitura, localizada inicialmente no centro. (MARZANO, 1985). Mas segundo Baldessar (2007), a industrialização das colônias se deu de forma lenta, porém, seus imigrantes não ficaram inertes. Os povoados copiavam as indústrias pioneiras.

Em 1907 o município de Urussanga já contava com 1.150 residências, 56 casas comerciais, 28 fábricas de produtos suínos, 85 engenhos, 27 atafonas, 14 padarias, 7 olarias, 11 ferrarias, 9 sapatarias, 4 cortumes, 3 cervejarias, 1 farmácia, 1 tipografia, 1 fábrica de louças de barro e 1 de óleo e em 1913 foi construído o primeiro hospital, nas proximidades da igreja. (MADEIRA, 1988). Em 1912, estatísticas apresentam produções de banha e carne de porco e os campos de trigo e arroz aumentaram. (MAESTRELLI, 2011).

Segundo Baldessar (2007) os italianos imigrantes, quase todos agricultores, habituados em seu dialeto regional, cantavam suas músicas próprias exaltando seus sentimentos de saudades, nostalgias e aspirações. Quando os colonos festejavam, reuniam-se em até cinco famílias em torno de um tronco em forma de cruz para recitar o rosário e cantar as ladainhas de Nossa Senhora. Segundo Pe. Marzano, a população era "cheia de fé e crescida no amor da religião e da virtude!". (MARZANO, 1985, pg. 65, 48).

O cultivo da uva e a produção de vinho em Urussanga exigiram de seus colonos muita paciência nos primeiros trinta anos. Alguns historiadores relatam que algumas espécies de parreiras vindas do Vêneto não se adaptaram ao Brasil, portanto, para se alcançar o tão desejado vinho, foi necessário traçar um longo percurso. (MAESTRELLI, 2011). Mas, alguns dados são contraditórios. O mesmo autor expõe que apenas dez anos após a chegada dos imigrantes a Urussanga, cerca de 8.700L à 13.600L de vinho já eram produzidos em porões e cantinas familiares e eram destinados a casamentos e festas religiosas. O certo é que todo imigrante se tornou dono de parreirais e a época da vindima era de alegria e de cantos durante o trabalho.

Urussanga ganha destaque na indústria de vinho a partir da chegada de Giuseppe Caruso Mac Donald. (BALDESSAR, 2007). Giuseppe inicia o processo de fabricação de vinho em escala industrial por volta de 1913, abrindo caminhos para a região. Ele trouxe também, segundo Maestrelli (2011), a variedade Goethe de São Paulo, dando início à produção do vinho branco na cidade que mais tarde se tornara a Capital do Vinho.

Por volta de 1918 se encerra o primeiro ciclo econômico para dar início ao segundo ciclo. Acompanhe no mapa abaixo a evolução urbana do primeiro período, onde a ocupação inicial aconteceu entre os rios Urussanga e Americano, em fundo de vale, local aonde se encontra a Praça Anita Garibaldi.

2º Ciclo – a descoberta e a exploração do carvão mineral – 1918 a 1970

A Companhia Carbonífera Urussanga (CCU) que tinha como finalidade a exploração do carvão e a construção de linhas de transporte terrestre e marítimo, após uma exposição de seus objetivos e benefícios aos trabalhadores da cidade e região, deixou todos entusiasmados e certos de um futuro promissor. (MADEIRA, 1988). Assim, em 1917 as minas de carvão foram abertas e estudos topográficos e geológicos revelaram a sua existência que era de cerca de 50 milhões de toneladas para uma área de aproximadamente 2000 hectares. Em março de 1918 iniciou-se a extração do carvão em Rio Deserto. (MARQUES, 1990). "O carvão passou a ser explorado a céu aberto por potentes máquinas, e bocas de minas surgiram por todos os lados." (COSTA, 2012, p.113).

É o começo do processo de ocupação nas proximidades das minas. Vilas operárias atraíram novos habitantes, homens e mulheres que deixaram suas lavouras para trabalhar nas minas de carvão em busca de melhores condições de vida. (MARQUES, 1990). Alguns autores trazem em seus escritos o contraste entre o carvão e a produção agrícola do período anterior. Dentre eles, segue um trecho do livro de Maestrelli (2011) onde ele aponta a mudança na econômica do município:

Advindo de sua importância estratégica para a geração de energia, o carvão torna-se o sustentáculo econômico e a agricultura de um modo geral estaciona no tempo, tornando-se incapaz de suprir de matéria-prima, as cantinas de vinho. (MAESTRELLI, 2011, pg. 189)

Ao mesmo tempo em que o carvão atuava a estrada de ferro Dona Tereza Cristina também se desenvolvia, com a ajuda dos colonos que abandonaram seus instrumentos agrícolas para trabalhar na construção de pontes e estrada de ferro. (MARQUES, 1990). Com a inauguração da estrada de ferro em 1919, antes do prejuízo no setor, a exportação de vinhos aumentou e em 1929 tem-se o registro de que a produção no município chegou a 190 mil litros. (MAESTRELLI, 2011).

Com a exploração do carvão, a partir da segunda guerra mundial, as estradas em que antes passavam os carros de boi, passaram a receber caminhões que transportavam toneladas do minério até às caixas de carvão, junto à estrada de ferro Dona Tereza Cristina. (MAESTRELLI, 2011). Houve muitas mudanças no cenário da cidade e no modo de vida das

pessoas. Antes eles nunca tinham se visto em meio a tanta fartura. Segundo Marzano (1985) os colonos passaram a viver em melhores condições depois do início da extração do carvão e da construção da estrada de ferro, mudando inclusive, o aspecto de suas residências e construindo novas casas no centro da cidade. Os colonos "[...] logo quiseram vestir-se com certa elegância, deram-se a bailes, a divertimentos, a bebidas." (MARZANO, 1985, pg. 67).

Marzano (1985) ressalta que Urussanga teve um bom desenvolvimento neste período. As árvores da Praça Anita Garibaldi foram derrubadas e os aspectos das casas foram melhorados. Quando chegou à cidade, em 1917, o professor Madeira (1988) relatou em seu livro que encontrou na praça principal um conjunto de sobrados e vistosas residências, casas comerciais de muitas especialidades. Ali foi e continua sendo um ponto de encontro dos cidadãos urussanguenses. Mas ainda assim, o desenvolvimento urbano foi maior nas regiões onde havia as minas de carvão como, por exemplo, Santana, Rio América e Rio Carvão.

Logo depois surge também a indústria da cerâmica que, juntamente com o carvão, ofuscaram a indústria vinícola. O desestímulo gerado a partir da década de 60 aos produtores de vinhos e os problemas com matéria prima ocasionaram uma crise que acarretou no fechamento das cantinas Cadorin, Bez Batti e Caruso Mac Donald, por exemplo. Surgiram mudanças mais profundas em seus cotidianos. Seus hábitos de consumo de vinhos brancos mudaram para o consumo dos vinhos tintos. E não bastasse o esquecimento do vinho Goethe, houve uma mudança cultural, modificando valores, costumes e usos, trazendo um prejuízo invisível para boa parte dessa sociedade. (MAESTRELLI, 2011).

Este período socioeconômico teve seu auge nas décadas de 1940 e 1960 aproximadamente. Nos anos 40, a Companhia Siderúrgica Nacional assumiu o fornecimento de energia, sendo o carvão sua matéria prima. Neste período, Urussanga torna-se a primeira cidade do Estado a receber energia elétrica diretamente da usina de Capivari (Tubarão). (COSTA, 2012).

Mas, além de trazer desenvolvimento da região, o bem estar social e a tranquilidade em relação à situação econômica, o carvão trouxe também muita poluição, degradação de algumas áreas com destruição da fauna e da flora, miséria de alguns, doenças e a morte de muitos trabalhadores a longo e a curto prazo como a explosão da Mina Plano 2 localizada no Distrito de Santana, município de Urussanga no ano de 1984. A morte prematura desses trabalhadores é motivo de tristeza até hoje para algumas famílias urussanguenses. (MARQUES, 1990).

Após o encerramento destas atividades, os trabalhadores se viam no improviso, sem trabalho e sem dinheiro (MARZANO, 1985) e com suas videiras prejudicadas pelo advento do carvão, pois "os ácidos, sobretudo, sulfúrico emanado da pirita, um resíduo do carvão, atingiu muito o crescimento da parreira e produção de uva nos parreirais." (BALDESSAR, 2007, pg. 143).

A atividade carbonífera se transformou numa atividade em que todos os lucros foram privatizados e os prejuízos com a poluição e a degradação ambiental socializados, gerando uma crise de credibilidade entre o setor carbonífero e as comunidades envolvidas que perdura fortemente até os dias atuais. (MAESTRELLI, 2011, pg. 191).

É possível observar na figura a seguir que houve um crescimento no centro da cidade e principalmente ao longo da estrada de ferro Dona Tereza Cristina. As localidades onde estavam presentes as minas de carvão também apresentaram crescimento. Agora as águas dos rios que cortam a cidade passaram a apresentar uma coloração alaranjada, fruto da contaminação do rejeito do carvão.

3º Ciclo econômico – 1970 até os dias atuais

A partir da década de 50, novas indústrias iniciaram o processo de instalação no município e só nos anos 70 começaram a ganhar destaque com a diversificação da economia. O carvão passou a perder espaço para a indústria de cerâmica, alumínio e plástico e a agricultura passou a ser de subsistência em algumas propriedades rurais. (COSTA, 2012).

O município se expandiu rapidamente com a implantação de novos loteamentos que vieram a se tornar bairros e junto a essa modificação no cenário da cidade, veio a vontade de retomar as ações culturais trazidas pelos imigrantes. Nos anos 80 algumas ideias de empreendedores aliados a movimentos oficiais e comunitários começaram a aflorar resultando na primeira edição da Festa do Vinho, no ano de 1984. (MAESTRELLI, 2011).

A Festa do Vinho se tornou destaque, reunindo atrações a nível nacional, além da presença das vinícolas da região, apresentações artísticas e culturais, degustação de vinhos e da gastronomia típica. O evento que acontece em todos os anos pares está em sua XV edição e já reuniu cerca de 100 mil visitantes, se caracterizando como um dos maiores eventos do sul do estado. (MAESTRELLI, 2011).

O sucesso da Festa do vinho foi o ponto inicial para que outras iniciativas ganhassem corpo. Em 1987 foi criada a primeira associação étnica cultural italiana, uma Associação dos Descendentes de Italianos em Urussanga. Em 1991 foi realizada a primeira festa intitulada de Ritorno Alle Origini e como o próprio nome diz, o objetivo do evento era retornar

às origens. Também no mesmo ano ocorreu a assinatura do intercâmbio cultural, o Gemellaggio com Longarone, na Itália e em 1992 a assinatura do Gemellaggio ocorreu em Urussanga. (COSTA, 2012).

Mas em meio a tantas manifestações culturais, houve também alguns acontecimentos que abalaram a pequena cidade. Em 1974 ocorreu a grande enchente causando danos ao município e toda a região; Em 1984 ocorreu a explosão na mina na localidade de Santana, resultando em 31 mortes; Em 1991 Cocal do Sul torna-se município, se separando de Urussanga e esta perde território, população e arrecadação de impostos. (COSTA, 2012). Neste período a cidade sofreu também uma forte estagnação econômica, devido à política neoliberal pelo governo brasileiro⁸.

Com a assinatura do Gemellaggio tornando Longarone e Urussanga Cidades-Irmãs em 1991, foi afirmado um intercâmbio socioeconômico e cultural com o objetivo de integrar os habitantes das duas localidades. (MAESTRELLI, 2011). Eis que a partir daí um fenômeno começa a ocorrer no município. Novos horizontes foram abertos e moradores de Urussanga e região iniciaram um processo de emigração para países da Europa. Muitos trabalhadores passavam e ainda passam meses trabalhando em países como Itália e Alemanha, retornando ao final do ano e motivados a investir em sua terra natal. Estima-se que ainda hoje cerca de 1.500 urussanguenses vivem no exterior. (COSTA, 2012).

Com a passagem das ações culturais, o vinho retomou o seu lugar de destaque e sucessivos eventos contribuíram para o município ser oficialmente definido como "Capital Catarinense do Bom Vinho" com a Lei nº 12.398, de 22/10/2002. Em 1994 ocorreu a fundação da Associação dos Produtores de Vinho Colonial e o Laboratório de Análises de Vinho da Epagri se instalou no município. Em 1996 iniciaram-se cursos profissionalizantes de uva e de vinho. Em 1998 foi criado outro evento denominado Moto Vinho. (MAESTRELLI, 2011).

Em 2008 é denominado por Lei Estadual nº 14.389 de 18.03.08, Vales da Uva Goethe as regiões de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza. (COSTA, 2012). A variedade Goethe, típica da região, alcançou o Selo de Indicação Geográfica, dando reconhecimento aos Vales da Uva Goethe como únicos do mundo a produzir a espécie em escala comercial. Tal fato destacou o município nacionalmente e internacionalmente. (PEREIRA et al., 2012)

⁸ Período de privatização das estatais e abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro, acarretando dentre outros problemas, a instabilidade econômica que alimentou muitas crises entre os anos 1980 e 1990. (AUGUSTIN, [200-]).

Atualmente, o movimento econômico é misto, com mais de 150 empresas do ramo de cerâmica, plástico, móveis, esquadrias de alumínio, metalurgia, indústria de peças, equipamentos para suinocultura e avicultura, confecções e vitivinicultura. No setor primário, ainda se cultiva milho, feijão, arroz e fumo, criação de aves e suínos. (PMU, 2014). Urussanga possui também, mais de 340 estabelecimentos comerciais e números maiores de 700 profissionais entre prestadores de serviços e autônomos, e colhe ainda cerca de 300 toneladas da uva Goethe anualmente, abastecendo vinícolas, vitivinícolas e produtores rurais do município e região. (PEREIRA et al., 2012).

APÊNDICE B - Roteiro das Entrevistas

Entrevista com os Moradores Locais

Primeira Parte

- Apresentação de algumas imagens das edificações tombadas no perímetro urbano:



Fonte: Da autora, 2014

- Fale o que você vê e pensa sobre a imagem observada.
- O que a imagem lhe diz?
- O que você vê na imagem?
- Esta edificação é importante para você? Por quê?
- Você considera a edificação importante para a cidade? Por quê?

Segunda Parte - Perguntas:

- Você já ouviu falar em patrimônio histórico?
- O que você pensa sobre patrimônio histórico?

Perfil do entrevistado

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: _____ Profissão: _____

Entrevista com os Profissionais ligados ao tema

Perfil do entrevistado

Nome:

Profissão:

Cargo/Função atual:

Observação: As perguntas dependem do Profissional entrevistado, podendo variar entre as destacadas abaixo:

- Fale a respeito do Patrimônio Histórico em Santa Catarina.
- Fale a respeito do Patrimônio Histórico em Urussanga.
- Fale da sua relação com o Patrimônio Histórico.

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEPESH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(População)

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de iniciação científica, de mestrado, intitulada "A representação social do patrimônio e o desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga - SC", que fará entrevista tendo como objetivo principal, investigar as representações sociais a respeito do patrimônio histórico em relação ao desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga, e como objetivos específicos, conhecer os anseios da população em relação ao patrimônio histórico; conhecer a influência do patrimônio no desenvolvimento urbano de Urussanga; detectar qual patrimônio histórico, localizado no meio urbano, que está presente nas representações sociais, como sendo um freio ao desenvolvimento urbano de Urussanga; e averiguar a opinião dos moradores de Urussanga sobre qual deveria ser o uso do patrimônio histórico.

Como método de pesquisa, a entrevista será conduzida através de perguntas abertas, ou seja, através de um diálogo para a obtenção das informações necessárias. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver algum desconforto quanto ao tempo gasto com a entrevista, devendo esta, não exceder os 20 minutos.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a longo e a curto prazo, visto que as informações obtidas, num primeiro momento poderão auxiliar nas tomadas de decisões do poder municipal, principalmente em relação à destinação do patrimônio histórico no município, tais como a utilização mais adequada do patrimônio histórico e os processos para a preservação e conservação destes bens históricos. Deste modo, os benefícios serão estendidos a toda sociedade, pois se as edificações históricas forem devidamente utilizadas e conservadas, a identidade dos urussanguenses também será valorizada.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão a pesquisadora estudante de mestrado Arquitea e Urbanista Gabriela de Oliveira Cancellier, e a professora responsável Dra. Margarita Nilca Barretto Angeli.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Agradecemos a sua participação.

GABRIELA DE OLIVEIRA CANCELLIER
(48) 96262043
URUSSANGA, SC

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Fone: (48)3321-8195 – e-mail: cepsh.reitoria@udesc.br
Florianópolis - SC
88035-001

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP SH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Profissionais)

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de iniciação científica, de mestrado, intitulada "A representação social do patrimônio e o desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga - SC", que fará entrevista tendo como objetivo principal, investigar as representações sociais a respeito do patrimônio histórico em relação ao desenvolvimento urbano na cidade de Urussanga, e como objetivos específicos, conhecer os anseios da população em relação ao patrimônio histórico; conhecer a influência do patrimônio no desenvolvimento urbano de Urussanga; detectar qual patrimônio histórico, localizado no meio urbano, que está presente nas representações sociais, como sendo um freio ao desenvolvimento urbano de Urussanga; e averiguar a opinião dos moradores de Urussanga sobre qual deveria ser o uso do patrimônio histórico.

Como método de pesquisa, a entrevista será conduzida através de perguntas abertas, ou seja, através de um diálogo para a obtenção das informações necessárias. Não é obrigatório responder a todas as perguntas.

Serão previamente marcados a data e horário para as perguntas, utilizando entrevista. Estas medidas serão realizadas preferencialmente em seu local de trabalho.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos, por envolver algum desconforto quanto ao tempo gasto com a entrevista.

A sua identidade será apresentada junto aos resultados da pesquisa devido à importância de sua relação com o tema de estudo. Você pode aceitar ou não participar da pesquisa.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a longo e a curto prazo, visto que as informações obtidas, num primeiro momento poderão auxiliar nas tomadas de decisões do poder público, principalmente em relação à destinação do patrimônio histórico no município, tais como a utilização mais adequada do patrimônio histórico e os processos para a preservação e conservação destes bens históricos. Deste modo, os benefícios serão estendidos a toda sociedade, pois se as edificações históricas forem devidamente utilizadas e conservadas, a identidade dos urussanguenses também será valorizada.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão a pesquisadora estudante de mestrado Arquiteleta e Urbanista Gabriela de Oliveira Cancellier, e a professora responsável Dra. Margarita Nilda Barretto Angeli.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. O seu nome será apresentado junto aos resultados da pesquisa devido à importância de sua relação com o tema de estudo.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Agradecemos a sua participação.

GABRIELA DE OLIVEIRA CANCELLIER
(48) 96262043
URUSSANGA, SC

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP SH/UDESC
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Fone: (48)3321-8195 – e-mail: cepsh.reitoria@udesc.br
Florianópolis - SC
88035-001

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

APÊNDICE D - Consentimento para Fotografias, Vídeos e Gravações



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP SH

CONSENTIMENTO PARA FOTOGRAFIAS, VÍDEOS E GRAVAÇÕES

Permito que sejam realizadas fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins da pesquisa científica intitulada “**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E O DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE URUSSANGA - SC**”, e concordo que o material e informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados eventos científicos ou publicações científicas. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

_____, ____ de _____ de _____
Local e Data

Nome do Sujeito Pesquisado

Assinatura do Sujeito Pesquisado

APÊNDICE E - Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
GABINETE DO REITOR
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP SH

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, os representantes legais das instituições envolvidas no projeto de pesquisa intitulado "**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO E O DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE URUSSANGA - SC**" declaram estarem cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, lembrando aos pesquisadores que no desenvolvimento do referido projeto de pesquisa, serão cumpridos os termos da resolução 466/2012 e 251/1997 do Conselho Nacional de Saúde.

Local, ____ / ____ / ____ .

Ass: Pesquisador responsável (Orientador)

Ass: Responsável pela Instituição de origem

Nome:
Cargo:
Instituição:
Número de Telefone:

Ass: Responsável de outra instituição

Nome:
Cargo:
Instituição:
Número de Telefone:

ANEXOS

ANEXO I



LEI Nº 798, de 15 de maio de 1981.

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NATURAL NO MUNICÍPIO DE CRIA ÓRGÃO COMPETENTE.



O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores decretou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO.

Art. 1º Constituem patrimônio histórico artístico do Município de Urussanga, os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título.

§ 1º Equiparam-se aos bens a que se refere a "caput" do presente artigo, e são sujeitos ao tombamento, os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido adotados pela natureza.

§ 2º Os bens a que se refere a presente artigo só passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e natural do Município, com a sua inscrição isolada ou agrupamento, no competente livro de tomo.

Art. 2º Apresente Lei se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas jurídicas de direito privado, como as pessoas naturais.

Art. 3º Os bens tombados pela União e pelo Estado serão, também pelo Município, de ofício.

Art. 4º Fica criado, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município - SPHAM.

CAPÍTULO II DO PATRIMÔNIO

Art. 5º O SPHAM possuirá um livro de tomo, no qual serão inscritos os bens mencionados no artigo 1º da presente Lei.

Art. 6º O tombamento dos bens pertencentes à União, ao Estado e ao próprio Município se fará de ofício, por ordem do SPHAM, sendo notificada a entidade a que pertencem.

Parágrafo Único - A notificação a que se refere o "caput" do presente artigo, se fará na pessoa do titular do órgão, em Urussanga, sob guarda estiver o bem tombado.

Art. 7º O tombamento do bem pertencente à pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado será feito voluntário ou compulsoriamente.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento voluntário, sempre que o proprietário o solicitar, e o bem se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico, artístico e natural do Município, a juízo do Órgão competente do SPHAM, ou quando o proprietário anuir por escrito, à notificação, que se fizer para inscrição do bem no livro de tomo.

Art. 9º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário opuser obstáculo à inscrição do bem.

Art. 10 O tombamento compulsório ao seguinte processamento:

I - O SPHAM notificará o proprietário para anuir ao tombamento, no prazo de 15(quinze) dias a contar do recebimento da notificação, ou querendo impugná-lo, oferecer as suas razões.

II - Oferecida tempestivamente a impugnação, caberá ao SPHAM sustentar o fundamento do tombamento remetendo o processo, em seguida ao órgão competente que deverá manifestar na reunião seguinte, encaminhando-se o processo ao Prefeito Municipal para decisão final e irreversível.

Art. 11 O tombamento dos bens a que se refere o artigo 7º da presente Lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos mesmos no livro do tomo.

Parágrafo Único - Para todos os efeitos, salvo disposto no artigo 14 da presente Lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo.

Art. 12 Equipara-se ao proprietário, para os efeitos da presente Lei, o titular do domínio útil, possuidor ou detentor a qualquer título.

CAPÍTULO III

EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 13 A alienabilidade dos bens tombados, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes desta Lei.

Art. 14 O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular, será por iniciativa do SPHAM, averbado ao lado de cada registro competente.

§ 1º - No caso de transferências de propriedade, a qualquer título, dos bens imóveis tombados, deverá o adquirente, dentro do prazo de 30(trinta) dias, sob pena de multa no valor de 10 (dez por cento) sobre o respectivo valor, fazê-la constar no registro, ainda que se trata de transmissão resultante de sentença judicial de qualquer natureza.

§ 2º A transferência de bem móvel tombado deverá ser notificada ao SPHAM no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10 (dez por cento) do valor de bem.

§ 3º O Deslocamento do bem móvel tombado, de um distrito ou sub-distrito para outro, no mesmo prazo fixado no parágrafo anterior, e sob a mesma pena, deverá ser solicitada ao SPHAM.

Art. 15 O bem móvel tombado não poderá sair no Município serão por curto prazo, e com finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do SPHAM.

Art. 16 A exceção da hipótese prevista no artigo anterior, à tentativa de transferências do bem tombado para fora do município será considerada punível com a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do bem.

Parágrafo Único- persistindo a intenção do proprietário do bem móvel tombado em transferi-lo para fora do Município, será decretada sua utilidade publica para fins de desapropriação, e requerido seu seqüestro, na forma das disposições do Código do Processo Civil.

Art. 17 No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o seu proprietário deverá dar conhecimento do fato ao SPHAM, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) sob pena de multa de 10 (dez por cento) do valor do bem.

Art. 18 Os bens tombados não poderão ser, em nenhuma hipótese, distribuídos, demolidos ou mutilados ou restaurados, sem previa autorização especial do SPHAM, sob pena de embargo e multa de 10(cem pó cento) de dano causado além das cominações previstas no artigo 23.

Art. 19 Sem previa autorização do SPHAM, não será permitido nas vizinhanças do bem imóvel tombado, fazer obra de qualquer espécie, que impeça ou reduza a visibilidade, sob pena de ser determinada a demolição da obra as expensas do proprietário, e de lhe ser importa multa de até 50(cinquenta por cento) do valor do bem.

Art. 20 O proprietário, que comprovadamente não dispuser de recursos, para proceder

conservação e repara que a coisa tombada requer, levará ao conhecimento do SPHAM a necessidade dos mesmos, sob pena de multa correspondente ao dobro do valor da obra necessária.

Art. 21 Verificando por parte do SPHAM, urgência na realização de obra de reparo e conservação do bem tombado, poderão estas ser realizadas pelo Município, independentemente da comunicação a que se refere o "caput" do artigo anterior.

Art. 22 Os bens tombados ficarão sujeitos a vigilância permanente do SPHAM, que poderá inspecioná-los sempre que julgar conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de até 10(dez) salários mínimos, elevada ao dobro na reincidência.

Art. 23 Os atentados cometidos contra os bens de que trata o artigo 1º desta Lei, serão equiparados aos cometidos contra o Patrimônio Público.

CAPÍTULO IV DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 24 Em fase de alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, o Município terá o direito de preferência, na forma do artigo 22 do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

§ 1º Os bens serão oferecidos previa e obrigatoriamente ao Município pelo mesmo preço, usando este seu direito de preferência no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula a alienação realizada com violação ao disposto no parágrafo anterior, ficando o Município habilitado a seqüestrar o bem e impor multa de 20(vinte por cento) do valor da operação, ao transmitente e adquirente, que serão solidariamente responsáveis.

§ 3º A nulidade será declarada, na forma da Lei, pelo Juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado após satisfeita a multa e transferido o bem para o patrimônio municipal.

§ 4º O direito de preferência não impede a proprietário de gravar o bem tombado, pó penhor, hipoteca ou anticrese.

§ 5º Nenhuma venda judicial de bem tombado se poderá realizar sem que o Município, na qualidade de titular de direito de preferência, seja disso notificado judicialmente, não podendo ser expedidos os editais de praça antes da notificação.

§ 6º Ao Município, caberá o direito de remissão, se dela não lançaram mão, até a assinatura de auto de arrematação ou até sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da Lei tiverem a faculdade de remir.

§ 7º O direito de remissão poderá ser exercido dentro de 5 (cinco) dias a partir da data de assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta competente, enquanto não se esgota tal prazo.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 O Poder Executivo providenciará a realização de convênio com a União e o Estado, e de acordos com pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, visando a plena consecução dos objetivos da presente Lei.

Art. 26 As legislações federal e estadual serão aplicadas subsidiariamente pelo Município

Art. 27 Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário.

Art. 28 O SPHAM será composto de três (3) membros, nomeados por Decreto, com a indicação de um pelo Poder Legislativo, um do Poder Executivo e um por Associações cujas finalidades tenham como matéria a preservação do meio ambiente.

Art. 29 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA, em 15 de maio de 1981.

(A) RUBERVAL FRANCISCO PILOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

	IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	PROCURADORIA JURÍDICA SIN Quadra 02 - Ed. Central Brasília 70.040-904 - Brasília - DF - Tel: (061) 414-6229 Fax: (061) 414.6128 e homepage: www.iphan.gov.br
--	--------------	--	---

023/07

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM OS
ÓRGÃOS E ENTIDADES ABAIXO
NOMINADOS COM O OBJETIVO DE
PROMOVER E REALIZAR AÇÕES QUE
AUXILIEM NA PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO DO IMIGRANTE E
IMPLANTAÇÃO DOS ROTEIROS
NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA CULTURA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, em Brasília/DF, doravante denominado MinC, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 02.493.945-6, expedida em 30 de dezembro de 2002 pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.309.618-15, nomeado por Decreto Presidencial de 1º de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia, ambos criados pela Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no dia 29 subsequente; do **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**, neste ato representado pelo seu Presidente, **LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, carteira de identidade nº M-2.169.075, expedida pela SSP/MG, CPF nº 463.783.166-00, nomeado pela Portaria nº 102, de 07/02/2006, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no DOU de 08/02/2006, Seção II, página 02; do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 8º andar, Brasília/DF, doravante denominado MDA, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **GUILHERME CASSEL**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3025451927, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.570.800-25, nomeado por Decreto Presidencial de 26 de junho de 2006, publicado no DOU de 27/06/2006; do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º andar, em Brasília/DF, doravante denominado MTUR, neste ato representado por sua Ministra, Senhora **MARTA SUPLICY**, portadora do RG. nº. 2978995-3, expedida pela SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 699.158.908-00, residente nesta Capital, nomeada pelo Decreto de 22 de março de 2007, publicado no dia subsequente; do **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **82.515.859/0001-06**, com sede e foro na Avenida, Rio Branco, 611-Centro - Florianópolis - SC, CEP: 88015-203/SC, doravante denominado SEBRAE, neste ato representado por seu representante legal Diretor Superintendente, **CARLOS GUILHERME ZIGELLI**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 6577, expedida pela OAB/SC, e do CPF nº 564.875.689-53, residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, e por seus Diretores, **JOSÉ ALAOR BERNARDES**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 550.332-9, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 007.107.419-87, residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, e **ANACLETO**









ANGELO ORTIGARA, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 13/R-820.207, expedida pela SSP/SC, e do CPF n.º 384.480.689-04 residente e domiciliado em Florianópolis/ SC, o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, com sede na SC 401, km 5, n.º 4600, Saco Grande II, Florianópolis/SC, neste ato representado pelo seu Governador, Senhor **LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 71.740-1 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 005.869.359-91; o **MUNICÍPIO DE ASCURRA**, com sede na Rua Benjamim Constant, 221, em Ascurra/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **PEDRO MOSER**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.727.545 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.586.909-04; o **MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO**, com sede na Rua Celso Ramos, 1168, em Benedito Novo/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **CARLINDO ALBERTO PERSHUN**, portador da Cédula de Identidade n.º 694.138-9 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 381.246.619-87; o **MUNICÍPIO DE BLUMENAU**, com sede na Praça Victor Konder, n.º 2, em Blumenau/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **JOÃO PAULO KLEINÜBING**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.577.929-7 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 901.403.629/91; o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 126, em Indaial/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **OLÍMPIO JOSÉ TOMIO**, portador da Cédula de Identidade n.º 944.764-4 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 501.157.239-00; o **MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS**, com sede na Av. Getúlio Vargas, 308, em Itaiópolis/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **IVO GELBCKE**, portador da Cédula de Identidade n.º 609.822 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 310.658.489-00; o **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**, com sede na rua Walter Marquardt, 111, em Jaraguá do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MOACIR BERTELDI**, portador da Cédula de Identidade n.º 2/R 372.213 SSP SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 310.551-339-68; o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, com sede na Rua Hermann August Lepper, 10, em Joinville/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MARCO TEBALDI**, portador da Cédula de Identidade n.º 2404861-7 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 256.712.350-49; o **MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA**, com sede na Travessa Osvaldo Búrgio, 44, em Nova Veneza/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ROGÉRIO JOSÉ FRIGO**, portador da Cédula de Identidade n.º 6/R 965.437 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 417.227.879-53; o **MUNICÍPIO DE ORLEANS**, com sede na Rua XV de Novembro, 12, em Orleans/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **VALMIR JOSÉ BRATTI**, portador da Cédula de Identidade n.º 6/R 195.211 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 077.483.539-72; o **MUNICÍPIO DE POMERODE**, com sede na Rua XV de Novembro, 525, em Pomerode/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ERCIO KRIEK**, portador da Cédula de Identidade n.º 3/R 202617-4 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 605.728.259-00; o **MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**, com sede na Rua Nereu Ramos, 205, Em Rio dos Cedros/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO**, portador da Cédula de Identidade n.º 828.030-4 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 311.484.849-49; o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL**, com sede na Praça 25 de Julho, 01, em Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **MILTON HOBUS**, portador da Cédula de Identidade n.º 579.048-4 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 292.517.459-00; o **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**, com sede na Rua Jorge



3

Paulo Roberto Maresco
Gestor de Patrimônio,
Finanças e Contabilidade
REG. ST. 157



2

Lacerda, 75, em São Bento do Sul/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **FERNANDO MALLON**, portador da Cédula de Identidade nº 1.092.272 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 609.106.909-87; o **MUNICÍPIO DE URUSSANGA**, com sede na Praça da Bandeira, 12, em Urussanga/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **LUIZ CARLOS ZEN**, portador da Cédula de Identidade nº 424.935 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 299.983.449-72, o **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 700, em Timbó/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **OSCAR SCHNEIDER**, portador da Cédula de Identidade nº 1.195.515-5 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 415.032.879-04 e o **MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS**, com sede na Avenida Jorge Lacerda, s/n, em Vidal Ramos/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **NABOR JOSÉ SCHIMITZ**, portador da Cédula de Identidade nº 20/R 952.469 SSP-SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 429.542.319-04, resolvem firmar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sob o regime de mútua cooperação, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, e demais normas regulamentares da matéria, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO que o projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração tem como objetivo o reconhecimento da importância do patrimônio cultural dos imigrantes no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

CONSIDERANDO que a formalização do projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração representa uma chance de valor cultural que incide sobre os conjuntos urbanos e sobre a área rural das regiões que o integram, buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliar a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumento de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda; e

CONSIDERANDO que, em Santa Catarina, os Roteiros Nacionais de Imigração abrangem as regiões selecionadas por meio do Inventário Cultural, aplicado nos municípios onde são maiores as evidências da contribuição dos imigrantes no contexto sociocultural da atualidade.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto estabelecer um regime de estreita cooperação entre os partícipes, no âmbito de suas respectivas competências, no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração por meio da execução de uma política de reconhecimento e de preservação do patrimônio cultural do migrante e de desenvolvimento sustentável para os municípios envolvidos nas regiões selecionadas pelo projeto, buscando:

- a) garantir a preservação do patrimônio cultural, de natureza material e imaterial, das regiões de Santa Catarina onde foi mais antigo (ou onde mais se preserva) o processo de imigração;
- b) estimular a geração de renda, por meio da criação de opções que possibilitem a permanência das famílias de pequenos produtores rurais em suas propriedades;



Paulo Roberto Moresco
 Gerência de Orçamento,
 Financeira e Contabilidade
 SERPRO/DF



[Handwritten signature]

- c) promover parcerias institucionais para a qualificação da educação, por meio da sua relação com a cultura, e da capacitação técnica nas ações relacionadas à agricultura familiar e ao turismo cultural, em conjunto com as comunidades;
- d) estimular formas de comercialização e de beneficiamento dos produtos tradicionais das colônias;
- e) fortalecer o turismo nas regiões selecionadas;
- f) ampliar a parceria entre o poder público Federal, Estadual, e Municipal, para os fins a que se destina o presente TERMO DE COOPERAÇÃO; e,
- g) interagir com os planos de governança local e regional estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS AÇÕES

Para a consecução do objeto constante da Cláusula Primeira serão executadas pelos órgãos responsáveis, em parceria com os Governos Federal, Estadual e Municipal e com as demais entidades da sociedade civil envolvidas, mediante a formalização de instrumentos apropriados, de caráter operacional e específico, garantindo-se a integração e a transversalidade entre os entes administrativos envolvidos neste TERMO DE COOPERAÇÃO, as seguintes ações:

- a) o reconhecimento do legado histórico dos imigrantes como integrante do patrimônio cultural do Brasil pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura;
- b) a chancela de vários dos seus cenários urbanos e rurais como paisagens culturais brasileiras;
- c) o encaminhamento aos Conselhos Consultivos ou órgãos equivalentes do IPHAN, do Estado e dos Municípios envolvidos, do pedido de tombamento de uma série de bens representativos do processo de imigração em Santa Catarina, de acordo com os resultados obtidos em pesquisa realizada pelo IPHAN;
- d) o estabelecimento de legislações e medidas administrativas destinadas à preservação dos bens tombados, de suas áreas de entorno e da paisagem ambiental das regiões selecionadas;
- e) a estruturação de caminhos rurais para o recebimento de fluxos turísticos compatíveis com suas possibilidades de absorção;
- f) o estabelecimento de pontos de recepção a visitantes e comercialização de produtos tradicionais;
- g) a criação de eco-museus, em conjunto com os municípios envolvidos e com o Estado de Santa Catarina;
- h) a qualificação dos museus e das bibliotecas municipais pelo MinC e pelo IPHAN e pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, em conjunto com as prefeituras signatárias deste TERMO;
- i) a parceria entre órgãos federais, estaduais e municipais na implementação de políticas de preservação do patrimônio e de desenvolvimento econômico e social das regiões selecionadas;
- j) a divulgação do patrimônio integrante dos Roteiros Nacionais de Imigração, em âmbito internacional, nacional, regional e local;



Paulo Roberto Moresco
Gerente de Orçamento,
Finanças e Contabilidade



k) a valorização das pequenas propriedades, do arranjo produtivo local e, principalmente, da agricultura familiar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As ações relacionadas no *caput* desta cláusula terão foco nos projetos voltados para a geração de renda, na área urbana e rural, com ênfase na produção culturalmente referenciada, na formação profissional, no apoio tecnológico, na infra-estrutura, no financiamento e na capacitação gerencial e produtiva, no intuito de garantir a qualidade da produção, a empregabilidade da população local e o desenvolvimento sustentável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto do presente Termo de Cooperação, assim como implementar as ações previstas na Cláusula Segunda, observando suas competências institucionais e suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, o disposto neste instrumento e as atribuições abaixo discriminadas para:

I - os Ministérios e demais Órgãos do Governo Federal:

- a) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas na Cláusula Segunda, interagindo com os Governos Estadual, Municipal e a comunidade local;
- b) priorizar as ações previstas na Cláusula Segunda, em relação à programação orçamentária e financeira no âmbito de sua atuação;
- c) disponibilizar, conforme suas possibilidades técnicas e orçamentárias, os recursos previstos para a execução das ações sob sua responsabilidade;
- d) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação;
- e) acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações sob sua responsabilidade;
- f) coletar, compilar e divulgar informações referentes às suas respectivas ações;
- g) garantir que as suas ações sejam executadas de forma harmônica e integrada;
- h) disponibilizar pessoal técnico qualificado, destinado a apoiar a execução das atividades previstas neste Termo de Cooperação; e
- i) arcar com o ônus referente a diárias, passagens e outras despesas, decorrente da participação de seus técnicos nas ações de acompanhamento deste Termo de Cooperação.

II - o Governo do Estado de Santa Catarina:

- a) colaborar com órgãos federais, com seus representantes e com as Prefeituras Municipais signatárias deste TERMO DE COOPERAÇÃO na execução das ações estabelecidas na Cláusula Segunda desse TERMO;
- b) oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas na Cláusula Segunda desse TERMO;
- c) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação prevista na Cláusula Segunda;
- d) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade, em especial no que se refere ao encaminhamento ao Conselho Consultivo Estadual do pedido de tombamento de bens móveis e imóveis de valor cultural afetos ao processo de imigração e na divulgação



Paulo Roberto Moresco
 Gerente de Orçamento,
 Finanças e Contabilidade
 669245/PC



5

dos Roteiros Nacionais de Imigração, interagindo com os Governos Federal, Municipal e a comunidade local;

e) participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.

III - as Prefeituras Municipais signatárias deste TERMO DE COOPERAÇÃO:

a) priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social previstas no presente TERMO;

b) colaborar com os órgãos federais, ou seus representantes, e com o Governo Estadual, na execução das ações previstas na Cláusula Segunda;

c) oferecer a contrapartida necessária, sempre que viável, para a consecução das ações planejadas;

d) Conceder aos proprietários de bens tombados isenção, total ou parcial, no pagamento dos impostos de sua competência, dentro das suas possibilidades;

e) divulgar a sua condição de integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração;

f) firmar os instrumentos legais necessários, quando for o caso, para a utilização dos recursos previstos para cada ação constante da Cláusula Segunda;

g) criar, no âmbito do seu município, o Centro Municipal de Recepção e Comercialização de Produtos Tradicionais nos moldes propostos pelo projeto;

h) facilitar a interlocução junto às organizações da sociedade civil e à comunidade local;

i) instituir um quadro de funcionários (no mínimo 1 técnico) para atuar especificamente no projeto;

j) estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Áreas e Planos de Preservação, para os setores selecionados pelo projeto, num prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente TERMO;

k) garantir, dentro da sua previsão orçamentária anual, recursos a serem aplicados especificamente em ações de conservação e restauro de imóveis, fomento a atividades agrícolas e artesanais, capacitação e atendimento técnico, dentre outras ações de preservação e valorização do patrimônio do imigrante da região;

l) estruturar roteiros de visitação no interior do município;

m) complementar e atualizar o Inventário de Bens Culturais do município, de acordo com os modelos disponibilizados pelo IPHAN, num prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente TERMO;

n) realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias deste TERMO, o Inventário do Patrimônio Imaterial do município;

o) responsabilizar-se pelo material de divulgação no âmbito municipal;

p) executar, no âmbito de sua competência, as ações sob sua responsabilidade previstas na Cláusula Segunda, interagindo com os Governos Federal, Estadual e a comunidade local; e

q) participar do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas.



Paulo Roberto Moresco
Gerência de Orçamento,
Finanças e Contabilidade
SEPLAN/DF



CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO

A responsabilidade pela coordenação e pelo acompanhamento da execução das ações pertinentes a este TERMO DE COOPERAÇÃO caberá, na esfera federal, ao Comitê Executivo Nacional dos Roteiros Nacionais de Imigração e, na esfera regional, ao Comitê Gestor Estadual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Comitê Executivo Nacional será composto pelo MINISTÉRIO DA CULTURA; pelo IPHAN; pelo MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, por meio de sua Secretaria de Agricultura Familiar e pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina; pelo MINISTÉRIO DO TURISMO, por intermédio de sua Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; pelo SEBRAE/SC; pelo GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A – EPAGRI, da SANTUR – órgão oficial de Turismo do Estado de Santa Catarina, e da Fundação Catarinense de Cultura; e cinco representantes selecionados pelos municípios envolvidos.

I - O Comitê Executivo Nacional deverá interagir com outros órgãos federais, com os Governos Estadual e Municipal, com as organizações da sociedade civil e com o Comitê Gestor Estadual, para garantir a execução das ações e acompanhá-las, bem como obter informações para subsidiar quaisquer órgãos interessados; e,

II - Os integrantes governamentais do Comitê Executivo Nacional serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades que representam e designados mediante Portaria ou instrumento equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Comitê Gestor Estadual será composto pela 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; pela Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Santa Catarina; pela EPAGRI; pela SANTUR; pela Fundação Catarinense de Cultura e um representante de cada município signatário deste TERMO escolhido entre as suas Secretarias Municipais de Turismo, Cultura, Agricultura e Educação.

I - O Comitê Gestor Estadual deverá interagir com o Comitê Executivo Nacional, com outros órgãos federais, com os Governos Estadual e Municipal e com as organizações da sociedade civil, para garantir a adequada execução das ações e o fornecimento das informações necessárias ao seu acompanhamento;

II - O Comitê Gestor Estadual será coordenado por um de seus integrantes, escolhido por seus pares;

III - Os integrantes governamentais do Comitê Gestor Estadual serão os titulares dos órgãos que o compõem ou representantes por eles indicados, designados por meio de ato legal pertinente das esferas federal, estadual e municipal;

IV - O Comitê Gestor Estadual será assistido tecnicamente por profissional designado pelas instituições envolvidas e pelas prefeituras municipais; e,

V - É facultada aos municípios signatários deste TERMO a indicação de um representante para a participação no Comitê Gestor Estadual num prazo de até 30 dias a partir da assinatura do presente TERMO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Comitê Executivo Nacional reunir-se-á em caráter ordinário pelo menos uma vez a cada seis meses, com o objetivo de acompanhar e avaliar o andamento das ações e propor novas prioridades.



Paulo Roberto Moresco
Gerência de Aracimento,
Financeira e Contabilidade
SEBRAE/SC



PARÁGRAFO QUARTO - O Comitê Gestor Estadual reunir-se-á em caráter ordinário pelo menos uma vez por quadrimestre, com o objetivo de acompanhar o andamento das ações, fornecendo o apoio local necessário à sua execução, inclusive propondo alternativas para a solução de eventuais problemas, as quais serão submetidas, quando pertinente, à apreciação e deliberação do Comitê Executivo Nacional e suas análises e decisões serão lavradas em ata.

I - O Comitê Gestor Estadual deverá realizar, anualmente, audiência pública com a população local, a fim de proporcionar o acompanhamento e a avaliação participativa.

II - Caberá ao Conselho Gestor Estadual analisar projetos, indicar prioridades para investimentos, acompanhar procedimentos administrativos e licitatórios; e,

III - A participação das prefeituras signatárias deste TERMO nas reuniões do Conselho Gestor Estadual poderão ser segmentadas de acordo com os planos de governança local e regional estabelecidos.

PARÁGRAFO QUINTO - O Comitê Executivo Nacional reunir-se-á ao final de cada ano-calendário, com o objetivo principal de avaliar os resultados alcançados, propor medidas corretivas, se necessário, e aprovar o relatório anual, contendo, em especial, análise detalhada do andamento de todas as ações previstas na Cláusula Segunda deste Instrumento.

I - As informações necessárias à elaboração do relatório referido neste parágrafo deverão ser enviadas, bimestralmente, pelos responsáveis pela execução das ações à coordenação do Comitê Executivo Nacional.

CLÁUSULA QUINTA - DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação deste instrumento dar-se-á por intermédio do planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações mencionadas na Cláusula Segunda, dentro da competência de cada partícipe e mediante controle do Comitê Executivo Nacional e do Comitê Gestor Estadual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos necessários à execução das ações previstas serão disponibilizados pelos órgãos governamentais responsáveis, respeitando suas limitações financeiras e orçamentárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá a cada órgão partícipe prover recursos para custear as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos seus respectivos representantes, executores da ação ou integrantes dos Comitês, caso seja necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O Ministério da Cultura providenciará a publicação de extrato do presente Termo de Cooperação, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93. Da mesma forma o Estado de Santa Catarina se compromete a publicar o presente Termo de Cooperação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo de Cooperação vigorará por cinco anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo dos partícipes, mediante a celebração do competente Termo Aditivo.



Paulo Roberto Moresco
Gerência de Orçamento,
Finanças e Contabilidade
SEMP/AFISC



CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

Esse instrumento poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, desde que haja prévia e expressa comunicação, por escrito, mediante termo próprio, entre as partes signatárias deste TERMO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo vedado às partes pleitear indenização, seja a que título for.

Parágrafo Primeiro - Este instrumento poderá, ainda, ser rescindido, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) superveniência de norma legal que torne o presente formal ou materialmente inexecutável;
- c) descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente;
- d) inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições deste instrumento

Parágrafo Segundo - Em caso de denúncia ou rescisão será firmado instrumento de "Encerramento de Termo" que estabeleça as responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos em fase de execução.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICIDADE

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, decorrentes deste TERMO, deverá ter caráter educativo, informativo, cultural ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo único - Em qualquer ação promocional relacionada ao objetivo deste TERMO, será destacada a participação do IPHAN e dos Órgãos e Entidades participantes desse Termo, mediante prévia consulta aos partícipes, sobre a forma de como será feita esta publicidade, e observado o disposto no caput desta Cláusula, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO não obriga a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer encargo entre as mesmas, inclusive o de indenizar, caso as ações previstas não sejam realizadas, arcando cada qual com as eventuais despesas realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a execução das atividades pactuadas no presente instrumento e seu Anexo que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar a legislação específica para despesas da espécie, em especial a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e a Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO





Paulo Roberto Moresco
Gerência de Orçamento,
Finanças e Contabilidade
GDF/DF/ISC



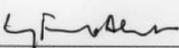
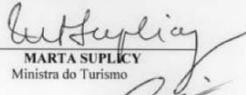
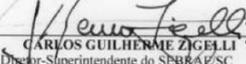
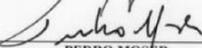
Este Termo de Cooperação poderá ser alterado por acordo dos partícipes, a qualquer tempo, mediante a celebração de termos aditivos, que serão, previamente, submetidos às suas áreas jurídicas para análise e aprovação e desde que não seja modificado seu objeto.

CLAUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste TERMO DE COOPERAÇÃO deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este instrumento em 23 (vinte e três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

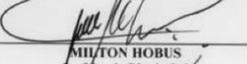
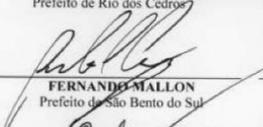
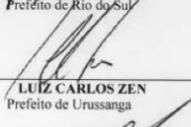
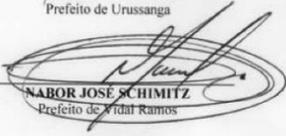
Pomerode/SC, 27 de agosto de 2007.

 GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA Ministro da Cultura	 LUIZ FERNANDO ALMEIDA Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 GUILHERME CASSEL Ministro do Desenvolvimento Agrário	 MARTA SUPLICY Ministra do Turismo
 CARLOS GUILHERME ZIGELLI Diretor-Superintendente do SEBRAE/SC	 JOSÉ ALAIR BERNARDES Diretor Administrativo Financeiro do SEBRAE/SC
 ANACLETO ANGELO ORTIGARA Diretor Técnico do SEBRAE/SC	 LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA Governador do Estado de Santa Catarina
 PEDRO MOSER Prefeito de Ascurra	 CARLINDO ALBERTO PERSHUN Prefeito de Benedito Novo



Paulo Roberto Moresco
Gerência de Circulação,
Finanças & Contabilidade
SEBRAE/SC



MINISTÉRIO DA CULTURA	
 IPHAN INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	PROCURADORIA JURÍDICA SBN - Quadra 02 - Ed. Central Brasília 70.040-904 - Brasília - DF - Tel. (061) 414-6229 Fax: (061) 414.6128 e homepage: www.iphan.gov.br
 JOAO PAULO KLEINÜBING Prefeito de Blumenau	 OLÍMPIO JOSÉ TOMIO Prefeito de Itaipava
 IVO GRIEBKE Prefeito de Itaiópolis	 MOACIR BERTOLDI Prefeito de Jaguar do Sul
 MARCO TEBALDI Prefeito de Joinville	 ROGÉRIO JOSÉ FRIGO Prefeito de Nova Veneza
 VALMIR JOSÉ BRATTI Prefeito de Orleans	 ERCIO KRIEK Prefeito de Bommeade
 HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO Prefeito de Rio dos Cedros	 MILTON HOBUS Prefeito de Rio do Sul
 FERNANDO MALLON Prefeito de São Bento do Sul	 LUÍZ CARLOS ZEN Prefeito de Urussanga
 OSCAR SCHNEIDER Prefeito de Timbó	 NABOR JOSÉ SCHMITZ Prefeito de Vidal Ramos
	
 Paulo Roberto Moresco Gerência de Orçamento, Finanças e Contabilidade GEFIN/DF-INC.	

ANEXO III



CARTA DE URUSSANGA

Nós, Gestores Municipais de Cultura do Estado de Santa Catarina, reunidos no Salão de Eventos do Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, em Urussanga, no **V Fórum Catarinense de Gestores Municipais de Cultura** realizado nos dias **8, 9 e 10 de abril de 2015**, com a **participação de mais de 100 municípios** representados por mais de **200 participantes**.

Considerando as conquistas alcançadas pelo CONGESC – Conselho dos Gestores Municipais de Cultura, sendo a **Adesão de 201 Municípios catarinenses ao Acordo Federativo do Sistema Nacional de Cultura**, em cinco anos de atuação do conselho; a compreensão de muitos prefeitos sobre a importância da gestão da cultura em seus municípios; o reconhecimento do CONGESC como instância político-cultural pelo Ministério da Cultura, Governo do Estado, gestores municipais e sociedade civil; o aumento da participação dos municípios nas ações do CONGESC; e o avanço dos municípios na implantação de seus Sistemas Municipais de Cultura, continuamos preocupados com a implantação das políticas públicas que contemplem de fato o desenvolvimento humano.

Primamos para que o papel do poder público seja, de fato, promover o planejamento da Cultura e sua aplicação em orçamentos específicos, fundos, órgãos gestores e instâncias democráticas de participação social através de conselhos paritários e deliberativos, de políticas culturais em todos os municípios de Santa Catarina. Logo, reafirmamos a imprescindibilidade de ações conjuntas de alinhamento das políticas públicas de Cultura nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal e assim reivindicamos que:

A FECAM e as Associações de Municípios:

- Incluir a cultura na pauta do Congresso Catarinense de Municípios, a partir de 2016.

Os Municípios Catarinenses:

- Que ainda não aderiram ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e/ou implantaram as ferramentas de gestão relativas ao SNC, priorizem a sua implementação;
- Realizem mobilização para que o Congresso Nacional e o Senado Federal aprovem a PEC 421 (antiga PEC 150), que trata da garantia de orçamentos específicos para a cultura de no mínimo 2% no âmbito federal, 1,5% no estadual e 1% no municipal;
- Junto as Câmaras de Vereadores, promovam audiências públicas para a discussão permanente da cultura enquanto política de Estado e criem e ou aperfeiçoem marcos regulatórios da cultura, como Conselhos Municipais de Política Cultural, Planos de Cultura, Sistemas de Cultura, Leis de Proteção do Patrimônio Cultural, Sistemas de Financiamento da Cultura e Sistemas de Formação Cultural;
- Ampliem o investimento em capacitação dos gestores municipais de cultura, tais como fóruns, seminários, encontros setoriais, oficinas e cursos.

O Estado de Santa Catarina:

- Alinhe-se ao Sistema Nacional de Cultura-SNC em todas as suas instâncias, permitindo que os municípios catarinenses já alinhados ao SNC possam receber os benefícios de gestão e de financiamento à Cultura, tendo em vista, que os repasses oriundos do Fundo Nacional de Cultura iniciaram em 2014, mas apenas para os estados que instituíram por leis próprias seus Sistemas Estaduais de Cultura, o que não é o caso de Santa Catarina;
- Promova a ampla reformulação do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura – SEITEC, com participação da sociedade catarinense, transformando-o numa ferramenta de gestão acessível, prática, transparente e democrática, garantindo um fundo exclusivo para a cultura;

- Mantenha a continuidade anual de publicação e execução de editais estaduais para Cultura (Ex: Edital Elisabete Anderle, Edital da Cinemateca Catarinense) e crie novos editais atendendo a diversidade da área cultural de nosso Estado;
- Execute o Edital Elisabete Anderle, conforme previsto na Lei nº 15.503, de 29 junho de 2011, realizado anualmente e sempre de forma transparente, democrática e com ampla divulgação, principalmente no interior do Estado, e busque formas de uma distribuição equânime dos prêmios por todas as regiões, visto que a premiação fica centralizada em Florianópolis;
- Todo recurso/montante do prêmio do Edital Elisabete Anderle seja efetivamente distribuído;
- Busque soluções legais e contábeis para que os recursos da cultura no Fundo Social repassados às prefeituras sejam integralmente e exclusivamente direcionados para ações culturais;
- Reformule o Conselho Estadual de Cultura, tornando-o paritário, com eleições democráticas dos membros da sociedade civil, em processo amplamente divulgado e com assentos permanentes para o CONGESC;
- A gestão da cultura no Estado de Santa Catarina seja executada por órgão gestor específico (com a criação de Secretaria exclusiva de Cultura);
- A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina promova, através da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, audiências públicas para a discussão permanente da cultura enquanto política de Estado, crie e aperfeiçoe marcos regulatórios de cultura, como Planos de Cultura, Sistemas Setoriais, Leis de Proteção do Patrimônio Cultural e Sistemas de Financiamento da Cultura;
- Seja utilizada como referência a divisão geográfica do IBGE quando houver necessidade de discussão e implantação de políticas culturais regionalizadas, uma vez

que o CONGESC não reconhece a divisão por regiões turísticas em razão de as mesmas não contemplarem as especificidades da cultura;

- Crie um grupo de trabalho, envolvendo os órgãos competentes, o CONGESC e a sociedade civil para propor o novo ordenamento jurídico, fluxos e meios de facilitar a liberação de eventos, que vem sendo dificultada principalmente por regras criadas em âmbito estadual, vindo na contramão da razoabilidade e do desejo de desburocratização e modernização da atuação estatal.

A União:

- Mesmo o Estado de Santa Catarina não tendo instituído seu Sistema Estadual de Cultura, que os municípios que já aderiram o SNC possam receber auxílio em gestão e recursos;

- O Congresso Nacional priorize a aprovação do Procultura – Projeto de Lei 6.722/2010 (nova Lei Rouanet);

- Congresso Nacional aprove a PEC 421 (antiga PEC 150) que trata da garantia de orçamentos específicos para a cultura;

- Salienciamos o descontentamento do CONGESC em relação à extinção da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura.



ROSÉLAINE VINHAS
Presidente do CONGESC
Secretária Municipal de Cultura de Chapecó